



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

- ORGANIZADORA -

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

TEORIA, PRÁTICA E METODOLOGIA

 **Atena**
Editora
Ano 2023

3





Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

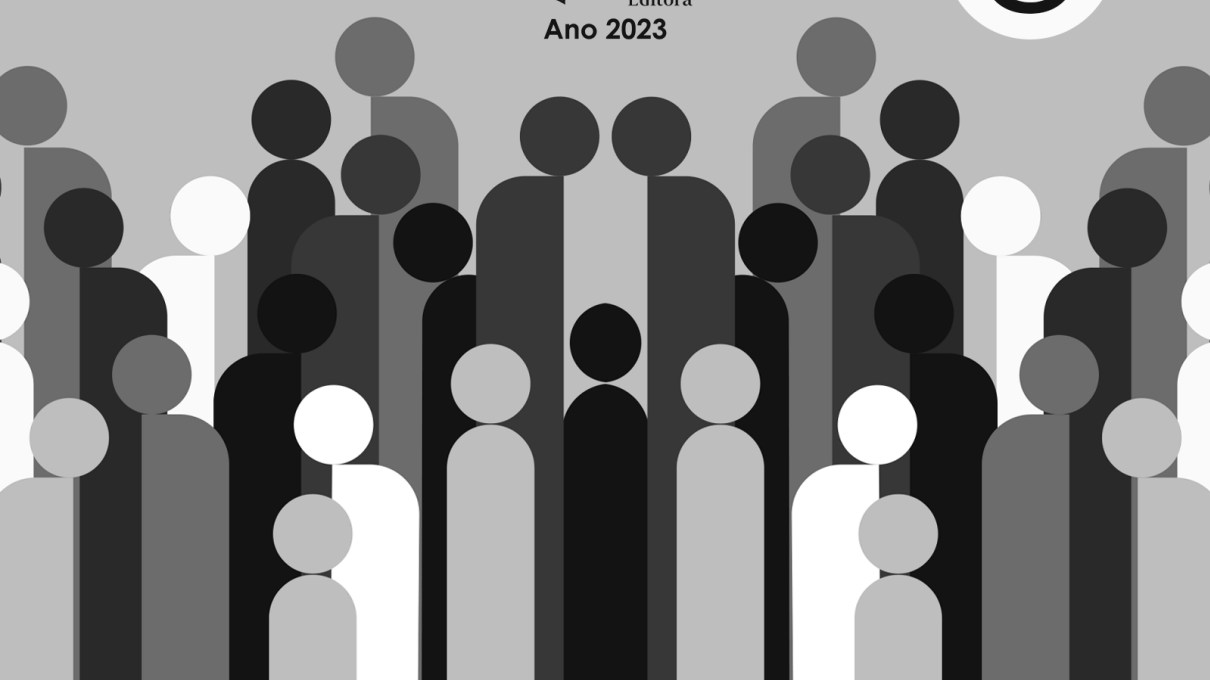
- ORGANIZADORA -

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

TEORIA, PRÁTICA E METODOLOGIA

 **Atena**
Editora
Ano 2023

3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	Ciências sociais aplicadas: teoria, prática e metodologia 3 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1792-7 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.927230910 1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea '*Ciências sociais aplicadas: Teoria, prática e metodologia 3*' é composta por 10 (dez) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, revisão de literatura, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a *crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, enfatizando a adoção do neoliberalismo, bem como a ampliação do pensamento conservador na atualidade*. Já o segundo capítulo, discute a *invisibilidade de pessoas negras no turismo como consumidores e desdobramentos vinculados*. O terceiro capítulo, por sua vez, analisa a *relação entre hospitalidade e turismo cultural, utilizando como caso de estudo o bairro do Pelourinho, em Salvador-BA*.

O quarto capítulo analisa os *desafios vivenciados por empreendedores da região do Barreiro em Belo Horizonte-MG durante a pandemia do COVID-19*. Já o quinto capítulo, discute os impactos da pandemia de Covid-19 nas esferas econômica, política e sanitária. E finalmente, o sexto capítulo, analisa os fatores determinantes vinculados ao surgimento de uma nova ordem mundial.

O sétimo capítulo, analisa as *implicações da pandemia nas relações contratuais* relacionando essas implicações com *princípios fundamentais do direito contratual, como a segurança jurídica, a confiança e a boa-fé*. Já o oitavo capítulo, avalia os fatores que influenciam a Zona de Convergência do Atlântico Sul e a sua *ação na atmosfera terrestre, verificando os impactos noticiados no período devido ao evento ocorrido de 29 de janeiro a 08 de fevereiro de 2018*. O nono capítulo discute a experiência vinculada a projeto de extensão que tem por foco a humanização na assistência à população prisional. E finalmente, o décimo ressalta a necessidade de melhorar a gestão municipal para promover a democratização das decisões e o compartilhamento de interesses entre autoridades e cidadãos.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

CAPÍTULO 1	1
NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309101	
CAPÍTULO 2	12
PASSADO HISTÓRICO E PRESENTE DO RACISMO DENTRO DO TURISMO: A INVISIBILIDADE DE VIAJANTES NEGROS BRASILEIROS NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS	
Glória Geovana de Oliveira Raimundo	
Juliana Maria Vaz Pimentel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309102	
CAPÍTULO 3	19
HOSPITALIDADE E TURISMO CULTURAL: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO PELOURINHO, SALVADOR	
Ana Luiza Archangelo	
Rafael Henrique Teixeira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309103	
CAPÍTULO 4	24
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS POR EMPREENDEDORES DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: um estudo realizado na região do Barreiro em Belo Horizonte-MG	
Késia Aparecida Teixeira Silva	
Rodrigo Cassimiro de Freitas	
Natália dos Santos Reis	
Júnio Silva de Araújo	
Jenifer Caroline Pinto Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309104	
CAPÍTULO 5	38
CONJUNTURA SUL-AMERICANA PÓS-PANDEMIA, UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO	
Alexandre Favaro Lucchesi	
Jaime William de Andrade Charles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309105	
CAPÍTULO 6	57
DE LAS CRISIS FINANCIERAS AL NUEVO ORDEN MUNDIAL	
Cristian Orlando Avila Quiñones	
Elva Nelly Rojas Araque	
Ângela Mayellis Melo Hidalgo	
Natalia Ramírez Vargas	
Ângela María Builes Builes	
Carlos Julio Moreno	
Nilton Marques de Oliveira	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309106>

CAPÍTULO 772

REVISÃO CONTRATUAL DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO: SEGURANÇA JURÍDICA E A RELATIVIZAÇÃO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS

Elora Eloí Rodrigues Rios Reis
Rafaela Ramos Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309107>

CAPÍTULO 877

ANÁLISE SINÓTICA E IMPACTOS ASSOCIADOS AO EVENTO DE ZCAS ENTRE 29 DE JANEIRO E 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Igor Pereira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309108>

CAPÍTULO 9 91

A INTERFERÊNCIA DO GÊNERO NO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO PRISIONAL NAS APACS: RESULTADOS PRELIMINARES DA INTERAÇÃO PESQUISA-EXTENSÃO

Anna Flávia Silva Cruz
Bárbara Úrsula Dias de Souza
Maria Luíza Rodrigues Bandeira
Nicole Almeida Soares
Patrícia Dayrell Neiva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272309109>

CAPÍTULO 10..... 106

GESTÃO MUNICIPAL E DEMOCRATIZAÇÃO EM MEIO ÀS DIFERENTES INFLUÊNCIAS CAPITALISTAS

Alessandro Nascimento do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92723091010>

SOBRE A ORGANIZADORA116

ÍNDICE REMISSIVO117

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 02/10/2023

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

Assistente social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa Sociabilidade, Política Social e Serviço Social. Especialista em instrumentalidade do Serviço Social.
<http://lattes.cnpq.br/1509698450904264>
<https://orcid.org/0009-0002-6776-9626>

RESUMO: O capitalismo é um modo de produção que sobrevive a partir crises, as quais indicam necessidades de modificações, com vistas à permanência do ciclo de acumulação e dominação do capital, que se dão através da exploração do/a trabalhador/a. Para tanto, utiliza-se do pensamento conservador para, de modo estratégico e ideológico, justificar as suas necessidades de ampliação. No Brasil, o conservadorismo é um traço marcante no processo de formação sócio-histórico, relacionando-se ao estabelecimento das desigualdades e, conseqüentemente, com a ampliação das expressões da questão social. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva refletir sobre a crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, enfatizando a adoção do neoliberalismo,

bem como a ampliação do pensamento conservador na atualidade. Conclui que a superação do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, requer a organização da classe trabalhadora e o seu reconhecimento enquanto sujeito privilegiado da transformação social. Trata-se de um estudo bibliográfico, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que há a preocupação em analisar a realidade atual, sem perder de vista o contexto histórico e a totalidade que envolve a expansão do conservadorismo na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Crise. Neoliberalismo. Conservadorismo.

ABSTRACT: Capitalism is a mode of production that survives from crises, which indicate the need for changes, with a view to maintaining the cycle of accumulation and domination of capital, which occurs through the exploitation of the worker. To this end, it uses conservative thinking to, in a strategic and ideological way, justify its expansion needs. In Brazil, conservatism is a striking trait in the socio-historical formation process, related to the establishment of inequalities and, consequently, to the expansion of expressions of the social question. From this perspective, this article aims to reflect

on the structural crisis of capital, which began in the 1970s, emphasizing the adoption of neoliberalism, as well as the expansion of conservative thinking today. It concludes that overcoming capitalism, as a hegemonic mode of production, requires the organization of the working class and its recognition as a privileged subject of social transformation. This is a bibliographical study, guided by the critical-dialectical method, since there is a concern to analyze the current reality, without losing sight of the historical context and the totality that involves the expansion of conservatism today.

KEYWORDS: Capitalism. Crisis. Neoliberalism. Conservatism.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de capitalismo tardio e dependente. Possui um processo de formação sócio-histórico que indica a presença constante de elementos conservadores, os quais se relacionam ao formato do desenvolvimento adotado, bem como às principais desigualdades presentes ainda no tempo presente, baseadas, sobretudo, nas opressões de raça, classe e gênero.

A conexão com o circuito internacional, através da adoção do neoliberalismo, determina as características do capitalismo no tempo presente, baseadas na intensificação da exploração da força de trabalho, minimização das funções protetivas do Estado, fragilização das políticas sociais, privatizações, dentre outros.

Do ponto de vista ideológico, se assenta no pensamento conservador, como forma de justificar as investidas do capital, como sendo necessárias para a superação da crise e desenvolvimento do país.

Nesse sentido, a face destrutiva do capitalismo, sobre tudo que tem vida, se apresenta como algo necessário, assim como a questão da competitividade, da exploração exacerbada da força de trabalho e dos recursos naturais. Consequentemente há um reforço para a naturalização das desigualdades e das expressões da questão social.

Diante disso, o presente artigo objetiva contribuir com as reflexões sobre a crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, enfatizando a adoção do neoliberalismo, bem como a ampliação do pensamento conservador na atualidade.

Trata-se de um estudo bibliográfico, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que há a preocupação em analisar a realidade atual, sem perder de vista o contexto histórico e a totalidade que envolve a expansão do conservadorismo na atualidade.

Por fim, apresenta que estamos diante de uma crise que não é apenas econômica, mas também, política, social, cultural e ambiental, as quais expressam a insustentabilidade deste sistema e indicam a necessidade de uma outra ordem societária, regida por outros valores.

CAPITALISMO E CRISE

O capitalismo é um modo de produção gerador de desigualdades, que sobrevive através de ciclos, os quais variam entre altas taxas de lucros e crises. Segundo Netto e Braz (2006, p. 167):

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.** (NETTO; BRAZ, 2006, p. 167)

Segundo Behring (2023) há uma crise estrutural instalada desde a década de 1970, havendo, no entanto, momentos em que a mesma se apresenta de modo mais expressivo.

A análise histórica do modo de produção capitalista, e dos seus momentos de crise, nos indicam que a solução, para a retomada do crescimento econômico, é via de regra, a ampliação da exploração da força de trabalho, visando aumento das taxas de lucro.

É nessa perspectiva que situamos a crise da década de 1970, em que os países passaram a rever a viabilidade de permanência do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que visualizavam que um dos fatores de intensificação da crise era justamente a intervenção do Estado no âmbito social.

Conforme aponta Antunes (2000), a crise da década de 1970 é intensa e complexa, proporcionando consequências diversas, que atingem as relações de trabalho, como também afetam amplamente o âmbito político, social, cultural e ambiental dos países.

Como consequência o autor supracitado pontua o processo de reestruturação produtiva, o qual pode ser entendido como uma tentativa de superação da crise, alicerçada em modificações no sistema de produção, através da intensificação da exploração do/a trabalhador/a.

Para Netto (2012), as transformações societárias, advindas da crise da década de 1970, foram imprescindíveis para o perfil adotado pelo capitalismo contemporâneo, marcado pela estratégia neoliberal. Nessa perspectiva, segundo Antunes (2000, p. 40):

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional.

Assim, constata-se que há um certo padrão que vem sendo seguido pelos países capitalistas, com vistas à ampliação do capital, através da adoção da estratégia neoliberal, pautada na minimização das funções protetivas do Estado, o que fragiliza as políticas sociais; flexibilização das relações trabalhistas, ampliando a exploração do/a trabalhador/a, a informalidade e o desemprego; e investimentos públicos na economia, em detrimento de

outras pautas.

As consequências para a classe trabalhadora são diversas. Primeiramente podemos citar o aprofundamento das expressões da questão social, sobretudo do desemprego, fome, miséria, trabalho infantil e aumento da violência.

Além dessas questões, constata-se que as alterações no “mundo do trabalho” geram efeitos que vão além da ampliação das desigualdades, incidindo diretamente na fragmentação da classe trabalhadora. Sobre isso, é importante frisar que, do ponto de vista ideológico, há uma naturalização da exploração e das expressões da questão social, como também uma intensificação do individualismo, como um valor central nas relações humanas.

Assim, o que observamos é que a crise atual não é apenas econômica, mas também política, social, cultural e ambiental, uma vez que a lógica destrutiva do capital invade todas as esferas do que tem vida.

O Brasil, como país de capitalismo tardio e dependente, se insere nessa lógica, através da adoção do neoliberalismo, como opção estratégica de superação da crise do capital, conforme veremos a seguir.

Neoliberalismo no Brasil

O neoliberalismo no Brasil passa a ser adotado como estratégia política e econômica no início da década de 1990, o que marca, segundo Carvalho e Guerra (2016) a adesão do país ao circuito de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, de forma tardia e subalternizada aos países centrais.

É importante situar que a adoção do neoliberalismo se deu num momento em que o Brasil vivenciava suas conquistas democráticas, através da Constituição Federal de 1988, um instrumento rico para a defesa de direitos da população e definição das funções protetivas do Estado. Nesse sentido, destacamos seu artigo 194, o qual define a Seguridade social como “um conjunto de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Constata-se que a adoção do neoliberalismo, ao definir a minimização das funções protetivas do Estado, gera um descompasso entre o que é posto em lei e o que a população realmente possui acesso, enquanto direitos conquistados. Sobre isso, destacamos que tal estratégia vem gerando, além da fragilização das políticas sociais, a flexibilização das relações trabalhistas; ampliação da informalidade; a naturalização e banalização da exploração e, conseqüentemente, o agravamento das expressões da questão social, com destaque para a pobreza e desemprego.

Segundo Carvalho e Guerra (2016), as medidas de ajustes do Brasil ao capital internacional seguem uma constância, o que não foi interrompido nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sobre tal aspecto, Mattos (2016, p. 101) afirma que:

Não é difícil perceber que os governos do PT amplificaram determinadas ideologias das classes dominantes, apresentando-as como caminhos para uma “governança” baseada na “concertação social”, na conciliação de classes, no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social, etc. (...) para além dos aparelhos próprios das classes dominantes, os governos petistas completaram um processo de incorporação à ordem burguesa, já iniciado nos anos 1990, da maior parte das centrais sindicais (destaque para a CUT) e muitos movimentos sociais, cimentando o caminho para sua atuação como braços do aparelho de Estado, reprodutores das ideologias dominantes e, portanto, instrumentos de “pacificação” da luta de classe.”

Com isso, podemos analisar que as estruturas conservadoras, mesmo apresentando-se de forma diferenciada, são uma constante na história do Brasil e, mesmo durante os governos petistas, mantiveram a lógica de preservação do capital.

Mesmo considerando que os governos petistas não foram capazes de frear o ciclo de ajuste do Brasil ao capital internacional e, portanto, o avanço do conservadorismo, é inegável determinados avanços, expressos sobretudo através dos programas de transferência de renda.

No entanto, compreendemos o seu perfil contraditório, que segundo Carvalho e Guerra (2016) pode ser entendido como uma “cidadania do consumo”, uma vez que não proporcionou uma real alteração no que tange às desigualdades sociais, de caráter histórico, de nosso país.

A bibliografia estudada apresenta um consenso, ao considerar o perfil “neodesenvolvimentista” dos governos petistas, o qual, segundo Mattos (2016, p. 101), caracteriza-se pela “combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável por que ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema.”

A política adotada pelos governos petistas, de “crescimento com inclusão” era arriscada, uma vez que tentava-se conciliar o crescimento econômico com a distribuição de renda, mantendo, com isso o ciclo do ajuste ao capital. Para Carvalho e Guerra (2016, p. 52) a instabilidade deste modelo, estava em se basear no “dinamismo da economia no consumo do mercado interno e não no investimento produtivo. E mais, esse consumo está assentado na expansão do crédito, ou seja, no endividamento dos consumidores”.

Ao analisar os mandatos de Lula e Dilma Rousseff, em especial as características apontadas através do que se convencionou chamar de “neodesenvolvimentismo”, concordamos com Keller (2019, p. 131), quando a autora afirma que tais governos operaram uma “transição política conservadora pelo alto”, destacando-se o seu caráter conservador, uma vez que as políticas de transferência de renda e, consequentemente de redução da pobreza, não ofereceram resistência ao capital, servindo, muito mais, como “estratégia de conciliação entre classes”.

Em meio à crise internacional do modo de produção capitalista, o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff foi marcado por uma quebra na sua base de sustentação

junto à classe dominante. Isso se deu, de acordo com Carvalho e Guerra (2016), pelo fato da presidenta, tentando driblar a crise, adotar medidas consideradas “heterodoxas”, o que gerou receio e instabilidade no mundo do capital.

É consenso que o governo Dilma, diante da crise instaurada, passou a vivenciar um momento caracterizado como “esgotamento” do “modo petista de governar”. Conforme as autoras supracitadas, pode-se mencionar diferentes dimensões para este “esgotamento”, as quais expressam que “a crise é o desmoronamento da experiência de articular políticas de ajuste com neodesenvolvimentismo.” (idem, p. 55).

Apesar de identificarmos o *impeachment* de Dilma Rousseff como um acontecimento que marca a guinada conservadora em nosso país, é preciso considerar que o aprofundamento do conservadorismo tem início um pouco antes. Para alguns/as estudiosos/as sobre o tema, inclusive, fala-se numa “onda conservadora”, a qual indica plenos sinais de vida a partir das manifestações de 2013, as quais contaram com a participação da direita. Segundo Melo (2016, p. 70):

E é verdade que, na semana de 17 a 21 de junho, entre os milhões que saíram às ruas contra o aumento das passagens no transporte público, estavam muitos grupos de direita. E enquanto a esquerda (incluído o Movimento Passe Livre [MPL] era expulsa com suas bandeiras vermelhas naquela semana, uma multidão com as cores da seleção de futebol entoava o hino nacional em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Como todos vimos, a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia.

Mesmo com a participação de grupos de direita, o autor supramencionado, chama a atenção para a presença predominante da classe trabalhadora nessas mobilizações de junho/2013, chamadas de “Jornadas de Junho”, as quais possuíam como pauta principal a defesa de direitos, como: transporte público; necessidade de investimentos na saúde e educação e denúncia à violência policial.

O autor supracitado destaca, como desdobramento, movimentos que aconteceram após as Jornadas de Junho, encabeçadas pelo movimento sindical e pelo movimento dos trabalhadores sem teto (MTST). Além disso, o mesmo destaca a ação repressiva e violenta, assumida pelo Estado, para frear tais mobilizações, bem como o papel da mídia, a qual divulgava muitas das ações dos/as trabalhadores/as como sendo vandalismo, polarizando o movimento entre “vândalos/as e cidadãos/ãs de bem”.

Analisando a história do Brasil, há um predomínio das “revoluções vindas pelo alto”. E, talvez por isso, as mobilizações de 2013 tenham gerado tamanho temor na classe dominante, a qual passou a questionar a capacidade de conciliação de classes, por parte do partido dos/as trabalhadores/as. Ou seja, houve o questionamento se o PT era mesmo capaz de apaziguar as massas, para garantir a permanência da acumulação do capital.

Segundo Mattos (2016), essa instabilidade gerada, o temor dos movimentos de classe e o esgotamento do PT, são responsáveis pelas dificuldades do referido partido nas

eleições de 2014. Para Boulos (2016), inclusive, tais dificuldades expressam muito bem a “onda conservadora” instalada no Brasil, uma vez que houve o predomínio de candidatos/as conservadores eleitos/as, os/as quais compõem a chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”.

Em meio ao “esgotamento do modo petista de governar”, assistimos, em 2016, ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, através do qual sobe ao poder Michel Temer. Tal processo é considerado, por estudiosos/as da literatura crítica, como um golpe na democracia brasileira. Para Demier (2016, p. 20):

O cheiro de povo acirrou, claro, o ódio ao povo, o tradicional ódio de classe cultivado pelos estratos superiores brasileiros (...) Tomados por um mal-estar social crescente, e muitas vezes acossadas por dívidas e contas a pagar, parcelas significativas dos setores médios passaram a dirigir sua insatisfação contra os de baixo, identificando sindicatos e partidos de esquerda como os responsáveis pelo seu declínio social (...) Derrotados eleitoralmente pelos votos dos “nordestinos que recebem bolsa família”, os setores médios conservadores revoltaram-se de vez (...) Alimentando uma repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e até mesmo índios, eles saíram às ruas e modificaram o cenário político do país.

A extensa citação acima, no entanto importante, nos permite refletir sobre os reais motivos que levaram ao impeachment da presidenta, bem como nos permite entender o contexto vivenciado a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro.

O impeachment aconteceu, conforme mencionado, em meio à crise de legitimidade do governo petista, traduzindo-se numa reação conservadora da elite, já que a suposta “mobilidade social” e o ganho de poder aquisitivo, adquirido por setores da classe trabalhadora, passaram a “incomodar” a classe dominante.

O que se evidencia é que, mesmo com a permanência latente da desigualdade social no país, houve um certo aumento no poder aquisitivo da classe trabalhadora, assim como, democratizaram-se o acesso a bens de consumo, como também a determinados direitos sociais, como por exemplo, o acesso às universidades públicas e aos institutos federais. E ao que parece, isso se somou à insatisfação da elite brasileira diante das medidas tomadas para o enfrentamento da crise instalada no país.

Desta forma, o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser analisado a partir da reação conservadora da classe dominante brasileira, traduzindo-se num golpe na democracia brasileira ou, como denomina Demier (2017), a construção de uma “democracia blindada”, compreendida pelo autor como um processo que visa alterações políticas para satisfazer as necessidades do capital, sem alterar, contudo, a si mesma. Ou seja, as alterações são realizadas sem a necessidade de um golpe clássico de Estado.

O Brasil é um país que mantém características conservadoras ao longo de sua história. No entanto, tanto o golpe de 2016, como a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, criaram as condições mais adequadas para que ele se manifestasse de forma muito mais evidente e até mesmo cruel. Portanto, se antes os/as conservadores/as “preservavam”

suas opiniões sobre determinados temas, hoje eles/elas expõem sem qualquer receio e agem de forma criminosa, expressando uma certeza na impunidade.

Quando Jair Bolsonaro declarava abertamente o seu ódio contra negros/as, mulheres, população LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, gerava um reforço, para aqueles/as que comungavam do mesmo pensamento conservador, mas, que, de certa forma, não tinham a coragem de se expor abertamente, venham agora a reproduzir tais preconceitos. Ou seja, há uma certeza da impunidade diante de práticas racistas e discriminatórias. Sobre isso, Keller (2019, p. 107) afirma que:

A representatividade conservadora no cenário político tem colocado em destaque aspectos que já estavam presentes no cotidiano da realidade brasileira, mas que, neste momento histórico, exsurtem com força e sem receios. Parte da população parece reproduzir despudoradamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas.

Concordando com a autora supramencionada, há uma naturalização das práticas e discursos conservadores. Isso se tornou muito evidente durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, quando muitos/as não conseguiram/conseguem enxergar o tamanho descaso do ex-presidente do país e articulá-lo com as mais de 700 mil mortes, que se deram em decorrência da ausência de ações governamentais. Naturalizou-se e banalizou-se a morte, a pobreza, o desemprego e as demais expressões da questão social que se agudizam no tempo presente.

Salientamos que, conforme Netto (2011) uma das características do pensamento conservador, que se atualiza, é a valorização das experiências e negação do conhecimento adquirido a partir da interlocução entre teoria e prática. Sobre isso, imediatamente, podemos fazer uma ligação direta com a pandemia da COVID-19, durante a qual houve, e ainda há, uma forte aversão ao conhecimento científico e desqualificação das medidas preventivas, em especial das vacinas. Aos nossos olhos, há uma ação irracional de negação da possibilidade concreta de salvar vidas através das vacinas e das demais medidas preventivas, como uso da máscara, por exemplo.

Paralelamente, vimos a intensa preocupação em “salvar” a economia, através das medidas de flexibilização. Com isso, o governo brasileiro assumiu uma postura que pode ser considerada criminosa, ao retardar a compra de vacinas. Além disso, todos fomos testemunhas do tamanho descaso do presidente Jair Messias Bolsonaro. Inicialmente o mesmo associou, diante da mídia, a COVID-19 com uma “gripezinha”.

Após a pressão da população e dos organismos internacionais, fez aquisição das vacinas, diga-se de passagem, tardiamente. Mesmo assim, ainda continuou com um discurso midiático de que os impactos da COVID-19 estavam sendo superdimensionados, bem como ofereceu declarações em que afirmava não acreditar no potencial das vacinas, ou mesmo, um discurso irracional de que quem tomasse a vacina iria se transformar num

jacaré.

Consequentemente, o Brasil acumulou um número absurdamente alto de mortes, em especial, da classe trabalhadora e, mesmo assim, até o momento ainda há quem não acredite no potencial letal do vírus e continue oferecendo resistência à vacinação.

Concordando com Boschetti e Behring (2021), o conservadorismo de Bolsonaro “flerta” diretamente com o fascismo, mesmo sendo um governo aparentemente “democrático” (o termo utilizado por Demier – “democracia blindada”- nos parece muito mais apropriado para designar o este momento). É nesse contexto que devemos compreender o suposto nacionalismo exacerbado; o armamento da população “de bem”; a militarização; violência e criminalização dos movimentos sociais e dos direitos humanos, somados ao conservadorismo moral e religioso, expresso através do *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Esse conservadorismo moral e religioso foi algo marcante no governo de Jair Messias Bolsonaro. Sobre este último aspecto, destacamos que foi bastante difundida, através da mídia, as ações de campanha/2022 realizadas por Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do país. Essas ações se deram, sobretudo, nas igrejas evangélicas pentecostais, com a presença direta da primeira-dama e/ou de seus/suas seguidores/as, em que se propagavam os discursos de que o momento da campanha presidencial se constituía numa “batalha espiritual”, do “bem contra o mal”. Nesse sentido, a mensagem utilizada procurava demonstrar que o “bem” seria a eleição de um candidato de Deus, defensor dos valores cristãos e da família tradicional.

Com isso, acreditamos que a dimensão política da campanha presidencial de 2022 ficou bastante fragilizada, uma vez que, ao invés de propostas, o candidato Jair Messias Bolsonaro resumiu sua campanha a um discurso de cunho conservador voltado, sobretudo, para a criminalização de determinadas pautas, principalmente aquelas relacionadas à legalização do aborto e das drogas, como também ao que denominavam como “ideologia de gênero”.

Nesse sentido, apesar da vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022, o país permanece propagando os discursos e práticas conservadoras, até porque o processo de ofensiva conservadora continua a se desenvolver.

Assim, o que fica muito evidente na realidade brasileira é que as características do pensamento conservador clássico permanecem atuais. É evidente que sofreram modificações, devido ao próprio tempo histórico e as modificações que foram, ao longo do tempo, ocorrendo na sociedade.

De fato, o conservadorismo no Brasil não surge com a figura do atual presidente do país, mas é óbvio que tem se legitimado muito mais com o posicionamento político adotado, sendo importante destacar que a ofensiva conservadora não se faz presente apenas no plano do discurso de ódio e nas práticas pautadas na violência, no nacionalismo e no apelo à família tradicional. Ele invade o ordenamento político.

Sobre isso, ressaltamos as características do pensamento conservador, as quais incidem diretamente na manutenção de um Estado forte para a economia, coercitivo para a manutenção da ordem do capital e dos privilégios da burguesia e mínimo para a classe trabalhadora. Ele se reatualiza a partir de uma ideologia forte, capaz de transmitir seus valores que induzem a comportamentos, bem como a naturalização e banalização das dificuldades de sobrevivência da maioria das pessoas, que compõem a classe trabalhadora.

Desta forma, consideramos que o que está em curso no Brasil é um projeto fascista, conservador, o qual vem incidindo diretamente na ainda frágil democracia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país que possui particularidades, que se evidenciam em consonância com o processo de formação social, o qual se deu amparado na violência, usurpação de nossas riquezas e exploração do nosso povo. Tais traços são perceptíveis no tempo presente, principalmente quando constatamos que a desigualdade é amparada em questões de classe, raça e gênero.

O estágio atual do desenvolvimento do modo de produção capitalista, através da adoção do neoliberalismo, vem provocando explorando e aniquilando a existência de tudo que tem vida. Com isso, concluímos que estamos diante de uma crise que não é apenas econômica, mas também política, social, cultural e ambiental.

As consequências da adoção deste modelo perverso de desenvolvimento indicam a sua própria insustentabilidade, uma vez que o caminho percorrido resulta na destruição das nossas riquezas naturais e da própria vida humana.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022, não foi/é suficiente para barrar esse ciclo de desenvolvimento capitalista em nosso país, uma vez que isso não se dá apenas no campo político institucional.

Para tanto, se faz necessária a superação da atual ordem societária, através da organização da classe trabalhadora, enquanto sujeito privilegiado da transformação social.

Necessita-se, portanto, intensificar o debate e as ações que contribuam com a formação política dos/as trabalhadores/as, com a finalidade de construir uma consciência verdadeiramente crítica e revolucionária, capaz de protagonizar o processo de luta inerente a esta transformação social.

Esse trabalho de base requer a adoção de uma teoria crítica, capaz de favorecer a conscientização dos sujeitos enquanto classe. Através disso, se torna possível a identificação do alvo de luta, que seria justamente o capitalismo, compreendendo-o como o responsável e gerador das desigualdades de raça, classe e gênero.

O caminho a percorrer certamente é longo e possui diversas dificuldades. Além da estratégia de formação política da classe trabalhadora, consideramos que precisamos superar a cultura do conformismo, naturalização dos fenômenos e banalização da própria

vida.

Necessitamos, diante disso, alimentar nossos sonhos, ou como diria o nosso saudoso Paulo Freire, “esperançar” diante da possibilidade concreta de conquistar outra sociabilidade, sem violências, desigualdades ou opressões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada políticas de exclusão na Educação e no Trabalho. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BOULOS, Guilherme. **A onda conservadora**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. **Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias?**. Universidade Federal do Maranhão. Revista de Políticas Públicas, São Luís:, p. 267-280. 2016.

DEMIER, F. e Hoeveler, R. **A onda conservadora**. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

KELLER, Suellen B. Alves. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade. 2012, n.111.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para o debate da (crítica) conjuntura brasileira**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira**. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PASSADO HISTÓRICO E PRESENTE DO RACISMO DENTRO DO TURISMO: A INVISIBILIDADE DE VIAJANTES NEGROS BRASILEIROS NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

Data de submissão: 07/09/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Glória Geovana de Oliveira Raimundo

UNESP, Faculdade de Engenharia e
Ciências (FEC)

Rosana – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/8307576067591288>

Juliana Maria Vaz Pimentel

UNESP, Departamento de Turismo e
Desenvolvimento do Território

Rosana – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/8046038647041375>

RESUMO: A presença de viajantes negros em relação a brancos é discrepante nos espaços turísticos. Compreender o quanto problemático é a invisibilidade de pessoas negras no turismo como consumidores e os motivos para isso ocorrer, são os objetivos deste estudo. Relacionando o turismo e o quanto todo o contexto histórico do negro no Brasil recaem de forma negativa em todas as instâncias da sua vida, a presente pesquisa visa constatar o racismo existente na atividade turística, assim como, identificar as determinantes que fazem com que esse público não tenha o mesmo acesso às viagens quanto a população branca. A metodologia é pautada na pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Os dados

preliminares da pesquisa demonstram que a escassez de viajantes negros se dá pela falta de recursos financeiros, pela violência, falta de segurança durante as viagens, discriminação racial, e a falta de tempo. Entende-se que o racismo e a desigualdade socioeconômica que as pessoas negras vivenciam as impedem de conhecer e experienciar novas experiências, e isso necessita ser mudado urgentemente. Desta forma, é imprescindível que estudos no âmbito do turismo sejam realizados com vistas a entender esse perfil de turistas e, assim, criar produtos turísticos que assegurem uma viagem em que o turista afrodescendente não vivencie situações de racismo em suas viagens.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Viagens; Turismo; Viajantes Negros; Invisibilidade.

HISTORICAL PAST AND PRESENT OF RACISM WITHIN TOURISM: A INVISIBILITY OF BLACK BRAZILIAN TRAVELERS IN SPACES TOURIST

ABSTRACT: The presence of black travelers in relation to whites is discrepant in tourist spaces. Understanding how problematic is the invisibility of black people in tourism as consumers and the reasons for this to occur,

are the objectives of this study. Relating tourism and how much the entire historical context of blacks in Brazil fall negatively in all instances of their lives, this research aims to verify the racism existing in the tourist activity, as well as to identify the determinants that make this public not have the same access to travel as the white population. The methodology is based on qualitative research of exploratory character. Preliminary survey data demonstrate that the shortage of black travelers is due to lack of financial resources, violence, lack of safety during travel, racial discrimination, and lack of time. It is understood that racism and socioeconomic inequality that black people experience prevent them from knowing and experiencing new experiences, and this needs to be changed urgently. In this way, it is essential that studies in the field of tourism be carried out in order to understand this profile of tourists and, thus, create tourism products that ensure a trip in which the Afro-descendant tourist does not experience situations of racism in their travels.

KEYWORDS: Racism; Travel; Tourism; Black Travelers; Invisibility.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual brasileira ainda à reflexos dos fragmentos da escravidão que podem ser compreendidos pelos mecanismos do racismo estrutural. O abismo social entre negros e brancos é uma consequência da atrocidade vivenciada pelos povos africanos para servirem de mão de obra escrava em território brasileiro. A população afro-brasileira se encontra em extrema vulnerabilidade devido a uma diversidade de condicionantes, que se encontram tanto no aspecto socioeconômico, no acesso a educação, a infraestrutura básica, no combate ao racismo constante, na faixa salarial desigual – determinantes que acirram as disparidades entre negros e brancos e que dificultam a vida do negro em sociedade, incluindo na atividade turística.

A invisibilidade e a escassez da população negra no turismo como consumidores é evidente e pode ser apreendida a partir da falta de recursos financeiros, da violência, da falta de segurança durante as viagens, a discriminação racial e da falta de tempo voltado ao lazer. Apesar dos aspectos mencionados sobre a população negra e constatar a existência de vestígios da escravidão ainda na sociedade atual, é necessário discutir que a demanda de viajantes afro-brasileiros é uma potência ignorada no mercado tradicional do turismo brasileiro. A falta de pesquisas voltadas a esse público no que condiz ao perfil do turista negro, aos hábitos de viagens e suas expectativas, impossibilitam o desenvolvimento de ofertas de produtos e serviços voltadas ao consumidor negro.

O racismo e a desigualdade socioeconômica que essas pessoas vivenciam as impedem de conhecer e experienciar diferentes formas de lazer que envolvem a atividade turística. É de extrema importância compreender o quão problemático é a invisibilidade de viajantes pretos e os motivos para isso ocorrer, pois se o lazer é para todos porque não é perceptível quando você realiza qualquer viagem e constata a ausência de viajantes pretos nesses espaços turísticos?

METODOLOGIA

Para o transcorrer da presente pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa de caráter exploratório. A pesquisa qualitativa, visa a compreensão, a interpretação e explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos, resultantes de múltiplas interações sociais, (ALVES e AQUINO, 2012). Sobre a pesquisa exploratória Gil (2002, p. 41) assevera que seu objetivo é aproximação do objeto da pesquisa, como maneira de construir dados que possam dar subsídios às hipóteses levantadas em relação ao conteúdo que está sendo pesquisado, além disso, está incluído nessa metodologia, o levantamento bibliográfico. A primeira etapa da presente discussão, buscou fazer uma análise de referências teóricas que abordam o racismo estrutural e a condição das pessoas afrodescendentes quanto consumidores do turismo. Dessa forma, buscou-se levantar informações a partir da leitura de artigos, revistas científicas, livros, sites governamentais, trabalhos de conclusão de curso, blogs, como método para embasar a discussão proposta neste trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme Santos (2018) a formação da identidade afro-brasileira foi construída mediante a histórias que estereotiparam a verdadeira condição dos africanos que chegaram ao Brasil colonial para trabalharem como mão de obra escrava. A autora destaca que o extermínio da identidade do negro e a sua não inclusão na sociedade, se desdobraram diretamente em consequências irreparáveis aos povos negros. Embora a população preta ou parda seja a maior parte (55,8%) (IBGE, 2019), a taxa de analfabetismo é extremamente perceptível ao analisar os estudos realizados pelo IBGE. Cerca de 9,9% de pessoas pretas ou pardas são analfabetas, enquanto a população branca é de aproximadamente 4,2% (IBGE, 2018). Já em relação a remunerações é bastante discrepante, ao mesmo tempo que brancos possuem um rendimento médio de R\$2.814,00, pessoas pretas retêm cerca de R\$1.570,00 (IBGE, 2018). Em relação a violência, as taxas de homicídios, por 100 mil jovens de 15 a 29 anos de idade, é profundamente alta, enquanto 98,5% de jovens pretos ou pardos são assassinados, 34,0% são brancos (IBGE, 2019).

Além disso, é necessário destacar aspectos referente as disparidades entre a faixa salarial entre brancos e negros:

[...] a população branca também registrou indicadores mais favoráveis. Esse quesito tem particular importância, pois o trabalho é a principal fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo de indivíduos e famílias. Em 2021, o rendimento médio mensal de pessoas ocupadas brancas (R\$ 3.099,00) foi bastante superior ao de pretas (R\$ 1.764,00) e pardas (R\$ 1.814,00). A diferença relativa em favor das pessoas ocupadas brancas ocorre desde o início da série histórica, em 2012 (IBGE, 2022).

A partir desse contexto é possível compreender que:

Através da mobilidade social e o aumento do poder de consumo, é evidente que a viagem estará na lista dos itens desejados por todas as classes sociais. Entretanto, uma vez que a maioria da população, que é negra e pobre, demanda por infraestrutura básica, educação e enfrenta a discriminação racial, a viagem se distancia desse público. (SANTOS, 2018, p. 35).

De acordo com Almeida (2019, p. 38), podemos definir de maneira resumida o racismo como:

[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Segundo Kilomba (2019) dentro do racismo, corpos negros são considerados como corpos impróprios, como corpos que encontram-se “fora do lugar” e, por consequência, corpos que não podem pertencer a um lugar. Pelo contrário, os corpos brancos, são construídos como próprios, ou seja, são corpos que estão “em casa”, “no lugar”, corpo que sempre pertencem a todos os espaços possíveis. No livro da autora, a mesma salienta que:

É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. [...] O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc (KILOMBA, 2019, p. 76).

No turismo, Ferreira e Casagrande (2018) indagam sobre escassez da presença de pessoas pretas nos espaços turísticos no território brasileiro e explica que pode ser por conta das práticas interseccionais e estruturantes de gênero, classe e etnia/raça, principalmente nos princípios da organização social brasileira que dificultam para que corpos negros encontrem-se em espaços turísticos. No momento em que estão, constantemente são “confundidos” como trabalhadores do turismo por aparentemente não pertencerem à conduta de um consumidor do turismo (OLIVEIRA, 2021).

Mediante a pesquisa elaborada por Santos (2018) foi analisado que dentre 580 pessoas afro-brasileiras, cerca de 63,5% estabeleceram a falta de recursos financeiros como um dos fatores que desmotivam viajar no Brasil. Enquanto, 10,5% por Violência e Segurança, 5,6% por falta de tempo e também pelo Racismo, com uma frequência relativa de 5,5%. Já os fatores que desmotivam a viajar ao exterior, o que prevaleceu foi a falta de recursos com 45,2%, em segundo o Câmbio 11,2%, em terceiro o idioma com 8,3% e o quarto pelo racismo com 6,0%.

Ademais, a pesquisa de Santos (2018) destaca acontecimentos de racismo/ou injúria racial em viagens domésticas, no qual foi averiguado que 46,7%, já vivenciaram e/

ou presenciaram situações de racismo. Já em viagens internacionais, 27,2% vivenciaram e/ou presenciaram o racismo durante as viagens. De maneira geral, os turistas destacam as situações, em que houveram o atendimento diferenciado, olhares desconfortáveis, perseguição em estabelecimento, hipersexualização, agressão verbal, acusações de furto e/ou roubo, impedido (a) de entrar no ambiente, condição financeira questionada, exclusão/invisibilidade, “piadas”, “confundido (a)” com funcionário (a), inospitalidade, depreciação estética: traços negróides e cabelo crespo, agressão física, pertences pessoais revistados sem motivo comprobatório e ameaças.

De acordo com o estudo realizado por, Hintze e Júnior (2012) foi constatado quase exclusivismo na representação do turista “mais” branco, em relação aos negros em todas as categorias de turistas analisadas. Sendo assim, no caso das pessoas negras, o papel exercido como turista é mínimo, nesse ínterim, geralmente, o negro é apontado como servidor do turismo ou atrativo turístico. Os autores acrescentam que:

O turismo tem seu discurso formado a partir do encontro com o “outro”, mas, o “outro” está tão deformado e estereotipado, que o encontro não se dá, dá-se um pseudo-encontro, um simulacro. O olhar do turista é produzido a partir de um viés notadamente racista (HINTZE; JÚNIOR, 2012, p.71).

Oliveira (2021), salienta que é problemática a carência de dados oficiais a respeito de negros no turismo no Brasil. Não se encontra informações oficiais quanto a viajantes negros, não se sabe quem são eles, para onde deslocam-se, o que consomem, quais seus hábitos de viagens.

Apesar dos dados da população negra evidenciarem que existe ainda vestígios da escravidão e que a dívida histórica com eles irá demorar anos para ser saldada, é importante mencionar que é um público que também consome e que está gradualmente crescendo e chamando atenção do mercado (OLIVEIRA, 2020). Conforme o Instituto Data popular, foi publicado uma pesquisa no ano de 2013, em que observou-se uma demanda crescente de afrodescendentes viajando, porém as ofertas de produtos e serviços para atender o perfil do consumidor negro é escasso (CARTACAPITAL, 2015).

Essa demanda é conhecida como afroturista e considerada uma potência, no entanto, infelizmente, invisível no mercado tradicional do turismo brasileiro. O racismo causa desequilíbrio no momento em que ignora o potencial de negros brasileiros quanto consumidores em potencial. Ainda que a população negra se encontre em maioria nas classes C e D, pesquisas demonstram que esse perfil foi, entre outros, um dos que mais cresceram referentes ao consumo de viagens. É destacado que apesar de todo o potencial que possui, os turistas negros são desconsiderados como prioridade dos fornecedores do turismo tradicional (CLEMENTE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conjunto de apontamentos, pode-se afirmar que apesar da população preta ou parda ser a maioria, ela se encontra à margem da sociedade, pois sofrem com: taxas altíssimas de analfabetismo, situação socioeconômica problemática, baixa infraestrutura básica, altas taxas de homicídio de jovens negros e a luta frequente contra a discriminação racial, evidencia que as viagens é algo extremamente fora de alcance desse público. É devido a essas determinantes mencionadas que impossibilitam que corpos negros estejam presentes em espaços turísticos reforçando, assim, a invisibilidade do negro no turismo. E quando estão nos espaços turísticos, frequentemente, são apontados como servidores do turismo ou, até mesmo, como atrativo turístico. O racismo é profundamente presente durante as viagens, viajantes negros passam por situações de extremo desconforto, com maior instensidade em viagens domésticas, e em seguida, em viagens internacionais. Pode-se mencionar as situações que ficaram perceptíveis na pesquisa, como o atendimento diferenciado, olhares desconfortáveis, perseguição em estabelecimento, hipersexualização, agressão verbal, acusações de furto e/ou roubo, impedido (a) de entrar em determinados ambientes, condição financeira questionada, exclusão/invisibilidade, “piadas”, “confundido (a)” com funcionário (a), inospitalidade, depreciação estética: traços negróides e cabelo crespo, agressão física, pertences pessoais revistados sem motivo comprobatório e ameaças.

Dessa forma, é fundamental a elaboração de estudos do perfil de viajantes negros, com vistas a levantar informações mais precisas sobre os hábitos de consumo de negros no setor do turismo, visto que apesar de todas as condicionantes, a população negra também é um público que consome o turismo e que está crescendo gradualmente e chamando atenção do mercado. A partir disso, é possível desenvolver ofertas de produtos e serviços para atender essa demanda, uma potencialidade que não deve ser ignorada, mas sim inserida imprescindivelmente na atividade turística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 38 p.

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A. **A Pesquisa Qualitativa: Origens, desenvolvimento e utilizações nas dissertações do PPGCI/UFPB** - 2008 a 2012, João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012.

CLEMENTE, H. **Turismo tradicional não está preparado para o afroturista**. 2020. Guia Negro. Disponível em: <https://guianegro.com.br/turismo-tradicional-nao-esta-preparado-para-o-afroturista/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FERREIRA, M. A.; CASAGRANDE, L. S. **E quem disse que não é seu lugar? Por um turismo democrático e inclusivo para negros e negras**. Revista Mundi Sociais e Humanidades, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335562772_E_QUEM_DISSE_QUE_NAO_E_SEU_LUGAR_POR_UM_TURISMO_DEMOCRATICO_E_INCLUSIVO_PARA_NEGROS_E_NEGRAS. Acesso em: 05 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HINTZE, H.; JÚNIOR, A. **Estudos críticos em turismo: A comunicação turística e o mito da democracia racial no Brasil**. Revista Turismo & Desenvolvimento, v. 1, n. 17/18, p. 57-72, 2012. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12767/16330>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demografia e Socioeconômica. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demografia e Socioeconômica. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 02 abr. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

O perfil do empreendedor negro no Brasil. CARTACAPITAL, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-perfil-do-empreendedor-negro-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

OLIVEIRA, N. A. **Precisamos falar sobre racismo no turismo**. Revista Iberoamericana de Turismo - Ritur, v. 11, n. 2, p. 267-280, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11889>. Acesso em: 03 abr. 2023.

OLIVEIRA, N. A. **Afroempreender em Turismo no Brasil: discussões iniciais**. In: MENEZES, Paula Dutra Leão de; BRAMBILLA, Adriana; SOARES, André Luiz Vieira (org.). *Perspectivas da Gestão em Turismo e Hotelaria II*. João Pessoa: Editora do Ccta, 2020. p. 8-539. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344883108_Perspectivas_da_Gestao_em_Turismo_e_Hotelaria_II. Acesso em: 03 abr. 2023.

SANTOS, T. S. **O viajante afro-brasileiro: enegrecendo o turismo**. 2018. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Cap. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5830662/mod_resource/content/1/ENEGRECER%20o%20Turismo%20-%20Thaina%CC%81%20SANTOS.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

HOSPITALIDADE E TURISMO CULTURAL: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO PELOURINHO, SALVADOR

Data de aceite: 02/10/2023

Ana Luiza Archangelo

<http://lattes.cnpq.br/5769156964676803>

Rafael Henrique Teixeira da Silva

<http://lattes.cnpq.br/1746191867559762>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre hospitalidade e turismo cultural, utilizando como caso de estudo o bairro do Pelourinho, em Salvador-BA. Como metodologia, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com respaldo em artigos e textos científicos. Partindo dessa discussão, é possível observar como a hospitalidade se relaciona com o turismo cultural, e qual sua importância para esse segmento turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Pelourinho; Patrimônio Cultural; Hospitalidade; Turismo Cultural;

INTRODUÇÃO

O termo “pelourinho” era utilizado, antigamente, para nomear colunas de pedra ou madeira localizadas em praças públicas (LIMA, 2008), que eram usadas para castigar escravos que fugiam ou

cometiam algum tipo de ato indesejado. Para demonstrar autoridade à população, os senhores de engenho construíram pelourinhos nos centros das cidades, a fim de punir as pessoas escravizadas a sangue frio em praças públicas. Oriunda da Europa, essa prática chegou ao Brasil com os portugueses, no período da constituição da cidade de Salvador-BA, em 1549. Fundada com o intuito de ser a primeira capital do Brasil, São Salvador da Bahia de Todos os Santos foi planejada e edificada como produto direto da Coroa Portuguesa, sendo um dos grandes exemplos da urbanização colonial de Portugal (NOBRE, 2003).

As características do relevo da localidade propiciaram uma urbanização em dois níveis: a acrópole da Cidade Alta se transformou em centro administrativo da colônia, enquanto a cidade Baixa se expandiu como o núcleo comercial ao longo da orla marítima. Ao longo dos séculos XVI e XVII, quando a cidade se transforma em um grande centro comercial e burocrático, o Pelourinho se converte no

centro da aristocracia colonial, com luxuosos edifícios residenciais, religiosos e militares, considerados magníficos exemplares da arquitetura colonial barroca.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, e sua consequente exploração, somada às frustradas tentativas de impedir invasões européias no sul do país, fizeram com que a capital fosse transferida para o Rio de Janeiro, em 1763, o que iniciou o processo de declínio do Pelourinho. A cidade de Salvador perdeu sua posição como capital nacional, porém, continuou a crescer como capital regional, graças ao cacau, ao tabaco e à criação de gado.

Com a Independência do Brasil e, anos depois, o fim da escravidão no país, surge no corredor da Vitória o maior ponto de prostituição e de tráfico de drogas na cidade, que perdurou por décadas. O abandono da aristocracia na cidade e a consequente ocupação de uma população com baixa renda, fez com que o Pelourinho entrasse em decadência (VILLAÇA, 1998). Em 1970, o Governo do Estado decidiu construir o Centro Administrativo da Bahia próximo ao aeroporto internacional e, consequentemente, o Pelourinho perdeu sua importância como centro político-administrativo, causando sua deterioração (SANTOS NETO, 1991).

Em 1985, o Pelourinho foi considerado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse período, a Prefeitura convidou a arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi para projetar uma restauração do Centro Histórico (BO BARDI, 1993). Ciente do potencial turístico da região, o Governo do Estado da Bahia lançou um termo para a preservação histórica do Pelourinho que, somada aos projetos de Bo Bardi, criam um processo de desenvolvimento turístico crescente.

Na presente pesquisa, a partir do contexto histórico trazido, busca-se correlacionar o turismo cultural com a hospitalidade no bairro do Pelourinho, por meio de autores e respaldos científicos. Nesta primeira etapa da pesquisa, ambicionou-se relacionar as temáticas do turismo cultural e da hospitalidade no bairro do Pelourinho, Salvador-BA. Futuramente, buscar-se-á compreender, com base em entrevistas, a relação entre os turistas e os moradores locais no bairro do Pelourinho. Temática essa que é permeada de características socioculturais específicas do processo de acolhimento, contidas no estabelecimento das relações de hospitalidade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho de pesquisa é uma forma concreta, racional e eficiente de busca de informações, pois determinado problema de pesquisa não é conhecido pelo senso comum, mas por meio de uma linguagem científica própria (PÁDUA, 2019). Nesse sentido, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseando-se em respaldos acadêmicos-literários para a discussão de uma relação entre Hospitalidade e Turismo Cultural, utilizando

como estudo de caso o bairro do Pelourinho. Com base nessas diretrizes, foi realizada uma análise qualitativa da produção acadêmica sobre a temática da hospitalidade e do turismo cultural no Pelourinho (HEALEY e HEALEY, 2016). Assim, foi conduzido um estudo descritivo e exploratório (KÖCHE, 2011) utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e análise documental para a avaliação e discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O turismo cultural é um dos segmentos mais importantes dentro do turismo (RICHARDS, 2013). Independente do tipo de turismo praticado pelo turista, sempre há a consumação de uma parte da cultura do local, seja na gastronomia, na arquitetura, nos centros históricos ou até mesmo nos *souvenirs*, que podem ser comercializados por moradores locais e representar uma fração da cultura regional.

Inicialmente, o turismo cultural tratava-se de uma atividade destinada a um nicho específico, majoritariamente composta pelas pessoas de classe alta, que procuravam um segmento além do turismo de praia e sol. No entanto, em 1990, com a fragmentação do mercado, o turismo cultural passou a ser reconhecido como pertencente a um setor de massa de perfil elevado (MCKERCHER e CROS, 2002), o que impulsionou o seu crescimento como segmento no mercado turístico. Segundo Richards (2007), o turismo cultural também sofreu influência da democratização da cultura, que, por meio da educação, desviou o turismo das elites para o consumo de massa. Com o aumento nos níveis de instrução, o acesso à cultura é ampliado, enquanto o efeito da globalização incentiva um desejo às culturas distintas e patrimônios locais, provocando o interesse em conhecer símbolos culturais.

Partindo desse contexto, pode-se inferir que o turismo cultural trabalha com experiências, que precisam ter algum diferencial para ser um destaque dentro do segmento. A hospitalidade é uma das principais dimensões de qualidade de serviço dentro do turismo e, consoante com Kandampully (2006), a hospitalidade pode ser considerada um fenômeno social que envolve a interação entre anfitriões e hóspedes, no qual o anfitrião tem a responsabilidade de fornecer ao hóspede um ambiente acolhedor e uma experiência agradável.

Castro e Gonçalves (2012) afirmam que a hospitalidade é uma atitude que deve ser praticada em todas as áreas de contato com o cliente, envolvendo a cortesia, a disponibilidade, a atenção e a satisfação das necessidades e desejos do cliente. Dessa forma, a hospitalidade envolve não só a prestação de serviços, mas empatia, responsividade e confiabilidade, a fim de fazer com que o turista sinta-se à vontade e bem-vindo, o que também o estimulará a querer retornar ao local. Além disso, a hospitalidade pode ser vista como um meio de fornecer aos turistas informações relevantes sobre a cultura local e os sítios turísticos, contribuindo assim para uma experiência turística mais profícua e

significativa.

Nesse viés, a relação entre hospitalidade e turismo cultural enriquece a experiência do turista, e pode também ajudar com a preservação de um local. Jafari (2017) destaca a importância da hospitalidade para a preservação da cultura local no contexto do turismo cultural. Segundo o autor, a hospitalidade pode ser vista como um meio de preservar a cultura local, ao promover a oferta de produtos e serviços turísticos que reflitam a cultura e os valores locais. A hospitalidade pode ser um meio de promover uma identidade cultural das comunidades locais, ao oferecer aos turistas uma experiência autêntica, imersiva e acolhedora.

Tratando especificamente do Pelourinho, diante das discussões realizadas, é possível inferir que, por se tratar de um centro cultural, um dos segmentos mais atuantes do turismo no bairro da cidade Alta é o turismo cultural. A hospitalidade é uma forma de promover a identidade cultural desse local, o que é imprescindível para o desenvolvimento e crescimento do turismo cultural na cidade de Salvador. Esse bairro da cidade pode e deve ser entendido como um espaço de hospitalidade (SILVA e BRUSADIN, 2014), um local de acolhimento territorial que auxilia na compreensão das trocas socioculturais que ocorrem entre turistas e moradores.

Tais trocas reforçam as representações constitutivas da baianidade enquanto experiência cultural, que valorizam o compartilhamento e a comunhão. Constituída através dos séculos, a identidade baiana também é baseada no imaginário social, envolto em elementos de religiosidade, celebração, comunitarismo, arte, alimentação, ludicidade, ancestralidade, expressividade dos gestos, entre outros (MARIANO, 2019). Elementos que se tornaram símbolo da hospitalidade local, estabelecendo um padrão cultural típico do soteropolitano em relação às pessoas que visitam sua cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou compreender a relação entre hospitalidade e turismo cultural, através de suas características e inter-relações, utilizando o bairro histórico do Pelourinho como estudo de caso. Por meio dessa correlação, foi possível inferir que a hospitalidade pode e deve ser compreendida como parte integrante do turismo cultural, visto que ajuda a promover o desenvolvimento da identidade cultural, além de poder auxiliar na preservação do patrimônio cultural e na geração de renda na economia local.

Nesse primeiro momento da pesquisa, entende-se que o turismo cultural é um dos segmentos mais relevantes dentro do turismo, não só por atrair, cada vez mais, turistas de todo o mundo, mas também, por auxiliar na conservação e preservação de um local, quando associado à hospitalidade - como destaca Jafari (2017).

Os próximos passos da pesquisa vão abranger a aplicação de questionários semiestruturados, com amostragem aleatória e não probabilística, voltado para os turistas que frequentam o Pelourinho. Desse modo, ambiciona-se apreender as esferas do acolhimento decorrentes das relações entre anfitrião-morador e turista-hóspede.

REFERÊNCIAS

BENNETT, Oliver. Cultural policy in the United Kingdom: collapsing rationales and the end of a tradition. **Cultural policy, Amsterdam**, v. 1, n° 2, p. 199-216, 1995.

BO BARDI, Lina. **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1993.

CASTRO, Cleber Carvalho de; GONÇALVES, Eliana Andréa Severo. Hospitalidade: uma revisão teórica. **Turismo em análise**, v. 23, n. 2, p. 231-247, 2012.

HEALEY, M. e HEALEY, R. How to conduct a literature search. In: CLIFFORD, N. VALLENTINE, G. (Eds.). **Key Methods in Geography**. Londres: Sage, 2016. p. 16-34.

JAFARI, J. (2017). Tourism and Peace: Interactions, Impacts and Challenges. **Channel View Publications**.

KANDAMPULLY, J. (2006). Service Management in Tourism and Hospitality: **An Introduction**. Thomson.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011

MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**: segundo as letras de canções. EDUFBA, 2019.

MARUJO, Noemi. O estudo acadêmico do turismo cultural. **TURYDES - Revista Turismo y Desarrollo Local**, Vol 8, N° 18, 2015.

MCKERCHER, B. e CROS, H. **Cultural Tourism**: the partnership between tourism and cultural heritage management. New York, London, Oxford: THHP, 2002.

NOBRE, Eduardo. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. **ANAIS do X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Belo Horizonte, ANPUR, p. 1-11, 2003.

PÁDUA, Elisabete Matallo. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Papirus Editora, 2019.

RICHARDS, Greg (Ed.). **Cultural tourism**: Global and local perspectives. Psychology Press, 2007.

RICHARDS, Greg. Cultural Tourism. IN: BLACKSHAW, T. (ed.). **Routledge Handbook of Leisure Studies**. Londres: Routledge, 2013, p. 483-492.

LIMA, Joana Santos. Um estudo toponímico do Pelourinho. **Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras**, v. 1, p. 73-84, 2008.

SANTOS NETO, I. C. **Centralidade urbana**: espaço e lugar na cidade de Salvador. Tese (Doutorado). São Paulo: FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, G. e BRUSADIN, L. Os espaços da hospitalidade e as representações da mineiridade nas repúblicas estudantis de Ouro Preto-MG. **Revista Cenário**, 2(2), 141-161, 2014.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS POR EMPREENDEDORES DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: UM ESTUDO REALIZADO NA REGIÃO DO BARREIRO EM BELO HORIZONTE-MG

Data de aceite: 02/10/2023

Késia Aparecida Teixeira Silva

Gerais

Doutora e Mestre em Administração,
Professora do Departamento de
Administração

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais

Rodrigo Cassimiro de Freitas

Doutor e Mestre em Administração,
Professor do Departamento de
Administração

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais

Natália dos Santos Reis

Graduanda do curso de Administração da
Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (PUC Minas)

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais

Júnio Silva de Araújo

Graduado do curso de Ciências Contábeis
da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais (PUC Minas)

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais

Jenifer Caroline Pinto Moreira

Graduada do curso de Administração da
Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (PUC Minas)

Pontifícia Universidade Católica de Minas

RESUMO: A pandemia do COVID-19 afetou consideravelmente a vida em sociedade desde o seu início no ano de 2020. As empresas, importantes instituições sociais também sofreram consequências em decorrência da pandemia. Dessa forma, o presente trabalho se propôs a analisar os principais desafios vivenciados por empreendedores da região do Barreiro em Belo Horizonte-MG durante a pandemia do COVID-19. Nesse intento, o referencial teórico abordou questões sobre o empreendedorismo e as influências da pandemia do COVID-19 na prática empreendedora. Foi realizada uma pesquisa quantitativa-descritiva junto a empreendedores da região do Barreiro que contou com um questionário fechado distribuído a 197 empresas. Os dados foram analisados utilizando-se o Statistic Package for Social Science (SPSS). Os resultados demonstraram que os problemas enfrentados por esses micro e pequenos empresários ultrapassam questões puramente gerenciais e se manifestam em limitações macro e microeconômicas que comprometeram o oferecimento dos bens e

serviços, dos postos de emprego e da geração de renda da comunidade empresarial e de seus colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Desafios. Pandemia do COVID-19.

ANALYSIS OF THE MAIN CHALLENGES FACED BY ENTREPRENEURS DURING THE COVID-19 PANDEMIC: A STUDY CARRIED OUT IN THE BARREIRO REGION IN BELO HORIZONTE-MG

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has considerably affected life in society since its beginning in 2020. Companies, important social institutions, have also suffered consequences as a result of the pandemic. Thus, the present work aimed to analyze the main challenges experienced by entrepreneurs in the region of Barreiro in Belo Horizonte-MG during the COVID-19 pandemic. With this in mind, the theoretical framework addressed issues about entrepreneurship and the influences of the COVID-19 pandemic on entrepreneurial practice. A quantitative-descriptive survey was carried out with entrepreneurs in the region of Barreiro, which included a closed questionnaire distributed to 197 companies. Data were analyzed using the Statistic Package for Social Science (SPSS). The results showed that the problems faced by these micro and small entrepreneurs go beyond purely managerial issues and manifest themselves in macro and microeconomic limitations that compromised the provision of goods and services, jobs and income generation for the business community and its employees.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Challenges. COVID-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

O mundo todo enfrenta nos últimos anos a pandemia do COVID-19, causada pelo Coronavírus. O Coronavírus foi descoberto no ano de 1964, em Londres, por uma pesquisadora escocesa de nome June Almeida. Na época uma descoberta sem muita relevância, dada a baixa patogenicidade do microrganismo quando em contato com o corpo humano. Em 2002 uma nova espécie da família Coronavírus desenvolveu-se na China e levou o país a uma grave epidemia que ficou conhecida como Síndrome Respiratória Aguda Grave, cuja causa tratava-se da descoberta de um novo tipo de vírus, que após isolado lhe foi atribuído o nome de *Sars-Cov*, sendo este o mesmo vírus que causa a covid-19.

Em 2019 a China novamente isolou uma outra espécie de Coronavírus, o Sars-Cov-2 ou Covid 19, sendo o vírus dotado de alto poder letal devido à falta de resposta do seu hospedeiro aos tratamentos recebidos e de difícil controle, dadas as suas formas de disseminação que ocorrem de forma extremamente rápida retardando o controle da sua propagação. E foi exatamente esse poder de se proliferar com extrema rapidez o que levou o vírus a alcançar praticamente todo o globo terrestre em poucas semanas. Nesse sentido a Organização Mundial da Saúde (OMS) veio a decretar estado pandêmico em março de 2020. Instalava-se assim uma das maiores crises sanitárias mundiais já vivenciadas e que perdura até o momento atual. E a instabilidade financeira que diversas nações já enfrentavam tornou-se em maior potencial, dadas as medidas restritivas necessárias para

a contenção da disseminação do vírus, que em busca de uma resposta a curto prazo as autoridades governamentais e de saúde viram-se obrigadas a decretar, dentre outras medidas, o distanciamento social.

No Brasil tal medida trouxe como consequência a potencialização da crise financeira que já existia e diante disso alavancou-se o número de demissões sem justa causa nas empresas, impactando significativamente em outra realidade, que foi o aumento do desemprego das forças de trabalho, forçando os brasileiros ao empreendedorismo. Conforme citado por Beringuy (2020), o Brasil registrou uma perda de aproximadamente 9% de empregos formais. Nesta mesma linhagem Vialli (2020), em paralelo ao IBGE afirma que, entre março e julho do ano de 2020 houve um crescimento de 20% no número de novos empreendedores quando comparado ao ano anterior.

A pandemia do COVID-19 afetou consideravelmente diversas instâncias da sociedade, dentre elas as empresas, que devido ao isolamento social tiveram que manter-se fechadas por um tempo, sendo impossível a comercialização dos produtos e serviços por meios físicos. Isso causou grande transtorno para a maioria das empresas, principalmente para os micro empreendimentos que tiveram que se adaptar à nova realidade.

O projeto de extensão Observatório Empresarial, realizado pelo curso de Administração da Unidade Barreiro da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais atua como parceiro das empresas atuantes na região em Belo Horizonte, fornecendo auxílio gerencial para que essas empresas melhorem sua gestão e tornem-se mais competitivas no mercado em que atuam. Diante da pandemia do COVID-19, percebeu-se que o projeto teria muito a contribuir com as empresas tendo em vista as dificuldades enfrentadas no novo contexto. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa que teve como objetivo principal analisar os principais desafios vivenciados por empreendedores da região do Barreiro em Belo Horizonte-MG durante a pandemia do COVID-19.

No atual contexto pandêmico de COVID-19, ações são entendidas como necessárias para redução do impacto econômico e social no país. Neste sentido, entende-se que refletir sobre os fatores e a importância de medidas que contribuam para a sobrevivência de empreendedores, sobretudo em momentos de crise e maior suscetibilidade à mortalidade, apresenta substancial importância.

A pesquisa mostrou-se relevante por demonstrar a realidade enfrentada pelos empreendedores considerando-se o atual cenário pandêmico que exigiu que as empresas modificassem sua forma de atuar tendo em vista o isolamento social que demandou o fechamento do comércio no início da pandemia. Ademais, as empresas incorporaram novas ferramentas e técnicas gerenciais para lidar com o novo cenário. Assim, o presente estudo se justifica também por demonstrar como a pandemia influenciou a prática desses empreendedores, podendo contribuir com empreendedores que enfrentam as mesmas dificuldades.

Trata-se de um esforço que busca trabalhar a indissociabilidade entre ensino,

pesquisa e extensão no curso de Administração, uma vez que leva a reflexão sobre um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. O estudo possibilitou a aproximação entre as práticas de extensão e de pesquisa aos estudantes, trazendo significativas contribuições que podem demonstrar dificuldades vivenciadas e de que maneira a universidade pode agir nesse sentido.

O artigo encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro aborda a presente introdução onde são apresentados os pressupostos centrais da pesquisa. Em seguida tem-se o referencial teórico que discute o empreendedorismo e os desafios enfrentados pelos empreendedores durante a pandemia do COVID-19. Logo, tem-se os procedimentos metodológicos que abarcam a operacionalização da pesquisa e alcance dos resultados. A seguir, apresenta-se os resultados e discussões e em seguida as considerações finais. Ao final, tem-se as referências bibliográficas que foram utilizadas no presente estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico aborda duas temáticas que embasam esta pesquisa. Inicialmente, discute-se o empreendedorismo como um fenômeno presente na sociedade e suscetível às variáveis micro e macro ambientais. A seguir, discute-se os desafios enfrentados pelo empreendedorismo na pandemia do COVID-19.

Empreendedorismo

O termo “empreendedor” é derivado do francês “*entreprendre*”, que significa “alcançar/empreender”, ou seja, aquela pessoa que se compromete a organizar, gerenciar e assumir os riscos de um negócio. O reconhecimento dos empreendedores nos ensinamentos de Kuratko (2016) remonta à França do século 18, quando começaram a associar as atividades de “risco” na economia como empreendedorismo. E no decorrer da Revolução Industrial tomou força esse papel, uma vez que os empreendedores da época assumiram sérios riscos e com relevantes transformações de recursos.

Kuratko (2016) salienta ainda que esse conceito continuou sendo aprimorado ao longo dos anos, e sendo de grande interesse especialmente dos economistas, e que no decorrer do século 20, o termo “empreendedorismo” tornou-se intimamente relacionado com a livre-iniciativa e capitalismo. Destaca-se ainda que os empreendedores servem como agentes de transformação, pessoas fornecedoras de ideias inovadoras e criativas para empresas, auxiliando no crescimento e rentabilidade.

Por outro lado, Tajra (2019) faz uma importante diferenciação a respeito de empreender e ser empresário, uma vez que afirma se tratar de coisas distintas. E nesse aspecto, salienta que empreendedor é aquela pessoa que tenha atividade focada em

resultados, inovações e realizações dessas atividades propostas, com alto poder de mudança e de se adaptar ao novo, transformando ideias em ações.

O empresário por sua vez é a pessoa que providencia a abertura do seu próprio negócio e a partir dele surge a oportunidade de ganhos monetários e/ou sociais, levando assim, um empreendimento adiante.

Tajra (2019) menciona ainda a criação do intraempreendedorismo que se trata de um movimento empresarial com o foco no desenvolvimento de colaboradores nas organizações, para que possuam postura empreendedora, de tal forma que esses colaboradores possam alavancar novos negócios no contexto em que atuam, haja vista que para o crescimento contínuo da empresa, a mesma precisa dedicar-se em continuar inovando e se atualizando de acordo com as mudanças exigidas pelo mercado, dependendo assim da necessidade de colaboradores com esse perfil empreendedor.

Corroborando, Velho e Giacomelli (2017) salientam que diferentemente do que muitos pensam a educação formal é uma das principais características do empreendedor, uma vez que pesquisas realizadas neste sentido apontam que a maioria dessas pessoas possuem formação e valem dela para construir novas ideias e negócios. Outro aspecto levantado pelos autores é o histórico profissional, sendo certo que as vivências profissionais da pessoa, seja como colaborador ou outras lições vivenciadas servem como base para tomada de decisões na nova fase empreendedora.

A globalização e as crises vivenciadas por todo o mundo tem resultado em um aumento expressivo de novos empreendedores, especialmente no Brasil. Outro aspecto de grande relevância é o aumento no número de desempregados e a ausência de novos investimentos por parte dos grandes empresários, insurgindo assim o interesse dos brasileiros em empreender.

Os desafios do empreendedorismo na pandemia do COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do COVID-19. Desde então, o mundo vem sendo desafiado pelo momento histórico da pandemia causada pelo rápido contágio do coronavírus SARS-CoV-2 – COVID-19 – cujos impactos, sem precedentes, vão desde a grave crise econômica global, até a perda em larga escala de vidas humanas (BAUM; HAI, 2020; UNWTO, 2020). Trata-se da maior crise de saúde pública em memória viva (OECD, 2020), a qual resultou na significativa redução e/ou bloqueio total das operações de várias empresas em muitos países (CHINAZZI et al., 2020), situação esta que impôs enormes desafios às empresas em geral (BARTIK et al., 2020) e, em especial, às micro e pequenas empresas – MPE – (DUBE, NHAMO, CHIKODZI, 2020).

Do ponto de vista conceitual, uma crise é um processo indesejado, comumente inesperado e de limitação temporal, cujo desdobramento é, possivelmente, ambíguo (GLAESSER, 2006). Uma crise não se resume a um evento isolado, mas a um processo

que se desenvolve e evolui em fases (MIRANDA, 2017). Quanto mais durar a crise, mais escassos se tornam os recursos financeiros (WENZEL et al., 2020), levando a uma possível falência das empresas (BARTIK et al., 2020), o que requer tomadas de decisão imediatas (GLAESSER, 2006) e estratégias de adaptação (WHITTINGTON, 2002).

No Brasil observa-se que a economia já vinha tentando se recuperar de uma crise de anos passados. Neste sentido, Leković e Marić (2016, p. 39) declaram que, “em períodos de crise, o ambiente empreendedor sofre mudanças significativas na forma de redistribuição econômica”. Perante uma crise econômica atípica e inusitada, a economia fraquejou. Com isso, vieram as medidas governamentais adotadas para tentar minimizar alguns pontos como a inadimplência, a mortalidade das organizações, evitar uma maior desaceleração da economia, o desemprego e entre outras coisas.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2020) os pequenos negócios têm sido fortemente afetados pela pandemia do COVID-19. O mais afetado foi o faturamento semanal citado por 88% dos pesquisados, com queda de 69% com relação a uma semana normal. Com quase um mês de isolamento social a parte financeira dos pequenos negócios já está comprometida, pois na média, o caixa suporta apenas 23 dias fechado. Alguns segmentos têm se estabilizado em patamares inferiores ao pré-crise e o comércio eletrônico tem crescido com a crise.

Diante da realidade de uma quarentena, as vendas online tornaram-se uma necessidade, bem como os serviços de delivery. Em um contexto no qual nos foi vedado o contato físico, as redes sociais passaram a ser uma maneira primordial de comunicação das empresas com seus stakeholders. A internet se torna refúgio nas incertezas da COVID - 19.

Ainda levará um tempo para se compreender as implicações do COVID-19 para o empreendedorismo. As empresas não devem ficar esperando que as coisas voltem “ao normal”. Conforme menciona Giones (2020) o caminho a seguir requer equilibrar a construção de resiliência, bem como estar pronto para novas oportunidades empresariais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como quantitativa-descritiva em que buscou-se identificar e descrever os principais desafios vivenciados por empreendedores da região do Barreiro durante a pandemia do COVID-19.

Os elementos da pesquisa foram selecionados por meio de um censo que considerou a área comercial da regional Barreiro na cidade de Belo Horizonte. O intervalo temporal de levantamento de dados se estendeu de agosto a novembro de 2020. Foram aplicados 197 questionários, os quais foram tabulados e analisados à luz das técnicas estatísticas descritivas. O questionário foi elaborado pelo Google Docs e o link foi encaminhado via email e grupos de Whatsapp das empresas. Após a realização da pesquisa os participantes tiveram acesso aos resultados gerados por meio da análise. Os resultados serviram como

base para o planejamento de ações por parte do Projeto Observatório Empresarial.

Foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for the Social Science) para analisar os dados coletados. Foram testadas, inicialmente, as técnicas de estatística descritiva que colaboram em identificar tendências, variabilidades dos fenômenos e a discrepância nos dados (HAIR et al, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente tópico apresenta os dados coletados e discute os resultados alcançados pela pesquisa. Inicialmente, tem-se o perfil das empresas que participaram da pesquisa e a seguir aborda-se os principais desafios enfrentados pelas empresas durante a pandemia do COVID-19.

Perfil das empresas participantes

A maioria das empresas que participaram da pesquisa atuam no ramo comercial (168) e apenas 29 atuam como prestadoras de serviço na região.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Comercial	168	85,3	85,3	85,3
	Prestadora de Serviços	29	14,7	14,7	100,0
	Total	197	100,0	100,0	

Tabela 1: Ramo de atuação

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao número de funcionários, observa-se que 80 empresas possuem menos que 3 funcionários. Outras 45 possuem de 3 a 10 funcionários, ou seja, mais de 50% das empresas possuem até 10 funcionários, o que demonstra se tratar de pequenos negócios atuantes na região do Barreiro. Trata-se de um dado importante, tendo em vista a dificuldade desse tipo de empreendedor ter acesso a serviços de consultoria e assessoria na gestão.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	11 a 20	26	13,2	13,2	13,2
	21 a 30	18	9,1	9,1	22,3
	3 a 10	45	22,8	22,8	45,2
	Mais de 30	28	14,2	14,2	59,4
	Menos que 3	80	40,6	40,6	100,0
	Total	197	100,0	100,0	

Tabela 2: Número de funcionários contratados

Fonte: Dados da pesquisa.

Principais desafios enfrentados pelos empreendedores durante a pandemia

Durante a pandemia do COVID-19 as empresas foram orientadas a fechar suas portas devido à necessidade de isolamento social decorrente do vírus. Dessa forma, as vendas por meio físico ficaram impossibilitadas de acontecer. A saída para as empresas foi trabalhar o e-commerce, vendas pela internet, utilizando canais disponíveis nas redes sociais. Conforme se observa na tabela 3, 94,9% das empresas possuem redes sociais ativas, o que permite que trabalhem o marketing digital e fomentem as vendas pela internet.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	10	5,1	5,1	5,1
	Sim	187	94,9	94,9	100,0
	Total	197	100,0	100,0	

Tabela 3: Redes sociais ativas

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados mostram que a maioria das empresas, 168 das 197 participantes da pesquisa, permaneceu com as portas fechadas durante mais de 4 semanas devido ao isolamento social imposto pelo COVID-19. Observa-se que trata-se de um longo tempo ao se avaliar as consequências de não faturar durante esse tempo, o que colocou muitas empresas em situações financeiras complicadas.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1 Semana	7	3,6	3,6	3,6
	2 Semanas	6	3,0	3,0	6,6
	3 Semanas	7	3,6	3,6	10,2
	4 Semanas	9	4,6	4,6	14,7
	Acima de 4 semanas	168	85,3	85,3	100,0
	Total	197	100,0	100,0	

Tabela 4: Tempo em que a empresa permaneceu com as portas fechadas devido ao isolamento social

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere às demissões de colaboradores em decorrência da pandemia, é possível observar que 153 empresas, o que corresponde a 77,7%, romperam contrato com colaboradores. Essa foi uma realidade vivenciada por muitas empresas que devido ao fechamento das portas e redução drástica do faturamento não conseguiram manter os colaboradores contratados.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	44	22,3	22,3	22,3
	Sim. Rompi contrato com colaborador(es)	153	77,7	77,7	100,0
	Total	197	100,0	100,0	

Tabela 5: Você reduziu seu quadro de pessoal em decorrência da pandemia?

Fonte: Dados da pesquisa.

Como já relatado, a pandemia do COVID-19 fez com que as empresas inovassem no sentido de buscar novas formas de vendas, tendo destaque as vendas pela internet que cresceram em média 400% nesse período. A pesquisa demonstrou que dentre as formas de vendas que diferem da física, as mais citadas foram: Whatsapp, Telefone, Facebook e Instagram, opção declarada por 31,98% das empresas, e apenas utilizando Instagram e Telefone, opção de 22,84% das empresas. Ressalta-se a forte presença das redes sociais Facebook e Instagram como forma de realizar as vendas durante a pandemia.

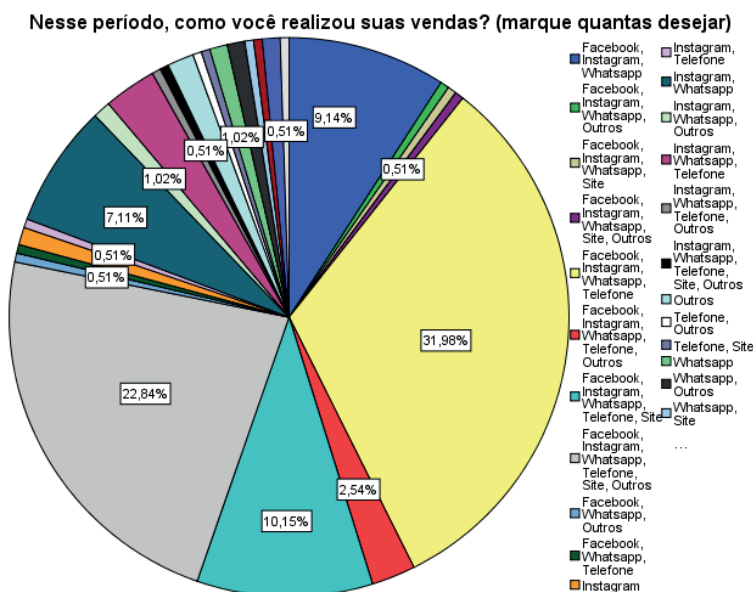


Gráfico 1: Forma com que realizou as vendas

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no gráfico 2 abaixo, a grande maioria das empresas, 89,34%, relataram ter encontrado dificuldade para lidar com esses novos métodos de vendas. Dessa forma, observa-se a necessidade de apoiar as empresas no que se refere à utilização das redes sociais para divulgação e efetuação de compras por parte dos clientes.



Gráfico 2: Dificuldade em lidar com os novos métodos de vendas.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito às entregas dos produtos, observa-se que na maioria das vezes, 39,09%, a empresa possui um entregador próprio ou os clientes buscam as mercadorias na loja tomando os devidos cuidados referentes ao isolamento social.

Como você realizou as entregas das mercadorias? (você pode marcar mais de uma alternativa)

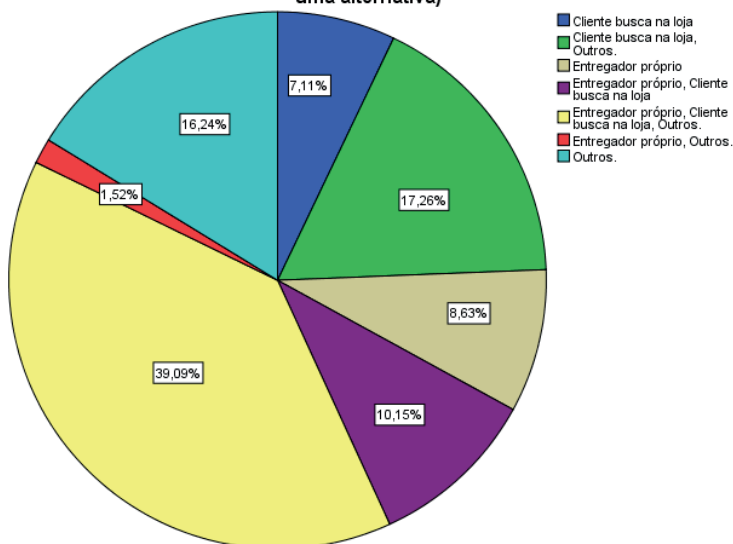


Gráfico 2: Entregas das mercadorias

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades encontradas, as empresas mencionaram a negociação com fornecedores e com colaboradores e a falta de produtos em decorrência da baixa produtividade de alguns fornecedores durante o período. Isso demonstra a possibilidade de assessoria nas áreas de negociação tanto com os fornecedores como com os colaboradores.

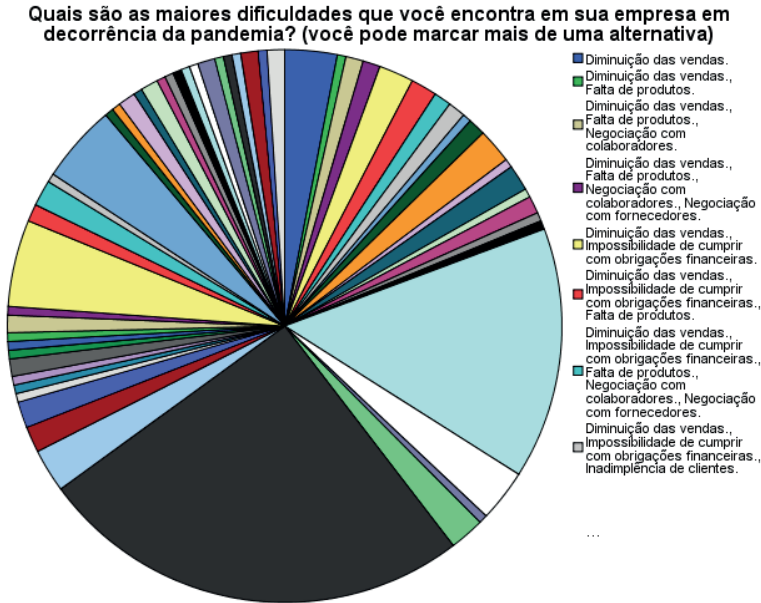
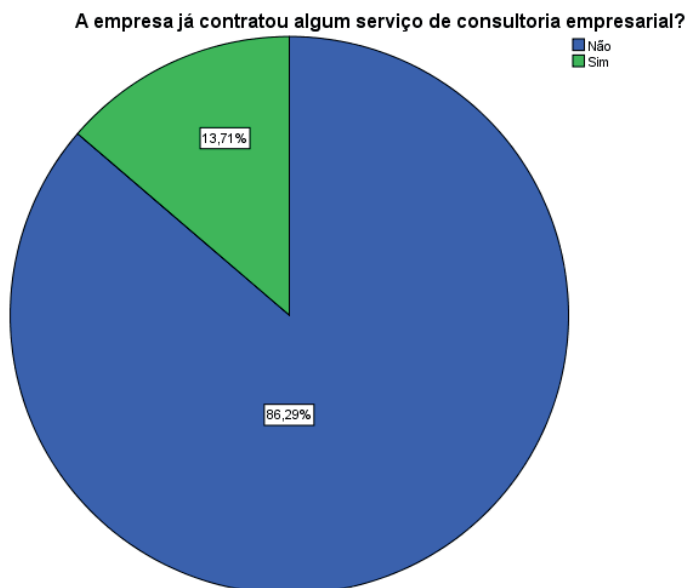


Gráfico 3: Dificuldades encontradas.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Ao final, questionou-se às empresas sobre a contratação de serviços de consultoria gerencial e 86% delas afirmaram que nunca contrataram esse tipo de serviço, demonstrando oportunidades de atuação do projeto nesse sentido principalmente com foco no atual cenário de pandemia e pós-pandemia em que as empresas demandarão por esse serviço.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diagnóstico realizado no decorrer do ano de 2018, suscitaram-se várias dificuldades enfrentadas pelos micros e pequenos empresários na área comercial adensada da regional Barreiro. Os problemas levantados estavam principalmente relacionados ao modelo de condução gerencial dos negócios. Percebeu-se na época que a crise de 2013 tinha deixado reflexos na realidade da comunidade empresarial do Barreiro, que se recuperava gradativamente.

Em 2020 viu-se a pandemia da Sars-COVID-19 paralisar as atividades comerciais não essenciais em amplitude mundial. E a comunidade empresarial de Belo Horizonte, especialmente do Barreiro, precisou suspender suas atividades em um contexto de incerteza e de sucessivas perdas que se arrastam desde março de 2020.

Na pesquisa realizada pelo projeto Observatório Empresarial por meio da sua equipe de extensionistas e professores foi possível perceber que os problemas enfrentados pela comunidade empresarial são mais agudos comparados àqueles levantados em 2018. Conforme dados da pesquisa, os problemas enfrentados por esses micro e pequenos empresários ultrapassam questões puramente gerenciais e se manifestam limitações macro e microeconômicas que comprometeram o oferecimento dos bens e serviços, dos postos de emprego e da geração de renda da comunidade empresarial e de seus colaboradores.

Conforme dados da PBH (2008) e IBGE (2009) a regional Barreiro já foi uma significativa colaboradora na geração de riquezas para cidade Belo Horizonte, ou seja, os tributos estaduais e municipais eram suficientes para manutenção das políticas públicas da

região e cooperava com as regionais hipossuficientes.

No contexto atual, a realidade econômica da região do Barreiro é muito distinta comparada há uma década atrás. Percebe-se que os empresários e empreendedores da região além de enfrentar problemas internos na gestão de seus negócios, atualmente, amargam perdas significativas com as paralizações constantes, intermitentes e incertas de suas atividades econômicas.

A pesquisa realizada em 2020 revelou parcela desses problemas, acredita-se que a situação seja mais aguda considerando que desde a coleta de dados vários empresários e empreendedores não suportaram os impactos das SARS-COVID-19.

Nesse contexto, o projeto Observatório Empresarial em 2021 se esforça em compreender melhor os contornos da crise vivenciada pela população empresarial com ampliação do diagnóstico com a intenção de desenvolver e oferecer serviços de assessoria empresarial.

Durante a coleta de dados, observaram-se dificuldade de acesso aos elementos da pesquisa, especialmente justificado pela suspensão e/ou encerramento das atividades econômicas dos micro e pequenos empresários.

Torna-se premente reforçar que pesquisas sobre os efeitos da crise provocada pela Pandemia do COVID-19 ainda merecem maior atenção e replicabilidade em outras comunidades, dado que os resultados investigados pela equipe do projeto podem ser apropriadas exclusivamente ao grupo de elementos que participaram do levantamento.

REFERENCIAS

BARRETO, Lícia da Silva Gonçalves de Moura *et al.* **Perfil do Empreendedor Feminino: um estudo de caso no Município de Nossa Senhora da Glória e Itabaiana – SE.** Itabaiana: Universidade Tiradentes, 2017.

BARTIK, A., BERTRAND, M., CULLEN, Z.B., GLAESER, E.L., LUCA, M., & STANTON, C. The Impact of COVID-19 on Small Business Outcomes and Expectations. **Harvard Business School Working Paper**, 20-102, April, 2020. <https://doi.org/10.1073/pnas.2006991117>

BAUM, T., & HAI, N.T.T. Hospitality, tourism, human rights and the impact of COVID-19. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 2397-2407, 2020. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-03-2020-0242>

BERINGUY, Adriana. **8,9 milhões perderam o emprego no 2º tri, no pico da pandemia, diz IBGE.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/08/06/pnad-continua-desemprego-ibge.htm#:~:text=8%2C9%20milh%C3%B5es%20perderam%20o,%2F08%2F2020%20%2D%20UOL%20Economia>>. Acesso em junho de 2021.

CHINAZZI, M., DAVIS, J., AJELLI, M., GIOANNINI, C., LITVINOVA, M., MERLER, S., PASTOR EYPIONTTI, A., MU, K., ROSSI, L., SUN, K., VI-BOUD, C., XIONG, X., YU, H., HALLORAN, E., LONGINIJR, I., & VESPIGNANI, A. The effect of travel re-strictions on the spread of the 2019 novel coronavirus (COVID-19) outbreak. **Science**, 24th. April, 368, 395-400, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.aba9757>

DUBE, K., NHAMO, G., & CHIKODZI, D. COVID-19 cripples global restaurant and hospitality industry. *Current Issues in Tourism*. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1080/13683500.2020.1773416>

GIONES, F. et al. Revising entrepreneurial action in response to exogenous shocks: considering the COVID-19 pandemic. *Journal of Business Venturing Insights*, Elsevier Ltd, nov. 2020. Disponível em: 10.1016/j.jbvi.2020.e00186. Acesso em: 20 ago. 2020.

GLAESSER, D. Crisis Management in the Tourism Industry. (2ª ed.) **Butterworth Heinemann, Oxford**, UK, 2006. <https://doi.org/10.4324/9780080464596>

KURATKO, Donald F. **Empreendedorismo: teoria, processo e prática**. 10 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125715/cfi/1!4/4@0.00:64.3>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MIRANDA, A.L. **Vantagem Competitiva em Pequenos Negócios(...)**. Tese. Doutorado em Gestão, ISCTE/IUL, Lisboa, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT [OECD]. (2020). Coronavirus (COVID-19): SME **Policy Responses**. Recuperado em 20 julho 2020, de https://read.oecd-ili-brary.org/view/?ref=119_119680-di6h3qgi4x&title=Covid

SANTOS, Maria Tereza. **O novo coronavírus não é filho único. Conheça os demais membros dessa família e entenda por que eles não provocaram pandemias de outras doenças**. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhanças-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/>>. Acesso em maio de 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (a). Impactos e tendências da COVID-19 nos pequenos negócios. **Boletim de impactos e tendências da COVID-19 nos pequenos negócios**, 4 ed, 17 abr. 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5f8338edb8cda72405222697f782c9a4/\\$File/19437.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5f8338edb8cda72405222697f782c9a4/$File/19437.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, Gabriele. **Você sabe o que é Sars-Cov-2? Entenda a diferença entre Sars, coronavírus e Covid-19 e saiba a forma correta de utilizá-los**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/voce-sabe-o-que-e-sarscov2>. Acesso em maio de 2021.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras**. 2 ed. São Paulo: Érica, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536531625/cfi/3!4/4@0.00:11.6>. Acesso em: 02 jun. 2021.

TOZZI, Marcela. LOURENÇO, Ingrid et al. **Você sabe como surgiu o coronavírus Sars-Cov-2? Disponível em: <<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/27-como-surgiu-o-coronavirus>>. Acesso em maio de 2021.**

VELHO, Adriana Galli. GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3 ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022492/cfi/1!4/4@0.00:67.2>. Acesso em: 02 jun. 2021.

VIALLI, Andrea. **Brasil ganha 600 mil microempreendedores durante a quarentena**. Afetados pela crise, novos empresários procuram oportunidade nas demandas geradas pela pandemia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2020/08/brasil-ganha-600-mil-microempreendedores-durante-a-quarentena.shtml>>. Acesso em junho de 2021.

WENZEL, M., STANSKE, S., & LIEBERMAN, M.B. Strategic responses to crisis. *Strategic Management Journal*, 41, 7-18. <https://doi.org/10.1002/smj.3161>, 2020.

WHITTINGTON, R. **O que é estratégia**. Pioneira Thomson Learning, 2002.

CONJUNTURA SUL-AMERICANA PÓS-PANDEMIA, UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Data de aceite: 02/10/2023

Alexandre Favaro Lucchesi

Jaime William de Andrade Charles

RESUMO: Este artigo propõe verificar os impactos recorrentes de crises de magnitude econômica, política e sanitária, e agora os efeitos combinados à pandemia que dizimou milhares de vidas nos maiores países da América do Sul. O foco será em como determinados indicadores macroeconômicos se relacionam às interpretações de matiz cepalina e neoestruturalista de maneira representativa da dinâmica econômica da região, tendo por objetivo mostrar a trajetória interrompida de crescimento econômico, com as evidências da conjuntura política, social e econômica, as debilidades da região e destaque para a recorrência das questões sanitária (epidemias, endemias e agora a pandemia) e da estrutura produtiva. A partir de um levantamento de visões relevantes acerca da estrutura sul-americana em que pesa a formação latino-americana de modo geral, e de indicadores principais da conjuntura recente, percebemos que a principal dificuldade enfrentada na crise econômica

foi a sobreposição dos efeitos negativos do fechamento do comércio e da estrutura deficiente na maior parte da região, algo que evidenciou a dependência do primeiro setor e mesmo dos países avançados, inclusive pela via do “caos como método” de dominação.

PALAVRAS-CHAVE: abordagem cepalina e estruturalista; conjuntura econômica sul-americana; desenvolvimento econômico; crise econômica da pandemia

ABSTRACT: This paper proposes to verify the recurring impacts of economic crises, in its political and health magnitude, and now the combined effects of the pandemic that decimated thousands of lives in the largest countries in South America. The focus will be on how certain macroeconomic indicators relate to ECLAC and neostructuralist interpretations in a representative way of the region's economic dynamics, with the objective of showing the interrupted trajectory of economic growth, and evidence of the political, social and economic conjuncture, the weaknesses of the region and emphasis on the recurrence of health issues (epidemics, endemics and now the pandemic) and the productive structure. From a survey of relevant views about the

South American structure in which Latin American education in general weighs, and from main indicators of the recent conjuncture, we realized that the main difficulty faced in the economic crisis was the overlapping of the negative effects of the closure of trade and the deficient structure in most of the region, something that evidenced the dependence of the first sector and even of the advanced countries.

KEYWORDS: ECLAC and structuralist approach; South American economic situation; economic development; pandemic economic crisis

INTRODUÇÃO

Os países sul-americanos têm sofrido impactos recorrentes de crises de magnitude econômica, política e sanitária, e agora os efeitos combinados à pandemia que dizimou milhares de vidas. O início da década de 2010 se mostrou bastante promissor para a região, porém desde 2014 a região tem enfrentado dificuldades, principalmente pelas quedas nos preços das commodities e como reflexo os impactos negativos sobre o ambiente econômico. Serão analisados como determinados indicadores macroeconômicos se relacionam às interpretações de matiz cepalina e neoestruturalista de maneira representativa da dinâmica da América do Sul, tendo por objetivo mostrar a trajetória interrompida de crescimento econômico, com as evidências da conjuntura política, social e econômica, as debilidades da região e destaque para a recorrência das questões sanitária (epidemias, endemias e agora a pandemia) e da estrutura produtiva. A primeira seção trará um levantamento de visões relevantes acerca da estrutura sul-americana em que pesa a formação latino-americana de modo geral, dando destaque às interpretações heterodoxas e estruturalistas. A segunda seção trará indicadores principais da conjuntura recente, focando nos elementos da última década e das maiores economias sul-americanas como Brasil, Argentina e Colômbia. Ao final, algumas considerações alinhadas ao cenário global.

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

A contribuição da Cepal

As crises econômicas cíclicas, fora os constantes embates políticos e ideológicos, que acometeram a região da América do Sul e tiveram consequências sociais, políticas e econômicas remete à sua formação histórica enquanto colônias de exploração. Tinham foco na produção de gêneros que interessassem ao mercado internacional, valendo-se da diversidade de condições naturais, em comparação às europeias, sendo que produtos como o açúcar e outros produtos ofereciam altas taxas de retorno para quem neles investisse (LACERDA ET. AL., 2018, p. 6). Potencialmente lucrativos, esses produtos configuraram vantagens face às colônias de povoamento (IBID.), como Estados Unidos e Canadá, onde

o principal fator direcionador foram as perseguições religiosas, o excedente de mão-de-obra e a busca por terras mais férteis para o plantio, em que pesaram as mudanças no sistema agrícola inglês (IBID.)

Sabidamente o foco dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão regional da ONU, criado em 1948, foi pesquisar e realizar estudos econômicos para a promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos. Prebisch (1949) denota a relação “centro-periferia” e utiliza o conceito de Deterioração dos Termos de Troca para analisar o comportamento das relações externas da América Latina com os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Historicamente produtores de bens de baixo valor agregado, baixa elasticidade renda e poucos insumos de produção, os países da região não constituíam parques industriais avançados, ficando estes nos países centrais. Eram consumidores de produtos importados de alto valor agregado e alta elasticidade renda dos países centrais, sujeitos ainda a maiores ganhos de produtividade com o progresso técnico, de maneira que o comércio exterior resultava em grande discrepância dos preços dos bens exportados e importados para os países periféricos.

Para Furtado (2020), construiu-se no Brasil, em resposta à crise econômica de 1929, o chamado modelo de “substituição de importações”, cuja origem está na emergência gerada pela queda nos preços da commodity transacionada em grande quantia na época, o café, e nas políticas de manutenção da renda via desvalorização cambial. Tal modelo teria logrado deslocar o centro-dinâmico da economia do eixo agrário-exportador para um voltado ao mercado interno, com a migração do capital agrícola para o novo mercado industrial. Medidas de intervenção estatal tiveram foco em políticas comerciais protecionistas para favorecer a produção e consumo internas de bens até então importados.

Nas décadas subsequentes, o modelo de substituição de importações teria sucesso nos governos dos chamados líderes populistas Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, caracterizando um grande salto no sentido da industrialização desses países. A tomada do poder por ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 seria acompanhada de mais programas intervencionistas e nacionalistas, logrando inclusive bons resultados em termos de crescimento econômico. No entanto, as condições que favoreceram essa retomada foram criticadas por Serra e Tavares (1970), que apontaram as consequências de tal modelo ser concentrador de renda, e o ambiente político ser caracterizado pelo autoritarismo.

Uma característica central do método cepalino é o estudo da formação histórica por trás das oscilações econômicas enfrentadas pelos países. A importância da estrutura produtiva aliada à sequência de acontecimentos determina arranjos cuja etapa de desenvolvimento se explica dentro de um encadeamento muito particular, de modo que os autores cepalinos adotam o método histórico-estrutural. Assim, a tese Prebisch-Singer da tendência estrutural de deterioração dos termos de troca fazia menção justamente à condição dos países periféricos no contexto do comércio internacional. Ao longo dos anos,

a teoria da dependência (MARINI; 2000) de matriz de pensamento marxista, assinalou, por sua vez, que os países latino americanos exerciam papel condicionado à dinâmica dos países centrais imperialistas, dentro do que se explicaria o processo de endurecimento dos regimes políticos pois determinados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Cabe ressaltar que, nos anos 1980, a crise da dívida externa assolou grande parte dos países latino americanos devido ao movimento de elevação das taxas de juros pelos americanos, política do banqueiro central Paul Volcker conhecida como “dólar forte” e que possui um significado de retomada da hegemonia (TAVARES; 1985) financeira do país às portas do ressurgimento do liberalismo econômico com a ascensão ao governo de políticos como Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido. A resposta dos latino americanos foi a de criar saldos exportadores capazes de honrar em divisas as necessidades de pagamentos do serviço da dívida contraída nos anos anteriores. A mudança de orientação do dinamismo produtivo caracterizou um reordenamento de tal ordem que, muito embora tenha sido possível ajustar os saldos para o cumprimento dos compromissos, a estratégia de desenvolvimento dos países foi abortada, de forma que muito se perdeu não apenas em projetos de desenvolvimento, mas também em debates (BIELSCHOWSKY; 2000).

Os efeitos do Consenso de Washington

Em 1989, em Washington D. C., nos EUA, foi convocado pelo *Institute for International Economics* um encontro puramente acadêmico e sem natureza deliberativa, que tinha por objetivo avaliar as reformas econômicas, empreendidas nos países da América Latina. Mas acabou por formular um documento, que ficou conhecido como Consenso de Washington¹, com recomendações cuja observância se tornou imprescindível à concessão de cooperação financeira externa, mormente através do FMI – Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Consenso obteve grande adesão das elites políticas, empresariais e intelectuais, de tal forma que passou a ser sinônimo de modernidade, considerando-se os que não se dispusessem a aderir à ideia de modernização pelo mercado como “dinossauros”. De acordo com o ideário do Consenso, a vocação do Brasil era voltar a ser exportador de produtos primários, como fora até 1950, em detrimento da industrialização. Não obstante, também foram defendidas no evento ideias diametralmente opostas, que emanavam da CEPAL, no que obteve amplo sucesso, a ponto de a CEPAL ter reformulado sua proposta de inserção internacional desses países,

1 A expressão “Consenso de Washington” foi criada por John Williamson, economista inglês, em 1990, originalmente para significar: “o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D. C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989.” Desde então a expressão “Consenso de Washington” fugiu ao controle de seu criador e vem sendo usada para abrigar todo um elenco de medidas e para justificar políticas neoliberais, com as quais nem mesmo Williamson concorda.

doutrina chamada neoestruturalista².

De acordo com o ideário do Consenso, a vocação do Brasil era voltar a ser exportador de produtos primários, como fora até 1950, deixando de lado as iniciativas de industrialização. O sucesso do Consenso pode ser melhor compreendido, tendo-se em mente que a restauração neoliberal se dava em um período Pós-Guerra Fria, no qual os EUA eram governados por Ronald Reagan (1981-1989) e, o Brasil, por Fernando Collor (1990-1992), vigorando a chamada “*Pax Americana*”, com a vitória do mercado livre sobre o sistema comunista, representada pela Queda do Muro de Berlim.

A América Latina, que mantivera, até então, a postura de não-alinhamento automático aos EUA, passou a uma ostensiva aceitação da dependência, tendo sido proposta a criação da Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA), à qual o México aderiu imediatamente, o mesmo tendo ocorrido com diversos líderes políticos que governavam outros países, entre eles, Fernando Collor, que sequer se preocupavam em exigir reciprocidade, compensação ou ajuda financeira, na decisão de liberar o comércio exterior. A premissa do Consenso era a de que o Estado não estava mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania: o de fazer política monetária e fiscal, o que implicava a renúncia à soberania nacional, muito bem exemplificada pela vinculação formal do peso argentino ao dólar. Destaca-se a visão economicista dos problemas políticos e sociais (BATISTA; 1994), representado pela fórmula: capitalismo liberal primeiro, democracia depois, deixando de lado as reformas sociais, que deveriam ser procedidas sem o Estado, com a máxima descentralização do setor público, representada pela municipalização dos recursos e pela defesa do protagonismo de organizações sociais.

No caso específico do Brasil, país que tem um grande mercado interno, Batista (1994) questiona a necessidade de abertura ao mercado externo para o crescimento econômico, defendendo a ideia do modelo *export-led growth*³, consoante o qual o crescimento interno puxaria o crescimento das exportações. Os chamados “tigres asiáticos” não teriam crescido sem intervenção do Estado, mas apenas em razão da iniciativa privada, na verdade tinham um projeto próprio de desenvolvimento, tendo passado a competir no mercado externo mediante fortes subsídios oficiais e graças, principalmente, à criação de grandes empresas privadas internacionais. O Consenso partira de uma premissa de que a América Latina era hostil ao investimento direto estrangeiro, fazendo constar do receituário que a sua aceitação deveria ocorrer sem restrições, de tal forma que poderiam exportar bens, e não tecnologia, nem capitais, que permitissem que os países em que investiam desenvolvessem a capacidade de produzi-los.

A fim de mostrar que tal “receituário” não é seguido pelos países desenvolvidos⁴, os EUA controlam o investimento direto estrangeiro em seu território, pois sabem que esse

2 Para uma completa análise da evolução do pensamento cepalino, cf. BIELSCHOWSKY (2000).

3 Batista (1994) menciona duas receitas para o crescimento econômico. O modelo *import-led growth*, ou seja, importar para crescer e o modelo *export-led growth*, ou seja, crescer pela via da exportação.

4 Nesse sentido, cf. CHANG (2004).

tipo de investimento acaba por transferir para o exterior as decisões empresariais que podem ter reflexos para a sua economia e seus interesses internos. Pela mesma razão, controlam as suas próprias multinacionais no exterior, obrigando-as a aumentar a remessa de lucros e obedecer a determinações de sanções econômicas a países em relação aos quais os EUA tenham restrições políticas.

A abertura das economias latino-americanas foi obtida através da persuasão, sem que se possa olvidar, contudo, a pressão econômica ainda que indireta. A proposta consubstanciada no Consenso jamais fora adotada pelos EUA ou pelos outros países desenvolvidos, e a receita única para países em estágios de desenvolvimento totalmente distintos, como o Brasil, já substancialmente industrializado e o Uruguai, ainda na fase pré-industrial, é uma de suas principais incoerências⁵.

Integração latino-americana e questão política.

Apesar dos esforços dos meios de comunicação para demonstrar o contrário, os resultados da aplicação da “receita” neoliberal do Consenso na América Latina mostraram-se modestos e foram limitados, citando, como exemplos de insucesso, o México e a Argentina. Dentre os países em desenvolvimento, os latino-americanos experimentaram combater a dependência mediante o processo de substituição de importações, em que pesaram também as políticas de protecionismo do mercado interno e de “repressão financeira”. Mas tal experimento, característico dos anos 1930, não obteve sucesso no contexto da globalização, de maneira que a posição inferior dessas economias na hierarquia de moedas do sistema monetário internacional do dólar flexível resultou em crises agudas de liquidez nos anos 1990 (EICHENGREEN; 2000, p.235-238).

A relativa bonança do cenário político dos anos 2000 entre os países latino-americanos ensejou a discussão no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente designada por Comunidade Sul-Americana de Nações, organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul, em 1º de julho de 2010. Mais do que rever o arranjo do bloco do Mercosul, a iniciativa mirou os interesses soberanos dos países sul-americanos de uma integração mais estável política e economicamente (GADELHA; 2013). Mas os esforços de união foram interrompidos conforme tomaram forma eventos que acirraram as tensões interna e externamente. Sob a presidência de Donald Trump, os EUA tornaram-se avessos a políticas de pacificação na região, instigando, pelo contrário, posições diplomáticas de dissenso. Após a eleição de Joe Biden em 2020 e as consequências da pandemia de covid-19, um realimento é ensaiado inclusive para superar as divergências com a Venezuela, onde o presidente

⁵ Para aprofundar a questão, cf. STIGLITZ (2002), obra na qual o autor, que tinha acabado de deixar cargos relevantes no Banco Mundial, destaca o efeito devastador que a aplicação linear das regras do Consenso e a globalização podem ter sobre os países em desenvolvimento, criticando as políticas do FMI, que considera antiquadas e inadequadas, principalmente por partirem da suposição de que os mercados, por si sós, geram resultados eficientes, sem necessidade de intervenção do Estado.

Nicolás Maduro, vendo seu governo ser contestado interna e externamente por apresentar todas as características de uma ditadura, tornou-se novamente um fornecedor alternativo de petróleo após a eclosão da guerra na Ucrânia⁶.

A eleição de Mauricio Macri em 2015 na Argentina ocorreu após grande comoção, no contexto de crise econômica, frente à resistência do eleitorado kirchnerista. Batista Jr. (2002) argumenta ser paradigmático o caso da Argentina porque, na condição de “laboratório” das recomendações do consenso de Washington na década de 1990, foram estabelecidas a “currency board” e a abertura de capitais, atrelando o caminhar monetário do peso ao dólar americano enquanto valessem tais medidas. O autor (IBID.; p.89) aponta que, devido à diversidade da pauta exportadora argentina, de outros parceiros comerciais que não os EUA, atrelar sua moeda ao dólar restringiu sobremaneira os mecanismos de ajustamento do comércio exterior. A taxa de câmbio valorizada provocou saldos negativos no balanço de pagamentos e a necessidade de elevar os juros, para conter a inflação, resultou em severa recessão. Em linhas gerais, a dita dependência monetária, ainda que tenha auxiliado a Argentina a controlar a inflação do peso, implicou também em dívida externa e estrangulamento da dinâmica interna, problemas recorrentes no governo de Alberto Fernandez desde 2019.

O Brasil conduziu em 2016 um processo de impeachment de sua presidente Dilma Rousseff, sem sucesso para apaziguar os ânimos entre o eleitorado de esquerda e de direita. A queda no crescimento global combinado com uma queda no consumo de commodities acabou por afetar as economias em desenvolvimento, cujo aqueles onde as exportações representam grande percentual do PIB, as exportações de produtos primários cresceram aproximadamente 18%, em 16 anos. Passando de 42% nos anos 2000 para mais de 60% em 2016, mostrando baixa dinâmica da manufatureira da economia brasileira assim como a da América Latina reforçando os laços históricos da região e um retrocesso das em relação ao período desenvolvimentista brasileiro (CORSI, SANTOS, CAMARGO, 2019).

Na Colômbia, os principais componentes do produto nacional, assim como quase que a totalidade dos países latinos e caribenhos está atrelado a venda de commodities. Os principais produtos exportados são minerais e vegetais (petróleo bruto, aglomerados betuminosos, nafta e carvão; café não torrado, flores e bananas) (ZABALA, 2020). Redondo Ochoa (2018) aponta que a mudança na pauta exportadora da Colômbia a partir dos anos 2000 teve participação estrangeira decisiva, principalmente companhias extrativas de petróleo e minérios, em comparação a produtos primários que predominaram até então como o café. Sua principal observação está em demonstrar que o país recebeu recursos no montante considerável de até US\$ 2,5 bilhões em valores correntes de 2012, quando as commodities atingiram cotação mais alta, por consequência do interesse conjuntural nos recursos petrolíferos e minerais. A especialização da Colômbia nesse setor, e mesmo da

⁶ CARVALHO E SILVA, L.A. Será a Vez da Venezuela? Disponível em: <https://jornalggn.com.br/america-latina/sera-a-vez-da-venezuela-por-luiz-alberto-melchert-de-carvalho-e-silva/>

América latina como um todo no setor primário, resulta das reformas liberalizantes dos anos 1990, em contraste ao movimento industrializante que caracterizou as décadas anteriores. Tal entrada de recurso não gerou, entretanto, melhora no quadro social nem tampouco estabilizou a dinâmica macroeconômica no país. Os confrontos entre os guerrilheiros aumentam consideravelmente os custos de produção (ICO ORDÓÑEZ; 2020) e a recente eleição de Gustavo Petro (2022) fez uso de uma conclamação nacional por paz para superar esses efeitos negativos.

A governança pelo “caos”

Com o fim do “boom” de commodities nos anos 2010, o crescimento econômico das economias latino-americanas amparado principalmente pela exportação de bens primários foi seguido por um período de baixo dinamismo da atividade e pela ascensão política de propostas neoliberais, cuja preocupação principal esteve na contenção tanto dos déficits públicos como do papel do estado na economia, com políticas econômicas de austeridade e contração monetária.

A dinâmica de acumulação de capital financeiro pelas economias centrais acarreta uma subjugação das economias centro-periféricas, na qual a dívida pública se transforma em dívida externa, tornando-se onerosa a boa parcela da população, por sua vez submetida aos custos por meio de tributação excessiva e, na maioria dos casos, regressiva. Segundo Pires (2020) essa subjugação se dá pela transferência dos fundos especulativos, por meio do pagamento dos juros da dívida pelo estado, de maneira que é operada uma transferência de riqueza da sociedade como um todo para bancos e o sistema financeiro em geral. Tal política de “transferência” de renda, por um lado, e a pauta de governabilidade mais atrelada a aspectos conservadores, como moral e bons costumes, por outro, fizeram com que os governos neoliberais, ligados aos grupos políticos de direita, solidificassem junto à sociedade sua ascensão em várias das economias latino americanas na última década. O reflexo foi uma ruptura nas relações com os governos anteriores, de base política social-democrata e estruturados numa base de redistribuição de renda e maior intervenção estatal, objeto de críticas pelos formuladores de política ortodoxos.

Em paralelo à volta do neoliberalismo na região, práticas da ultradireita reacionária que se aglutina paulatinamente desde a década de 2010 serviram como base para vencer eleições, por exemplo as “fake news” ou simplesmente notícias falsas difundidas de forma sistemática por redes sociais ao largo da imprensa tradicional, utilizadas significativamente nos processos eleitorais do referendo pela permanência do Reino Unido na União Europeia e mesmo nos Estados Unidos em 2016, onde tanto o “Brexit” como Donald Trump simbolizaram tais limites (ou falta de). O modelo da desinformação utilizada comum a esses grupos de direita foi posteriormente assimilado por Bolsonaro nas eleições de 2018 no Brasil, que após sua posse confirmou alinhamento ideológico ao grupo de Trump. Relação que Lima e

Albuquerque (2019) definiram como modelo de “autonomia pela participação” e “autonomia pela diversificação”, ou seja, representam características políticas ditadas mormente pelo ambiente externo e em algum período histórico ou de um governo específico, no qual a postura brasileira seguiria um “americanismo ideológico” caracterizado pela concessão de benefícios sem contrapartida ou concessão de alinhamento incondicional (IBID, 2019, p.16 apud MEDEIROS, VILLAS-BOAS, ANDRADE, 2019).

Esta estratégia de alinhamento sem contrapartidas e com ruptura de ligações entre o estado e a sociedade será abordada por alguns autores como uma estratégia do “caos administrado”, na qual os Estados Unidos exerceram influência não direta na região estratégica.

A tese que Korybko (2018) defende tem três eixos centrais: a) a luta pela manutenção da hegemonia estadunidense, ou em outros termos, a renovação do imperialismo; b) as Revoluções Coloridas; c) as Guerras Irregulares. O primeiro eixo diz respeito à motivação estadunidense para agir, enquanto o segundo e terceiro são relativos ao modo de agir (TOLEDO; RITROVATI, 2021, p.46 apud KORYBKO, 2018)

Essa política trata de uma posição estratégica do país dominante, no caso dos Estados Unidos, pois possui o maior poderio financeiro e tecnológico, apropriando-se de grande influência nas áreas estratégicas desses países subordinados a essa sua teoria de desenvolvimento. O grande espectro de influência nessa região não se retém apenas aos países subordinados, mas alcança também, e principalmente, os países que poderiam exercer qualquer interferência à supremacia estadunidense, atualmente China e Rússia, para retardar e mesmo impedir o desenvolvimento dessas potências econômicas, que afrontariam a supremacia dos Estados Unidos. Estes utilizam-se da “criação do caos” em regiões estratégicas por meio da intervenção em conflitos e em determinadas situações no fomento deliberado de intrigas entre grupos políticos, ainda que se saiba que as chamadas formas “indiretas” sejam mais comuns, como pela via da supremacia econômica e o estabelecimento de sanções ou mesmo pela competição acirrada dos grupos americanos, ou ainda pelo “*soft power*”⁷ da popularização da cultura e da emulação do padrão de consumo dos estados Unidos nos países latino-americanos.

A CONJUNTURA PÓS-PANDEMIA

Os países sul-americanos têm sofrido impactos econômicos diversos na última década (2011-2020), sejam elas de origem interna ou externa. Crises econômicas acabaram sendo agravadas pela pandemia do novo coronavírus⁸. Isto evidenciou fragilidades política,

7 NYE, Joseph S. The future of soft power in US foreign policy. *Soft Power and US Foreign Policy*, Routledge, 2010, pp.16-23.

8 Sars-Cov-2, causador da Coronavirus Disease 2019 ou Covid-19, acarretou restrições à mobilidade durante o ano 2020 e o primeiro trimestre de 2021. Teve origem no sul da China, mais especificamente na cidade de Wuhan, província Hubei, onde os primeiros casos foram registrados e notificados em dezembro de 2019, passando por todos os níveis de estágios da classificação sanitária, desde surto até ser declarada pandemia em março de 2020, pela Organização

social e econômica. As dificuldades econômicas remetem ao contexto de insatisfação social evidente desde o final 2013, quando movimentos no Brasil desencadearam uma série de protestos por melhoras no restante da região. No decorrer da década de 2010, outras enfermidades foram enfrentadas na região antes da pandemia de Covid-19 nesse período, de modo que paralelos podem ser investigados. A pandemia mostrou que paira sobre a população o sentimento de desamparo, em comparação à maioria dos países desenvolvidos que adotaram políticas de expansão dos gastos públicos para combater a crise econômica e investiram pesadamente em saúde, algo que se verifica principalmente pela corrida pela vacinação. O descompasso com o restante do mundo ficou latente uma vez que não se conseguiu implementar ações efetivas de isolamento social, por um lado pela sua estrutura social, onde a prevalência é de trabalho informal, e do outro pelos constantes embates políticos e ideológicos que geram manifestações e aglomerações, mesmo negacionistas em relação à pandemia.

A América do Sul⁹ concentrava cerca de 5,5% da população mundial em 2020 e 59,3% de todo o PIB de toda a América Latina & Caribe.

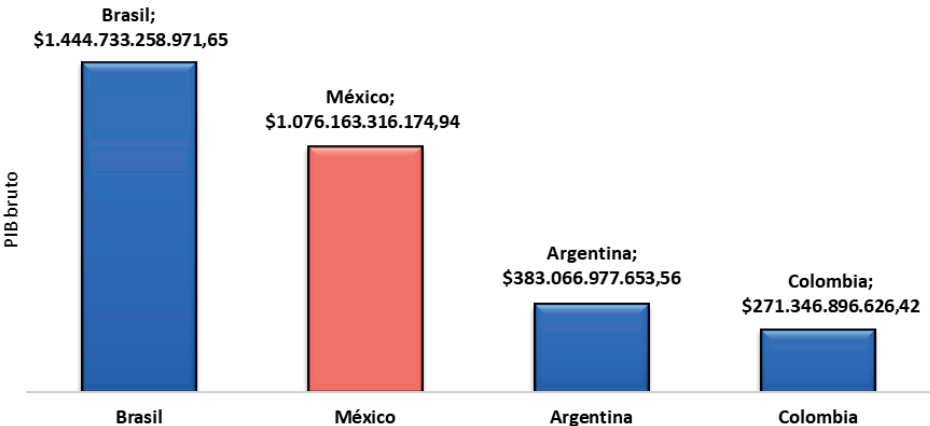


Gráfico 1. As maiores economias da América Latina e Caribe em 2020. (Em US\$ Dólares em 2020)

Fonte: Banco Mundial / Elaboração Própria.

As principais economias do Mercosul são Brasil, Argentina e a Colômbia, além de serem as principais da região sul-americana e também da América Latina e Caribe, junto ao México, estando em 1º, 3º e 4º lugares, respectivamente. Agrupavam cerca de 44,7% do PIB da América Latina & Caribe e 75,3% do PIB da América do Sul (gráficos 1 e 2) no

Mundial da Saúde

9 Composta por doze países e a Guiana Francesa (departamento ultramarino e região da França) em que pese o principal acordo da região, o Mercosul, tendo como estados-parte Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia, sendo que Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, apresentam-se como estados associados. A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. Fonte: Página oficial (mercosur.int). O Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão.

ano de 2020. Dentre as maiores, o Brasil é o caso mais emblemático, com alternância de visões econômicas após a redemocratização em 1988, o país já experimentou as vertentes econômicas (neo)liberal entre os anos de 1990 e 2002 (com práticas de abertura econômica, desestatização, quebra de monopólios estatais e controle macroeconômico, através do tripé-macroeconômico), logo após, o (novo/social) desenvolvimentista de 2002 a 2016 (com políticas econômicas e sociais voltadas à redistribuição de renda, maior intervenção estatal e a expansão de políticas públicas já existentes) e, desde agosto de 2016, uma retomada do (neo)liberalismo (de movimentos e políticas reduzindo a presença do estado, austeridade fiscal, flexibilização das leis trabalhistas, reformas da previdência e da administração pública).

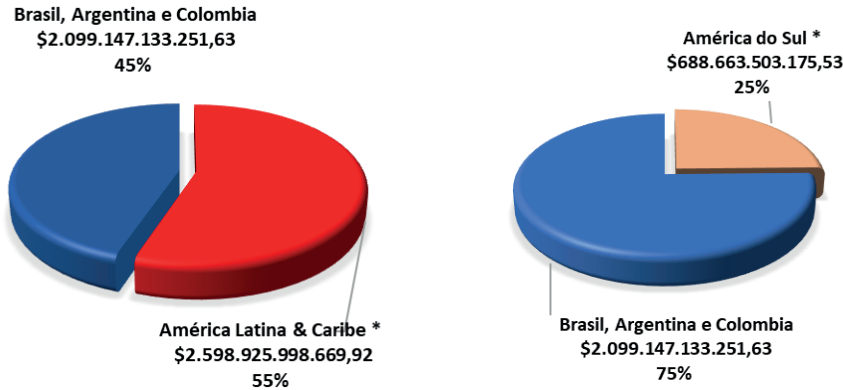


Gráfico 2. Participação de Brasil, Argentina e Colômbia no PIB da América do Sul e da América Latina & Caribe em 2020. (Participação percentual em US\$ Dólares, em 2020)

Fonte: Banco Mundial / Elaboração Própria

Obs.: * Representa a separação Brasil, Argentina e Colômbia dos outros países dessas regiões

A Argentina voltou-se às práticas do bem-estar comum, apesar de também passar por alternância de políticas ao longo da década (2011-2020), retomando iniciativas de redistribuição de renda e reforço da presença do estado pelos governantes que seguem o Peronismo¹⁰, após as experiências igualmente (neo)liberais entre 2015-2019 (DI TELLA, 2012).

A Colômbia enfrenta conflitos entre liberais e conservadores desde 1953, somados aos guerrilheiros ligados ao narcotráfico, às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ao Exército de Libertação Nacional (ELN), além dos grupos paramilitares, Autodefesa Unidas da Colômbia (AUC) e as Forças Armadas, de forma que a política colombiana passou por diversas mudanças institucionais, assim como a econômica, sem linha de pensamento político-econômico hegemônico, e apesar de todos os entraves, com

¹⁰ Movimento político argentino iniciado por Juan Domingo Perón na década 1940 cuja filosofia tem centralidade no nacionalismo populista.

o passar dos anos, houve uma fortificação das estruturas públicas focando principalmente no ensino.

As mudanças ocorridas no desenvolvimento da região podem ser observadas na comparação a Purchasing Power Parity (PPP) (Paridade pelo poder de compra, PPC) utilizado para reduzir as distorções das taxas de câmbio, custo de vida e rendimento, e assim se aproximar do valor real da economia (RONDINEL Et. al 2005). (Gráfico 3)

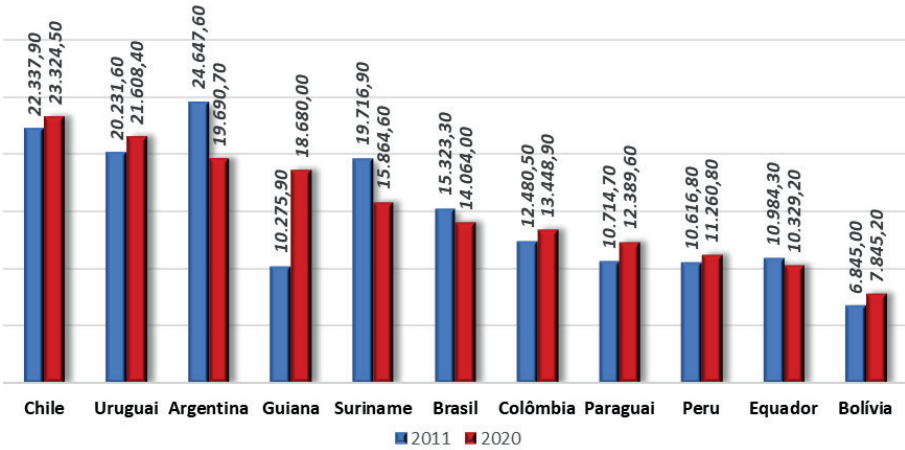


Gráfico 3. Poder de compra das economias do Mercosul, exceto a Venezuela. (Comparação entre o PPP de 2011 e 2020, em US\$ Dólares).

Fonte: Banco Mundial (The World Bank – 2020) / Elaboração Própria.

Na tabela 1, é possível notar que as maiores economias sofrem retrações significativas em seu poder de compra, enquanto se destaca o desempenho da Guiana com elevação de 81,8% em seu poder de compra e sendo também o único país do Mercosul a acumular crescimento positivo no PIB de 43,5%. Durante o mesmo período, Brasil, Argentina e Colômbia tiveram as respectivas variações de Δ PPC (-8,1%) e Δ PIB (-4,1%), Δ PPC (-20,1%) e Δ PIB (-9,9%) e Δ PPC (7,8%) e Δ PIB (-6,8%).

Variação PPP, per capita (2017)		Variação PIB nominal (anual%)	
Guiana	81,8	Guiana	43,5
Paraguai	15,6	Paraguai	-0,6
Bolívia	14,6	Brasil	-4,1
Colômbia	7,8	Chile	-5,8
Uruguai	6,8	Uruguai	-5,9
Peru	6,1	Colômbia	-6,8
Chile	4,4	Equador	-7,8
Equador	-6,0	Bolívia	-8,8
Brasil	-8,1	Argentina	-9,9
Suriname	-19,5	Peru	-11,1
Argentina	-20,1	Suriname	-15,9
Venezuela*	---	Venezuela*	---

Tabela 1. Variação do Poder de compra e do PIB nominal das economias do Mercosul, exceto a Venezuela. (Variação acumulada da PPP e do PIB de 2011 a 2020, $\Delta\%$)

Fonte: Banco Mundial (The World Bank – 2020) / Elaboração Própria.

* A Venezuela não contém dados para estar análise

Argumenta-se que há um processo de desindustrialização gradual ocorrendo ao longo da última década, cujas armadilhas mais comuns se manifestam na doença holandesa¹¹ e na exposição externa, devido à dependência de capitais estrangeiros, como empréstimos, financiamentos e emissão de novos títulos ao mercado internacional (BRESSER-PEREIRA, 2007; MARCONI, 2007; OREIRO, 2012). A economia latino-americana não tem grande capacidade produtiva, fator comumente encontrado nos países em desenvolvimento. Movimento comum e corriqueiro nos países com abundância de recursos naturais, principalmente commodities agrícolas e minerais, tende a impactar a economia local que a priori passa a depender de produto importados, gerando déficits na balança comercial desses países e uma hipervalorização cambial, impactada pelas oscilações nos preços dos recursos no mercado internacional e a entrada de capital estrangeiro para financiar os gastos públicos e fomentar o investimento privado.

Tobar e Linger (2020) levantam evidências de sucessivos problemas enfrentados pelos países da América Latina e do Caribe no combate à pandemia de covid-19, enfatizando a ausência de coordenação efetiva no enfrentamento dos problemas e do prejuízo causado pelo assim chamado “negacionismo”, a postura relutante de governos face ao impacto da doença e mesmo contrária a políticas públicas de contenção do espalhamento do vírus. O maior problema decorrente da pandemia é o impacto desigual sobre a população, indicam os autores, uma vez que o desemprego causado pelo interrompimento de serviços de interação social direta foi elevado e o contágio desenfreado impacta severamente

¹¹ A doença holandesa é o fenômeno econômico ocorrido na Holanda, durante a década de 1960, com a descoberta de uma reserva de gás natural que sobrevalorizou o câmbio a ponto de a exportação de recursos naturais suprimir a de produtos manufatureiros.

comunidades pobres, levando multidões ao sistema de saúde.

O primeiro setor (extração de matéria-prima) e o terceiro setor (venda de bens e serviços), são os principais agregados que compõem o PIB desses países, setores que sofreram fortes impactos econômicos ocasionados pelos lockdowns, resultando em quedas 6,3% no PIB da América do Sul & Caribe¹², impactando fortemente o comércio, a indústria e o turismo, além da venda e a extração de commodities, tanto minerais, que representam 9,9% do PIB, quanto agrícolas, que por sua vez representam cerca de 51,6%¹³ do PIB da região em 2020. Nesse mesmo ano, com a propagação do novo coronavírus e as dificuldades em manter o distanciamento social na região, por conta de grande parte da população economicamente ativa atuar de maneira informal e residir em favelas ou comunidades carentes e muito populosas, sem o devido acesso ao saneamento básico, elevou-se o número de contaminados (THOMAS, 2020).

O terceiro setor vêm se tornando a locomotiva econômica da América Latina, por conta da vulnerabilidade desses países a crises exógenas por choques internacionais de preços, e fatores endógenos como as deficiências nas políticas públicas. Assim, a condição econômica é frágil devido ao fato de os sistemas financeiros, ainda em estágio pouco avançado, denotarem o caráter periférico e a produção industrial estar extremamente restrita quando não diminuindo. A posição periférica e mesmo dependente desses países da tecnologia dos países desenvolvidos provoca uma situação de constantes déficits na balança comercial e os obriga a recorrer a empréstimos internacionais para honrar os pagamentos do serviço da dívida (GRANATO; BATISTA, 2018).

No terceiro setor encontram-se o comércio e o turismo, que têm sofrido os reflexos das crises sanitárias desde 2009, quando do surto H1N1 derrubou em 80% na compra de pacotes turísticos para a América do Sul em julho. Os primeiros relatos da gripe têm sua origem no México em março daquele ano, sendo declarada pela OMS como pandemia em junho seguinte. Em 2016, novamente o turismo na região sofre um impacto significativo agora por conta de uma epidemia da Dengue, doença transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti* e que impacta a região desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

A cada ano têm ocorrido picos cada vez maiores de dengue, com um maior número de infectados e em intervalos menores, incutindo aos países da região grandes instabilidades políticas e econômicas, com consequências ainda piores de mutações nos vírus sendo ainda mais danosas aos infectados, como os casos dos da Zika e a Chicungunha. De acordo com a OMS, são surtos epidêmicos que registram mais de 2,2 milhões de casos¹⁴. A covid-19 matou mais de 5 milhões de pessoas^{15 16} com impacto mundial por conta

12 Queda correspondente a América do Sul & Caribe. Dados obtidos no Open data do Banco Mundial (World Bank).

13 Dados retirados do Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, 2020. Cap. 2 p.34 - Cepal

14 A Panamerican Health Organization registrou em 2016, 2.249.842 milhões de casos de dengue, onde o Brasil foi o epicentro da doença com 64,5% dos casos, sendo de 1.438.624 confirmados pelo Ministério da Saúde Brasileiro.

15 Fonte: OPAS - Organização Pan-americana de Saúde, OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde; OMS - Organização Mundial da Saúde.

16 Dados do dia 14-11-2021 epicentro da doença com 64,5% dos casos, sendo de 1.438.624 confirmados pelo Minis-

de inúmeras vidas perdidas e o colapso das estruturas de saúde ao redor do mundo e evidenciando as dificuldades das regiões mais pobres e a desigualdade do globo.

Apesar de todas as informações disponíveis atualmente nos mais diversos meios de comunicação, por conta das mais de 32 organizações regionais da América Latina & Caribe e as organizações ligadas a ONU, os países dessa região ainda enfrentam grandes problemas no que tange à coleta de dados ao analisar as estruturas básicas. Muito da dificuldade em encontrar essas informações decorre da elevada defasagem e da inconsistência dos dados existentes, pela falta de organização dos órgãos responsáveis, isso quando há coleta e divulgação. Sem levar em conta que, junto com o continente africano, os sul-americanos acompanham denúncias de corrupção em paralelo a uma das maiores ondas migratórias forçadas do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da pandemia ocasionada pela covid, as falhas econômicas, políticas e sociais, ocorridas na América Latina e no Caribe ao longo da última década, foram evidenciadas. Os elevados problemas sócio estruturais da região tiveram forte impacto, tanto no elevado número de infectados quanto no elevado número de óbitos em decorrência da doença. A principal dificuldade enfrentada na crise econômica foi a sobreposição dos efeitos negativos do fechamento do comércio e da estrutura deficiente na maior parte da região, algo que evidenciou a dependência do primeiro setor e mesmo dos países avançados.

A corrosão da indústria dentro da América Latina, está levando a um processo de deterioração do meio ambiente e de desgaste dos meios de subsistência da região, as altas nos índices de desigualdade social são propagadas por fatores endógenos ao sistema econômico desses países. Eventos como a crise financeira de 2008, a Guerra Comercial entre EUA e China em 2019 e a Pandemia em 2020 denotaram agravantes conjunturais a um processo mormente estrutural de recrudescimento industrial, em que pese o papel preponderante que Brasil, Argentina e Colômbia poderiam ter, mas, ao contrário, arrastam toda a região numa trajetória de precarização produtiva.

Os países latino-americanos, por serem em maioria players concorrentes na venda e extração de commodities, que sabemos ser bens de baixíssima produtividade, leva-os a efeitos macroeconômicos indesejados, como a sobrevalorização cambial decorrente da entrada de moeda estrangeira, altas taxas de inflação e um amplo e gradual processo de desindustrialização, deixando-os expostos a gargalos estruturais e a choques cíclicos no comércio internacional. Do ponto de vista do arranjo distributivo interno, acarreta a concentração de renda em grupos exportadores, eleva o custo de vida elevado e gera uma instabilidade política e econômica pelo tensionamento social.

A volatilidade econômica e política desses países e uma riqueza abundante de recursos naturais torna esses países dependentes daqueles com vantagens comparativas e sujeitos à influência do “caos como método” de dominação. Ao longo da década, as principais crises sofridas por esses países foram geradas no mercado internacional e transmitidos ao cenário interno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico; MONTEIRO, Filipe; SMIDERLE, Afonso. A criminalização dos protestos do movimento passe livre

ARAÚJO, Valdelaine E. M.; BEZERRA, Juliana M. T.; AMÂNCIO, Frederico F.; PASSOS, Valéria M. A.; CARNRIRO, Mariângela. Aumento da carga de dengue no Brasil e unidades federadas, 2000 e 2015: análise do Global Burden of Disease Study 2015 – p. 205-216

BANCO MUNDIAL. A Economia nos Tempos de Covid-19 - Relatório Semestral Sobre a Região da América Latina e Caribe. Gabinete Do Economista-Chefe Para A América Latina E Caribe E A Prática Global De Macroeconomia, Comércio E Investimento (BIRD - AID) – 12 de abril de 2020

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Júlia de Souza Borba; SAMURIO, Sófia Escobar. Desintegração Econômica e Fragmentação da Governança Regional na América do Sul em Tempos de Covid-19. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 27, p.125-146 2020

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. Revista Estudos Avançados vol.16 nº.11, p.83-96 - São Paulo 2002. Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP)

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P.N. (et al.). Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.99-144

BÉRCENA, Alicia; CIMOLI, Mário; GARCIA-BUCHACA, Raúl; OCAMPO, Rolando; SHAW, Sally. Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe, 2020. Cap. 2 p.34 - Cepal

BIELSCHOWSKY, R. (Org). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000

BRESSER-PEREIRA, L. C. e MARCONI, N. (2009) Doença holandesa e desindustrialização, Valor Econômico, v.1 n.1, p.1-4, nov./2009. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. Doença holandesa – São Paulo 2007-2012

CANO, W. (2014) (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, dez.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada; estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004

CONTI, B. M.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. (2015). A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia E Sociedade*, 23(2), 341-. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642146>

DEOS, Simone S.; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro; WEGNER, Rubia C. Cooperação financeira no Mercosul e o financiamento do investimento - *Nova Economia* Belo Horizonte, vol. 23 nº1, p.155-184 - janeiro-abril de 2013

_____; _____. NIEMBRO, Andrés; SIMKIEVICH, Cecília; WEGNE, Daniela; RAMOS Rubia - *Perspectivas do Investimento na Dimensão do Mercosul e da América Latina* – Instituto de Economia da UFRJ e Instituto de Economia da UNICAMP - Agosto de 2009

DI TELLA, Torcuato S. História social da Argentina contemporânea. Coleção: Relações Internacionais. Brasília, 2017. Cap.21 p 303-320.

EICHENGREEN, B. A globalização do capital - Uma história do Sistema Monetário Mundial. São Paulo. Ed. 34, 2000.

FURTADO, C. (2020). Formação econômica do Brasil. Companhia das Letras.

GADELHA, R.M.A.F. (org.) Mercosul a UNASUL: avanços no processo de integração. São Paulo: EDUC, 768 p. 2013

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Regionalismo e desenvolvimento na América do Sul. *Revista Debates*, v. 12, n. 2, p. 201-222, 2018.

HAINES, Andres Ferrari. Argentinas antes do Peronismo e a Economia Peronista Cooperação financeira no Mercosul e o financiamento do investimento— Cap. 2 e Cap3 Porto Alegre, 2008

HECK, Fernando; PERPETUA, Guilherme; JUNIOR, Antônio. Operação Carne Fraca: a podridão vai muito além da carne! https://www.researchgate.net/publication/331079476_OPERACAO_CARNE_FRACA_a_podridao_vai_muito_alem_da_carne?enrichId=rgreq-81367fdf65420de0df30fc7a7966663a-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMzMTA3OTQ3NjtBUzo3NTgxNTMxMzg0Mjk5NTVAMTU1Nzc2OTlwMjg5Mw%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf

ICO ORDÓÑEZ, Lina. “Análisis de la inversión pública en el sector agropecuario en Colombia (2010 - 2020)”. Repositorio Institucional UMNG. Universidad Militar Nueva Granada. 2020. Web. 2 mar 2022

KOBYBKO, Andrew. (2018) Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes. Editora Expressão Popular; 1ª edição 174 páginas

LACERDA, Antônio Corrêa; BOCCHI, João I.; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. Saraiva. 6ª edição – São Paulo, 2018.

LIMA, Nísia Trindade, BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. Conhecendo o Sars-CoV-2 e a Covid-19. Diplomacia da saúde e Covid-19 - reflexões a meio caminho. Fiocruz; Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020

LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Marianna. (2019) Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. *Boletim OPSA*, ISSN 1809-8827, N. 1, Jan./Mar

MARINI, R.M. Dialética da dependência. Petrópolis, Vozes, 2000. Emir Sader (org.)

MEDEIROS, K.P.; VILAS-BOAS, V.; ANDRADE, E. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. (2010) Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun.

PEDROSA, Oswaldo; CORRÊA, Antônio. A Crise do Petróleo e os Desafios do Pré-sal. Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro- fevereiro, 2016 - FGV Energia

PERUFFO, L. Integração monetária e financeira na América do Sul: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário. Dissertação de mestrado, Unversidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIRES, Olívia Carolino (2019) Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina. Revista Estudos do Sul Global, No1. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

PREBISCH, R. (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. Revista Brasileira de Economia, v. 3 n. 3

REDONDO OCHOA, José David. História Econômica e Comércio Exterior na Colômbia: O Setor Minero-Energético e o Aprofundamento do Perfil Primário-Exportador do País pós-1990. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia. Campinas, 2018

RONDINEL, Ricardo; SONAGLIO, Cláudia; PEDROSO, Ledi. Economia chilena: Exemplo a ser seguido? Revista e Desenvolvimento Econômico, nº17, p. 27-48 Universidade Federal de Santa Maria 2005

SALEME, Edson Ricardo. Pandemia e Crescimento Interno e Regional: fortalecimento de parcerias pós crise de coronavírus - Departamento de Direito Ambiental Internacional Universidade de Santos p. 97-107- Comissão Permanente de Publicações Oficiais e Institucionais – CPOI. São Carlos, 2020

SCHNEIDER, Cristina; OLIVEIRA, Marília Santini. Resposta à Pandemia da Covid-19 pela OMS e Opas. Diplomacia da saúde e Covid-19 - reflexões a meio caminho Cap.8 p.117. Fiocruz; Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020

SILVA, Deborah. Os efeitos da operação carne fraca na imagem do Brasil

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. Revista Estudos Avançados. vol.23 nº. 66; p. 91-102 - São Paulo 2009 Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP)

SPINA, Roberto. O movimento passe livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013. Publico-41262.pdf (unifesp.br)

STIGLITZ. A Globalização e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002

TAVARES, M.C. (1985) A retomada da hegemonia norte-americana. Brazilian Journal of Political Economy, Vol. 5 No. 2 (1985), Apr-Jun

_____.; SERRA, J. (1972) Além da estagnação. In: TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar

THOMAS, Frédéric. América Latina e Caribe diante da Covid-19. Revista Lutas Sociais vol.24 n°.45, p.245-263 - São Paulo 2020

TOBAR, Sebastián; LINGER, Carlos. América Latina e Caribe: entre a Covid-19 e a crise econômica e social. Diplomacia da saúde e Covid-19 reflexões a meio caminho cap.13 p. 199. Fiocruz; Rio de Janeiro, 2020

TOLEDO, José Paulo; RITROVATI, Talissa Gabriela. (2021) Guerra Híbrida: Análise De Uma Perspectiva. Revista Conjuntura Global v. 10, n. 1 DOI: 10.5380/cg.v10i1.75867

ZABALA, David Sebastián Terán. Impacto Economico en el Comercio de la Ciudad de Tulcán por la Devaluación del Peso Colombiano Durante la Última Década (2010-2019). Universidad de los Hemisferios – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales – Quito, 2020

DE LAS CRISIS FINANCIERAS AL NUEVO ORDEN MUNDIAL

Data de aceite: 02/10/2023

Cristian Orlando Avila Quiñones

PhD. Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD, Maestría en Gestión Financiera
<https://lattes.cnpq.br/1092922705968851>
<https://orcid.org/0000-0003-3941-7631>

Elva Nelly Rojas Araque

PhD (c). Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD, Maestría en Administración de las Organizaciones Yopal (CAS), Colombia
<https://orcid.org/0000-0001-7852-0071>

Ángela Mayellis Melo Hidalgo

MsC. Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD, Líder Maestría en Gestión Financiera- MGF Medellín, Colombia
<https://orcid.org/0000-0001-5994-571X>

Natalia Ramírez Vargas

Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD, MGF – Semillero de Investigación en Gestión Integral y Financiera-GIF

Ángela María Builes Builes

Universidad Nacional Abierta y a Distancia-UNAD, MGF – Semillero de Investigación en Gestión Integral y Financiera-GIF

Carlos Julio Moreno

PhD (c). Univesidad de La Salle – UNISALLE.
Bogotá DC, Colombia
<https://orcid.org/0000-0002-4557-9509>

Nilton Marques de Oliveira

PhD. Universidade Federal do Tocantins-UFT, Docente do curso de economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Palmas – TO, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6485-314X>

RESUMEN: De una manera general, este capítulo hace un recorrido histórico al orden económico mundial, con el objetivo de presentar los indicios que podrían ser factores determinantes para explicar el surgimiento de un nuevo orden mundial. Así mismo, presenta brevemente a juicio de los autores la potencial implicación de ello, la desdolarización global. Por ende, toma como punto de inicio la conferencia de Bretton Woods que ideó no solo las reglas de juego para las economías participantes en el orden del sistema internacional de la segunda postguerra, sino que también creo las instituciones fundamentales para

su funcionamiento: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento – BIRF (hoy Banco Mundial - BM), el Fondo Monetario Internacional – FMI y la Organización Mundial del Comercio – OMC; cada organismo con ocupaciones específicas.

PALABRAS-CLAVE: nuevo orden mundial, crisis financieras, BRICS.

FROM FINANCIAL CRISES TO THE NEW WORLD ORDER

ABSTRACT: In a general way, this chapter takes a historical overview of the world economic order, with the aim of presenting the signs that could be determining factors to explain the emergence of a new world order. Likewise, it briefly presents, in the authors' opinion, the potential implication of this, global de-dollarization. Therefore, it takes as its starting point the Bretton Woods conference that devised not only the rules of the game for the participating economies in the order of the international system of the second post-war period, but also created the fundamental institutions for its functioning: International Bank of Reconstruction and Development – IBRD (today World Bank – WB), the International Monetary Fund – IMF and the World Trade Organization – WTO; each organism with specific occupations.

KEYWORDS: new world order, financial crises, BRICS.

INTRODUCCIÓN

En 1944 en el Estado de New Hampshire, Estados Unidos, se realizó la conferencia de Bretton Woods que ideó no solo las reglas de juego para las economías participantes en el nuevo orden del sistema internacional de la segunda postguerra, sino que también creó las instituciones fundamentales para su funcionamiento: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento – BIRF (hoy Banco Mundial - BM), el Fondo Monetario Internacional – FMI y la Organización Mundial del Comercio – OMC; cada organismo con ocupaciones específicas. (AVILA et al. 2022).

El BM se encargaría de financiar las economías arruinadas por la guerra y de impulsar programas para la superación de la pobreza, por su parte el FMI se encargaría de dos casos: Por un lado, gestionar la liquidez de sus países afiliados y, por el otro lado, vigilar los tipos de cambios para evitar desequilibrios de largo plazo. Finalmente, la OMC velaría por que se hiciera una liberación comercial multilateral. Sin embargo, vale aclarar que la OMC no se erigió como una institución porque el senado de los Estados Unidos no lo aprobó (Cue, 2010). Por tal motivo y posterior a 1948, el comercio mundial se hizo bajo las reglas del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), por lo que en este apartado haremos referencia a este último en lugar de la OMC.

No obstante, estas instituciones de Bretton Woods han incidido en el desarrollo y subdesarrollo de varios países a lo largo de los últimos 70 años. E inclusive en varias oportunidades a través de este nuevo orden mundial se han sancionado drásticamente a varios países que hoy son potencias mundiales, como abiertamente lo expresa el premio nobel de economía Joseph Stiglitz en su libro *el malestar de la Globalización* en 2002.

Por tanto, en países como China, Rusia e India que han sufrido grandes sanciones económicas y sociales, que adicionalmente han sido unilaterales, se ha gestado todo tipo de teorías de conspiración tanto políticas como socioeconómicas hasta llegar al siguiente cuestionamiento que para varios países africanos como Kenia y Yibuti hoy toma gran relevancia: ¿Porque hay dólares intermediando las transacciones entre China y Rusia?, ¿Porque China o Rusia que son potencias mundiales deben pasar de su moneda local a una moneda de otro continente y después regresar y hacer otro intercambio?.

Sí efectivamente durante los últimos 50 años el dólar se vendió como la divisa más fuerte y alcanzó la hegemonía como patrón universal de intercambio, permitiendo crecer a todo país alineado con el sistema. Pero también es la divisa que permite controlar y sancionar unilateralmente a cualquier país del mundo.

Además de esta introducción, el capítulo está dividido en los siguientes dos temas: En la primera parte se presentan las Instituciones de Bretton Woods y su rol en la economía mundial; y, en la segunda parte se presenta brevemente como se ha quebrado dicho orden mundial, a través del nacimiento de un nuevo G2 y el crecimiento del grupo de los BRICS. Lo cual podría traducirse en síntesis en la pérdida de la hegemonía del dólar en la economía global.

INSTITUCIONES DE BRETON WOODS Y LA ECONOMÍA MUNDIAL

Con la entrada de EE. UU. en la segunda guerra mundial, en diciembre de 1941, el secretario del Tesoro, Henry Morgenthau Jr., nombró a Harry Dexter White como secretario adjunto del Tesoro, encargado de todos los asuntos Internacionales. White como principal economista Internacional del Tesoro de la economía norteamericana, redactó el proyecto preliminar de su país que competiría con el que preparó Keynes, por aquel entonces al servicio del Tesoro Británico.

En 1944, White se reunió por primera vez con Keynes y compartieron sus ideas, en el marco de la importancia de cooperación EE. UU. con el Reino Unido en sus asuntos monetarios. Aunque White no estaba a la altura de Keynes, ni como figura pública ni como intelectual de su época, fue elegido el plan de White para dar forma al FMI, debido a la solidez de la economía estadounidense y su poder político. Así, en julio de 1944 con una membresía de 44 países se fundó el Banco Mundial - BM y el Fondo Monetario Internacional – FMI; este último, se diseñó para un mundo caracterizado por los tipos de cambio fijos y controles de capitales. Su misión era hacer crecer el Comercio Internacional lo máximo posible, bajo el establecimiento de reglas claras para la gestión de los tipos de cambio y los pagos internacionales, como también el proporcionar financiación temporal para ajustes en la balanza de pagos¹.

¹ Al configurar el Sistema Monetario Internacional de posguerra y la función de FMI, había tres temas de fondo: 1) Era imprescindible evitar los errores cometidos después de la segunda guerra mundial, la economía mundial debía tener como base la competencia cooperativa entre los países, no la hegemonía ni la autarquía y habría que dar al crecimiento

White redactó una propuesta de enmienda del Convenio Constitutivo a fin de que el FMI pudiera crear su propio activo de reserva. El plan se dio a conocer dentro del FMI, pero no se tomó ninguna medida. En 1969 bajo la Primera enmienda (20 años después) fructificó la idea y comenzó el FMI a asignar Derechos Especiales de Giro - DEG a los países miembros².

Recapitulando, tenemos que en la post segunda guerra mundial, los EE. UU. implantaron un nuevo orden económico mundial; con un esquema de relaciones internacionales diseñado desde 1944 en Bretton Woods (crea el FMI y el BIRF), sobre la base de un sistema de tipos de cambio fijos y la progresiva destrucción de todo tipo de controles de cambios sobre el comercio exterior, sustituyéndolos por aranceles, dio origen al GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio) y gracias a la inmediata reconstrucción posbélica de Europa, por medio del Plan Marshall³, el dólar se consolidó como único medio de pago internacional y de reserva internacional.

Sobre la base de los acuerdos de Bretton Woods, se implementaron los controles de capital⁴, que luego de 1972 fueron levantados gradualmente al unísono del debilitamiento del control gubernamental, para darle cabida al libre funcionamiento del mercado. En 1971 se rompió el sistema de cambio fijo (la moneda norteamericana no puede mantener la convertibilidad con el oro). La primera crisis de petróleo en 1973⁵ creó profundos desajustes en el comercio y se permitió que fuesen los bancos comerciales quienes lo financiaran. Entonces se produjo una tremenda expansión de los préstamos a los países soberanos, lo que condujo a la crisis de 1982⁶.

La estrategia de financiamiento adoptada desde 1982, ha sido la de utilizar una combinación de crédito oficial y financiamiento involuntario de los acreedores existentes

económico la misma prioridad que se asignara a la estabilización. 2) Los movimientos Internacionales de Capital tenían que alentar el comercio y no debía permitirse que se convirtieran en una fuerza independiente, White y Keynes coincidían en estos dos puntos al igual que todos los economistas. Y 3) Debía crearse un Organismo Oficial Internacional para promover los dos primeros objetivos y en esto también coincidían, pero con diferencias en cuanto a la fuerza y la independencia que debía tener dicho organismo. (Para más información ver a M. BOUGHTON, 1998).

2 John Maynard Keynes murió a los 62 años, en abril de 1946 y Harry Dexter White a los 55 años, en agosto de 1948. Los dos fundadores de las Instituciones de Bretton Woods fallecieron de un ataque cardíaco cuando se encontraban en pleno goce de sus facultades intelectuales y antes de poder ver como el FMI y el BM se convertían en los pilares del Sistema Económico Internacional (M. BOUGHTON, 1998).

3 Programa de reconstrucción de una Europa destruida, flujo de ayuda norteamericana propiciada por EE. UU., mediante el BIRF, hoy conocido como el Banco Mundial.

4 En teoría, los controles de capital intentan reducir salidas intempestivas de capital cuando un país enfrenta posibilidades de crisis o incertidumbres económicas.

5 En el último cuarto de siglo se registraron dos crisis energéticas, la primera en 1973 y la segunda en 1979. Los precios del petróleo se exacerbaban, multiplicándose primero por cuatro en el subperiodo 1973-1974, y luego por tres, en 1979, causando una gran recesión aunada a una increíble combinación; en donde resalta el estancamiento del crecimiento y el desempleo con altas tasas de inflación (lo que se conocería como stagflation), transcribiéndose como la crisis energética más grande de la historia del siglo XX, llevando a varios países a una recesión económica.

6 Las entidades multilaterales trataron de frenar la crisis desatada a principios de la década de los ochenta en América Latina (Preservar el Sistema Bancario Internacional se convirtió en la prioridad. El FMI fue la agencia que lideró la puesta en marcha de paquetes de rescate para que los países deudores pudieran devolver su deuda). Crisis cuya responsabilidad no es únicamente de las malas políticas implementadas por los gobiernos de turno de los países en desarrollo, sino además de la bonanza financiera presentada en la década anterior y por la codicia de los Bancos Comerciales Internacionales; quienes no observaron la capacidad de pago de sus clientes en el largo plazo. Así, América Latina a lo largo de las dos décadas; ochenta y noventa, se convirtió en exportador neto de capitales, afectando su buen desempeño económico, que había mostrado en periodos anteriores. (RODDICK, 1989).

suministrando a las naciones deudoras suficientes divisas para atender sus deudas⁷. De esta forma nació el azar moral en la década de los 80. El azar moral fue creado por las anteriores intervenciones del FMI; en caso de crisis el FMI sacaría de apuros a los pueblos, al ayudar a los países con sus dificultades de pagar sus obligaciones. Algunos economistas hablan de eliminar el azar moral, pero se producirían nuevos descalabros al crear una carencia de capital en los mercados emergentes⁸.

La preocupación por las consecuencias en la economía mundial de la creciente carga de la deuda externa de los países en desarrollo se ha traducido en declaraciones de organismos no gubernamentales, funcionarios y economistas de todo el mundo que reflexionan en torno de alternativas económicas y sociales. Por ejemplo, el célebre economista Joseph Stiglitz⁹, ha cuestionado la gestión de la crisis mundial por el efecto devastador que han tenido las Instituciones de Bretton Woods, en especial el papel del FMI que en su concepción original era que los mercados con frecuencia no funcionan bien, y, a diferencia de varios economistas como Milton Friedman, no propone abolirlas sino reestructurarlas. En otras palabras, se carece de un organismo internacional que supervise idóneamente el proceso de globalización o como dice Soros¹⁰: “Justo cuando se necesitan organismos como el FMI, BM la confianza en ellos es pésima”.

Los últimos 20 años del siglo XX estuvieron marcados por las crisis financieras: La crisis internacional de la deuda externa en 1982, iniciada en México y que se extendió a los países más endeudados, la segunda crisis Mexicana en 1994 que se expandió a toda Latinoamérica a través del efecto “Tequila¹¹” y finalmente: la crisis de los mercados emergentes en 1997 empezando en Asia¹² y extendiéndose por todo el mundo, además de

7 Esta estrategia se conoce con el nombre de financiamiento concertado, con el apoyo y aprobación de las instituciones multilaterales.

8 La política económica en este contexto ha jugado el papel de postergar el colapso económico y financiero de las economías emergentes Latinoamericanas como ya ocurrió en algunos vecinos como: Argentina y Ecuador. Quienes finalmente no pudieron continuar con las políticas equivocadas de desaceleración del crecimiento económico que recomendaron las Instituciones Financieras y Comerciales Internacionales (IFCIS).

9 STIGLITZ, Joseph. El malestar en la globalización, Taurus, quinta edición, Barcelona. 2002.

10 SOROS, George. La globalización, editorial Planeta, primera edición, Bogotá. 2002.

11 En México la apreciación de tipo de cambio real, el crecimiento de la deuda externa a corto plazo, el monto de déficit en la cuenta corriente de la balanza de pagos, sumado a la debilidad del sistema financiero, produjeron severas presiones en el mercado cambiario y estas presiones especulativas contra el peso produjo devaluaciones drásticas, dada la imposibilidad de defender indefinidamente las paridades comprometiendo reservas mediante aumentos de las tasas de interés principalmente en condiciones de debilidad de los sistemas financieros internos, llevaron al abandono de régimen cambiario prevaleciente y la adopción, desde el 22 de Diciembre de 1994, de un régimen cambiario de flotación. Michel Camdessus, Director Gerente de FMI, denominó la crisis mexicana de 1994 y 1995 “La primera crisis financiera del siglo XX”, La crisis mexicana de 1994, Conocida como: “el efecto tequila”; por su gran magnitud de flujos de capital, las autoridades monetarias requirieron de una serie de medidas de ajuste radical y apoyo financiero. Se planteaba en materia de política económica no sólo la corrección del desequilibrio de la cuenta corriente de la balanza de pagos, también la adopción de medidas tendientes a evitar el colapso en la estructura financiera y productiva de la economía. Además de los ajustes fiscales y monetarios, se adoptó el régimen cambiario de flotación y las autoridades monetarias de México negociaron un plan financiero de emergencia con el gobierno de los EEUU, el FMI, el BM y el BID con el fin de evitar la carga de la suspensión de pagos de las obligaciones externas del país (véase CARRIZOSA, 1996).

12 Los países asiáticos (Singapur, Taiwán, Corea del sur, Japón e Indonesia), los denominados “Tigres asiáticos”, fueron víctimas de las constantes especulaciones contra sus monedas locales (a la expectativa de la flotación del precio del Yen con respecto al dólar, capitales internacionales esporádicos, entraban y salían del este asiático, a su conveniencia), iniciada en Tailandia en 1997, puso a prueba la solidez de los sistemas cambiarios de los mercados emergentes, en constancia, donde existían sistemas de cambio fijo colapsaron por el constante drenaje de Reservas Internacionales y

precipitar la caída de Rusia y acabando con la devaluación del real brasileño en 1999¹³.

Las crisis financieras que azotaron el mundo a fines de la década del 1990 fueron atribuidas en parte a la inestabilidad cambiaria en los países industriales, se consideró que la prolongada apreciación del dólar frente al yen y el marco alemán antes de la crisis asiática menoscabó la competitividad de muchas economías emergentes. Hay quienes sostienen que una posibilidad para suavizar las sacudidas desestabilizantes originadas en el extranjero, habría sido reduciendo la variabilidad de los tipos de cambio entre las monedas del grupo de los 3 (G3); EEUU, Japón y los 25 países los miembros de la zona del Euro¹⁴; (Alemania, Austria, Bélgica, España, Finlandia, Grecia, Irlanda, Italia, Luxemburgo, Países Bajos, Dinamarca, Francia, Portugal, Suecia, Portugal, Chipre, República Checa, Estonia, Lituania, Letonia, Hungría, Malta, Polonia, Eslovaquia y Eslovenia).

La primera crisis del siglo XXI detuvo el avance de la economía de mercado. La crisis hipotecaria de 2007-2008 tuvo sus orígenes en presencia aparejada de varios eventos no controlados. Entre los más importantes se tienen el exceso de liquidez a nivel mundial, el acceso moderadamente fácil al crédito por parte de los hogares estadounidenses, la formación de la burbuja inmobiliaria (mercado de bienes raíces) conjugada con el crecimiento descontrolado de las hipotecas subprime (papeles basura o tóxicos), pero quizás los dos combustibles de la crisis fueron la liberación del sistema bancario y la desregulación del sistema financiero auspiciados desde la década de los 80 del siglo anterior. En definitiva, la conjunción de los eventos enunciados fue el caldo de cultivo para que el sistema económico y financiero estadounidense se desplomara de manera estrepitosa y se llevara a la economía mundial a la gran depresión, sólo comparable con la crisis de 1929.

Años después, se le sigue acusando al FMI de ser incapaz de anticipar la crisis y de confiar demasiado en la capacidad autorreguladora de las instituciones financieras para evaluar los riesgos de las innovaciones financieras y de poder contener los impactos negativos en sus balances. El FMI no observó la calidad de los préstamos otorgados por los grandes bancos, no vigiló la dinámica de la liquidez ni mucho menos el crecimiento exponencial de la burbuja inmobiliaria. En ausencia de regulación y vigilancia adecuadas, las grandes instituciones de crédito no soportaron los shocks de sus propias invenciones, al contrario de lo predicen los defensores del libre mercado, recordando que las crisis financieras no son parte del pasado y que sobrevienen más prontamente que tarde.

A raíz de estas crisis la noción de plena dolarización ha despertado considerable

donde existían regímenes con bandas cambiarias fueron cuestionadas, y se convirtieron en blanco de ataques especulativos. Véase a Stiglitz, el Malestar en la Globalización.

13 Una característica definitiva de estas crisis es que afecta a la periferia del Sistema Financiero Internacional, los países del centro no resultan muy afectados porque, cuando son amenazados las autoridades monetarias, emprenden las acciones necesarias para evitar el derrumbamiento del sistema financiero internacional.

14 Es decir, a lo largo de los años han sido constantes las propuestas de fijar una banda cambiaria dentro de la cual fluctuaría las cotizaciones de las tres monedas más importantes: el dólar, el marco alemán (Hoy el euro) y el Yen. Los pioneros del tema, Ronald McKinnon y John Williamson, se concentraron en los posibles beneficios para los países industriales; las bandas que marcan la amplitud permitida de la fluctuación de las divisas, en términos porcentuales brindarían a los países industriales mayor estabilidad cambiaria tras el colapso de los tipos de cambio fijo.

interés. Surgió la idea de que, en un mundo de gran movilidad del capital, los tipos de cambio fijos propician los ataques especulativos, y solo las variables extremas son viables; la libre flotación o una paridad fija como la “caja de conversión”: las dos conocidas como la teoría de los dos Polos.¹⁵

Una plena dolarización permitiría evitar las crisis cambiarias de la balanza de pagos en principio. El razonamiento es el siguiente: Ante a una devaluación y al no haber una moneda propia no puede producirse bruscas depreciaciones ni súbitas salidas de capital. Además, la dolarización puede tener beneficios internacionalmente al reducirse los costos de transacción y quedar garantizada la estabilidad de precios en dólares, por lo que habrá una mejor integración con la economía de EE. UU. y la economía mundial.

En esta línea, el financiamiento inflacionario será eliminado y la dolarización fomentará la inversión al fortalecer las instituciones. Pero los países pueden ser renuentes a abandonar su moneda (constituye su símbolo nacional), y las propuestas de pertenecer a una unión monetaria como la Europea, o adoptar la moneda Estadounidense, (dólar), ha suscitado las siguientes críticas: 1) Al adoptar la moneda extranjera, (desde el punto de vista económico) el Estado pierde los ingresos generados por emitir su propia moneda, “Ingresos por Señoreaje”: esencialmente la diferencia entre el costo de producción y distribución de billetes y metálico y su poder adquisitivo, que es mayor. 2) Un país dolarizado pierde toda posibilidad de tener una política, monetaria y cambiaria, autónoma y de utilizar el crédito del Banco Central.

Para inyectar liquidez en el sistema bancario, es decir su calidad de “prestamista de última instancia”, el Banco Central proporciona liquidez al sistema bancario en caso de un retiro masivo de depósitos bancarios su función de banco emisor, se perdería en un sistema dolarizado. Las cajas de conversión también tienen esta limitación; las autoridades monetarias se comprometen a proporcionar divisas en cambio de moneda nacional a la vista y a un tipo de cambio fijo. Este es el único mecanismo que puede utilizar el Banco Central para incrementar la base monetaria, puesto que no hay crédito interno al Estado o a los bancos (la moneda nacional está totalmente respaldada por un monto correspondiente

15 Después de la crisis del Sudeste Asiático la supuesta soberanía del FMI y el tesoro de EE. UU produjo la teoría de los Dos Polos: los países deberían tener tasas de cambio fijas completamente o flexibles completamente, errada creencia, véase lo ocurrido a Argentina: A finales de los años 80', la economía argentina atravesaba la peor crisis económica del siglo, altas tasas de desempleo e hiperinflación. En 1989 alcanzó una hiperinflación de 4,923.3 por ciento, por ende, el gobierno argentino optó por tomar una radical decisión para lograr la estabilidad de sus variables macroeconómicas: la convertibilidad de su moneda con el dólar norteamericano 1 - 1 (marzo de 1991), medida que posteriormente fue hecha ley. La creación de la caja de convertibilidad deprimió las exportaciones, causando una restricción monetaria y la única forma de proveer liquidez a una economía es por medio de deuda externa, mayores flujos de capital extranjero y por pagos por exportaciones. Por tanto, la mayor deuda externa es el mecanismo por el que la economía argentina se ha venido financiando. En general Argentina siguió una política económica acorde con la ortodoxia del FMI, sus problemas fueron el producto de un sistema de convertibilidad ratificado por el FMI en el momento de su creación, pero después de ello, condujo a un mal alineamiento de la moneda, se debía insistir en el realineamiento de la moneda, pero Argentina se negaba rotundamente, defendían la medida de la caja de conversión (estaban decidido a no volver al tipo de cambio flotante que llevo al país a décadas de depreciación y elevadas tasas de inflación). El FMI y el Tesoro de los EE. UU. se encontraban encerrados, no sabían si permitir a Argentina entrar en suspensión de pagos o aplicar una política inadecuada, se optó por la segunda y luego se tomó la primera alternativa, Según Soros, (en La Globalización); fue como una tragedia griega.

de divisas).

Grosso modo, se observan las ventajas y desventajas sobre la propuesta de una banda cambiaria en el G3, los bancos centrales del G3 (el Sistema de la Reserva Federal Estadounidense, el Banco de Japón y el Banco Central Europeo), para mantener los tipos de cambio dentro de una banda, deberán alterar las condiciones del mercado interno, o para mantener el tipo de cambio de la moneda nacional dentro de los límites deseados¹⁶.

Una banda cambiaria podría reducir la volatilidad de los tipos de cambio e incrementar las tasas de interés, si recordamos que la mayoría de los países en desarrollo son deudores netos de los países desarrollados y tienen obligaciones generalmente a corto plazo denominadas en una divisa del G3, la estabilización de los tipos de cambio del G3 implicarían una estabilización de la relación de intercambio con los países en desarrollo (específicamente los mercados emergentes), pero también provocaría una mayor volatilidad de los costos del servicio a la deuda externa y podría hacer subir las primas de riesgo.

A pesar de que el siglo pasado fue positivo económicamente, se cuadruplicó la renta per cápita, como indicador más ajustado de la mejora del bienestar de la población mundial, el coeficiente de Gini, como indicador de distribución, los datos demuestran una concentración de esa renta en los países más desarrollados, los nuevos occidentales y Europa occidental, en detrimento de una Asia meridional y una África subsahariana que con un tercio de la población mundial solo representa un escaso 3 % de toda su renta.

Por otra parte, las crisis del petróleo, registradas a lo largo del siglo XX¹⁷, dejaron como saldo a muchos exportadores e importadores de crudo con altas tasas de desempleo y un justificado terror a la inflación y al déficit público; problema que ha guiado al sistema financiero internacional hacia una -cultura de estabilidad internacional- y un estricto manejo a sus políticas fiscal, monetaria y cambiaria en las dos últimas décadas del siglo anterior. En lo pertinente a lo corrido siglo XXI, el petróleo también ha registrado eventos de volatilidad, en especial hacia los años 2008-2009, momento de crisis financiera estadounidense.

Si bien la primera parte de la segunda década del siglo XXI puede catalogarse como de estable y de recuperación post crisis, la volatilidad de los precios del petróleo hizo su presencia. Tras el fin del superciclo de las materias primas (CEPAL, 2019) entre las que encuentra el petróleo, marcó una salida de capitales relacionados con los flujos de inversión de cartera en América Latina. De acuerdo con la CEPAL, en el subperiodo 2010-2014 los flujos netos de capitales hacia la región crecieron en cerca del 5% del PIB regional. Después de 2014 este comportamiento retrocedió al 3% del PIB. Después de esto hasta fines de 2019, el mundo estuvo marcado por la volatilidad de las condiciones financieras globales, incertidumbre sobre las políticas económicas, tensiones comerciales

¹⁶ Esta posibilidad implicaría intervenciones no esterilizadas en el mercado cambiario, es decir; compras o ventas de la moneda propia que hagan variar la oferta monetaria interna, así se establecería un vínculo más directo entre las tasas de interés internas y el valor de cambio de la moneda.

¹⁷ Además de las crisis de la década del 70, también registró el episodio de la crisis de 1986 cuando hubo desacuerdos entre los miembros de la OPEP conduciendo a una sobreproducción de crudo con una caída del precio de barril a 10 dólares para mediados del mismo año.

entre Estados Unidos y China, caída en la dinámica comercial mundial y, por supuesta, debilidad en los precios de las materias primas.

Y llegó la segunda década del XXI heredando unas economías débiles (tanto avanzadas como emergentes), fruto del comportamiento registrado en la primera década del siglo en un entorno global de poco crecimiento con perspectivas de crecimiento mundial para 2019 de apenas el 2.5%, la que sería la menor tasa después de la crisis de 2008, con las economías de estados Unidos y China en desaceleración y con los precios de las materias primas a la baja y la amenaza de mayores tensiones comerciales (CEPAL, 2019).

Pero las crisis suelen llegar de cualquier parte. El año 2020, parece ser inédito. Por un lado, se registra una crisis económica sin precedentes, apenas comparable en algunos aspectos con la crisis de 1929. Es cierto que el mundo económico, como se muestra en los reglones anteriores, ya estaba deteniéndose. Pero lo que sucedió con la aparición de la enfermedad por el nuevo coronavirus - COVID 19 iniciada en el mes de diciembre de 2019 en la ciudad de Wuhan, capital de la provincia de Hubei, en la República Popular China, y declarada en el mes de marzo de 2020 como pandemia global por la Organización Mundial de la Salud (OMS) fue una tragedia griega.

El pánico se apoderó del mundo llevando a la mayoría de los gobiernos a tomar drásticas medidas sanitarias con asilamiento de la población obligatorio, cierre de fronteras, prohibición de vuelos internacionales, entre otras medidas. Como si esto fuera poco, los precios del petróleo se sumaron al juego crítico. Esto sucedió el 9 de marzo de 2020, por diferencias entre Rusia y Arabia Saudita de llegar a un acuerdo de recortar la producción de petróleo, y por el contrario el mundo se sorprendió con el anuncio de Arabia de un aumento del 25% de su producción de crudo, el mercado del crudo respondió con una caída que llegó hasta los 20 dólares el barril/Brent.

Finalmente, una serie de eventos internacionales agravaron la situación global, entre ellos la respuesta militar de Rusia ante la OTAN que en pro de expandir su presencia en Asia a través de Ucrania le limitó sus posibilidades de respuesta. No se busca generar ningún tipo de controversia con este tema tan álgido, pero sí debemos estar de acuerdo todos que Rusia es una potencia mundial y al ser el mayor productor de fertilizantes afectó la seguridad alimentaria global, Rusia al ser uno de los mayores productores de petróleo y gas, limitó las fuentes de energía accesibles a nivel global, debido en parte porque su precio se triplicó y tras la serie de miles de sanciones económicas interpuestas unilateralmente por los Estados Unidos y después por la Unión Europea a este. Rusia aceleró el proceso de desvinculación con Oriente, aumentando los lazos comerciales con las potencias que han tenido sanciones antiguamente (como China, India e Iran) y creando un nuevo sistema financiero internacional junto a China proyectando la eliminación del riesgo de desaceleración al crecimiento de sus economías por sanciones, trabas o límites que se imponen a través del SWIFT.

NACE UN NUEVO G2 Y CRECE EL BRICS

Hoy el mundo debe prestar atención en estabilidad de estrategia que es un concepto de geopolítica, que son los tres grandes: China, Rusia y Estados Unidos-EE. UU Debemos recordar cómo era el mundo antes, en la década de los 70s cuando Estados Unidos se une a Mao Zedong inmediatamente la Unión de Repúblicas Socialistas Soviética- URSS pierde (hecho que se evidencia 20 años después), es decir se hizo un G2 entre EE. UU y China contra Rusia. Luego Zbigniew Brzezinski asesor de seguridad nacional del presidente Jimmy Carter propone un G2 nuevamente EE.UU y China contra Rusia. Luego el exsecretario de Estado Henry Kissinger propone un G2 entre EE. UU y Rusia contra China y actualmente 2023, vemos como resultado final un nuevo G2, pero entre China y Rusia, básicamente dejaron aislado a Estados Unidos.

Así mismo, se evidencia que Estados Unidos ya no tiene la participación comercial global que tenía hace veinte años como el principal socio comercial del mundo, inclusive se evidencia un posible cambio económico global (véase la figura 1). Actualmente China no solo es el principal socio comercial del mundo, también gracias a sus nuevas relaciones diplomáticas a nivel global, ha conseguido lo impensable, reconciliar a Irán con Arabia Saudí¹⁸ y junto al selecto grupo del cual hace parte los BRICS crear un nuevo sistema financiero internacional.

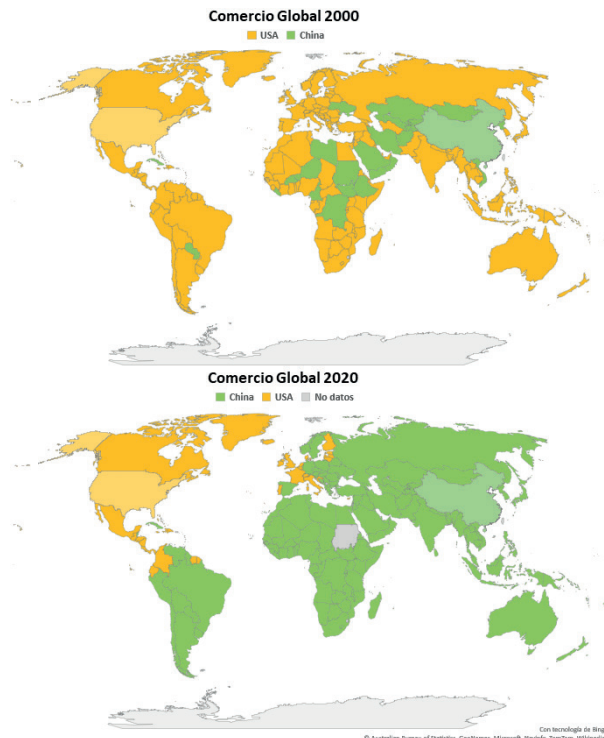


Figura 1 Principales socios comerciales de los países del mundo

Fuente: Tomado de Avila y Oliveira (2023).

¹⁸ Lo cual se traduce en retirar a Estados Unidos del Golfo Pérsico, evidenciando que finalmente de que sirvió la guerra de Irak y la guerra de Afganistán si hoy EE. UU perdió.

Este grupo económico conocido como BRICS por sus respectivas iniciales, es compuesto por Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica, y representan el 42% de la población mundial, el 30% de la superficie mundial y en 2022 representó el 23% del PIB Global (véase figura 2). Así mismo, recientemente, en 2023 el PIB o Gross domestic product-GDP de los BRICS por primera vez superó el PIB del G7, los BRICS contribuyeron al 31.5% del PIB global ajustado por Paridad de poder adquisitivo-PPA, mientras que el G7 solo proporcionó el 30.7% del PIB global ajustado por PPA (véase figura 3).

Adicionalmente, aunque ante el BRICS al menos 30 países han mostrado interés de juntarse a este selecto grupo a lo largo del 2023, solo 19 de ellos presentaron su propuesta de ingreso. Por ende, el pasado mes de agosto de 2023, se celebró la XV Cumbre de los BRICS en Johannesburgo (Sudáfrica), bajo el lema: «BRICS y África: Asociación para un crecimiento mutuamente acelerado, desarrollo sostenible y multilateralismo inclusivo», acordándose su expansión con el ingreso en el bloque de 6 países; Argentina, Arabia Saudí, Egipto, Etiopía, Emiratos Árabes Unidos e Irán. En síntesis, la agrupación ampliada representará el 46,5% de la población mundial y, utilizando los datos del PIB de 2022 del FMI, podemos calcular que supondrá 30,8 billones de dólares del PIB mundial de 100 billones de dólares.

Por otra parte, el PIB basado en la paridad del poder adquisitivo, o PPA (porcentaje del PIB mundial basado en una cesta común de bienes que representa el poder adquisitivo real), muestra un equilibrio de fuerzas muy diferente. En total, el BRICS ampliado aumenta ahora su participación en el PIB mundial a más del 36% sobre la base de la PPA, superando a la del G7 (véase figura 3).

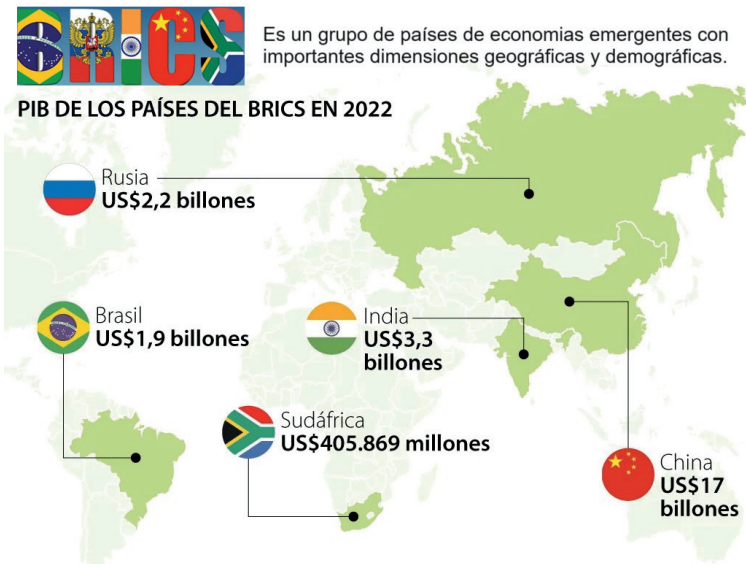


Figura 2 PIB de los países del BRICS en 2022

Fuente: Banco Mundial, Expansión, Statista, FMI, FAO. Gráfico LR-AL

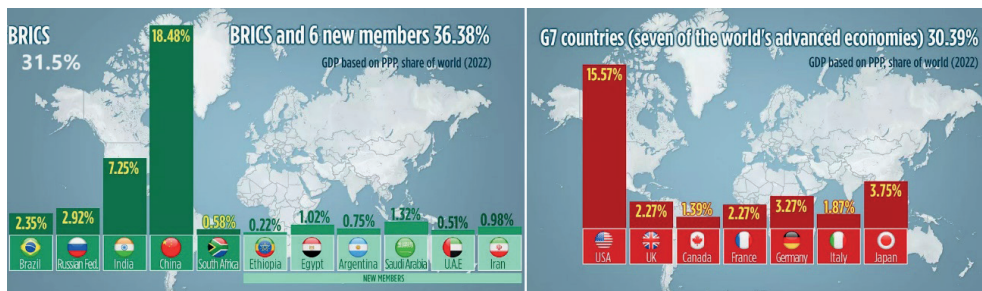


Figura 3 La expansión del BRICS Vs G7 y su PIB de PPA

Fuente: FMI

Alrededor del 50% de la población global se encontrará próximamente en el nuevo sistema financiero del BRICS, alejando significativamente el dólar de sus potenciales transacciones internacionales y acentuando un nuevo orden mundial. Por tanto, en la comunidad científica y financiera no existe duda alguna que la economía global está en un proceso de desdolarización y proyectan una desaceleración económica en el grupo vencedor de la segunda guerra mundial, el G7.

LA DESDOLARIZACIÓN DEL MUNDO

El mundo está pasando por un proceso de desdolarización, el dólar estadounidense durante mucho tiempo tuvo como intangible el monopolio hegemónico del poder global y además se usó como un tipo de divisa que funcionaba como una divisa de ahorro. Todos los países transformaban su plusvalía (ósea su exceso de productividad en dólares). Porque como vimos en la sección anterior, el dólar después del evento de Bretton Woods al final de la Segunda Guerra mundial y el estándar oro (su moneda respaldada por oro), hacía el dólar una moneda estable, entonces cuando otros países que tenían monedas muy volátiles querían ahorrar dinero era mucho más seguro ahorrar dinero en dólares, porque los dólares estaban respaldados por oro. Después el estándar oro fue sustituido y se transforma en el petrodólar (1973) y es el poder bélico y geopolítico internacional de Estados Unidos lo que proporciona su estabilidad esto hace que la moneda americana sea sumamente fuerte y deseable porque es una moneda de ahorro, es una moneda estable.

Pero actualmente las personas se están deshaciendo de los dólares y obviamente esto tiene implicaciones terribles para el dólar en general pero principalmente para los ciudadanos americanos. Si el mundo se desdolariza, inmediatamente lo que sucedería es que va a haber un flujo gigantesco de moneda dólar de regreso a Estados Unidos, gestando una inflación enorme y como resultado los americanos se van a volver brutalmente más pobres, prácticamente de la noche a la mañana.

Debemos recordar que el dinero tiene un valor también relativo en contra de qué tantas personas lo quieren o qué tantas personas le encuentran un valor o lo quieren usar,

versus el dinero disponible el fluctuando en el capital o fluyendo a través del mercado. Por tanto, es de esperar muchos dólares y pocas personas que los van a querer, dado que los dólares van a regresar a casa con muchísimo menos valor relativo del que tiene.

ALGUNAS CONSIDERACIONES ADICIONALES

El multilateralismo busca ventajas mutuas como establecer reglas y objetivos entre las naciones realizadas de manera colectiva, mientras que los TLC, se instaura la Ley del más fuerte, obviamente son los países más débiles los que van a perder, como ha sucedido de cierto modo en América Latina, en donde los Tratados siempre se han referenciado a Estados Unidos, quien impone las condiciones para todos. El ejemplo contrario es la Comunidad Europea que, mediante la creación de la UE, demuestra que se pueden reducir las desigualdades de sus miembros.

El escenario Internacional de la Globalización¹⁹ ha llevado a los países en vías de desarrollo a la adopción de la integración económica como respuesta estratégica en la búsqueda de un terreno de cooperación regional, ante la necesidad de inversión extranjera directa, debido a la falta de ahorro nacional por parte de la mayoría de las economías menos desarrollados, a sus enormes déficit fiscales y elevadas tasas de desempleo, inflación y servicio a la deuda externa. Estos países han tratado de imitar lo cosechado en el terreno comercial por la UE. Esto sin desconocer que las cifras muestran un desequilibrio entre los nuevos países miembros y los antiguos que conforman la Unión. Sin embargo, aunque la economía no crecerá en la misma proporción que el número de habitantes de los nuevos miembros y que habrá ganadores y perdedores en los diferentes sectores, es una fase de transición en el proceso de la unificación.

Por otro lado, la UE es la integración más representativa como Bloque económico, por tanto, es la Panacea para seguir por parte de los latinoamericanos, los tigres asiáticos ingresaron a una especie de unión monetaria, de acuerdo con el premio Nóbel de

19 Según Joseph Stiglitz premio Nóbel de economía 2001 (en el Malestar de la Globalización, 2002) y George Soros (en la Globalización, 2002); la globalización es el proceso mediante el cual una corriente cada vez más fluida de ideas, personas, bienes, servicios y capital, al servicio de las grandes transnacionales, conduce a la integración de las economías y sociedades del mundo, significando una creciente prosperidad para los países que participan en el proceso, aunque el capital humano, no ha incursionado en la libre movilidad de factores. La globalización es en verdad un proceso deseable de muchos aspectos, la iniciativa privada es más eficiente que el Estado a la hora de generar riqueza, debido a que los estados tienden a abusar de su poder, mientras que la globalización ofrece un grado de libertad individual, una libre competencia a escala global liberando la inventiva de emprendedores talentosos y la aceleración de innovaciones tecnológicas. Pero, la globalización también tiene su cara negativa, "La globalización ha causado daño a mucha gente, especialmente a los pobres del mundo en vías de desarrollo", por ende, a continuación, se enumeran una serie de críticas al proceso de la Globalización: 1) La globalización ha causado una mala distribución de los recursos, el equilibrio entre los bienes públicos y privados no es el correcto. El comercio internacional y los mercados financieros globales son muy buenos a la hora de generar riqueza, pero no pueden atender el resto de las necesidades sociales como: Los derechos humanos, la protección al medio ambiente, atenuar la pobreza, preservar la paz entre otros que generalmente se denominan bienes públicos. 2) En los países en vías de desarrollo, gran parte de la población se ha visto afectada por la globalización; al no estar apoyados o vinculados a ninguna red de seguridad social; son muchas las personas marginadas por los mercados globales. 3) Los mercados financieros son proclives a las crisis, la población residente en los llamados países tercermundistas o países en desarrollo, tal vez no observan el efecto devastador que traen las crisis financieras porque estas tienden a golpear más fuerte a las economías de países en desarrollo que a los países industrializados.

economía Robert Mundell²⁰ en su estudio: Uniones monetarias óptimas y moneda única. Al respecto afirmaba que en el futuro existirían 3 bloques monetarios a saber, como hoy lo presenciamos: “El Euro, el Yen, y el Dólar”. Empero la creación de monedas únicas solo es viable para grandes bloques comerciales y no para pequeños grupos subregionales como lo es el MERCOSUR a la AP. Para Mundell no es viable crear una moneda para los pequeños grupos comerciales, debido a que el proceso de Globalización y mundialización exigen mercados más amplios y competitivos; según Mundell el acogimiento en el futuro de una sola moneda en Latinoamérica sería el inicio que contribuiría a la integración del continente, ya que con el tiempo a nivel mundial existirán únicamente tres grandes bloques monetarios que corresponden a los mencionados por Mundell, pero interactuando en dos sistemas monetarios internacionales.

Finalmente, en el mejor de los escenarios para Brasil su participación en el BRICS es fructífera por ser un miembro fundador, pero concordamos como latinoamericanos que debemos tener una visión holística y recordar la historia; aquel que determina los grupos subalternos se reserva para sí mismo el lugar universal.

Recordemos que durante mucho tiempo nosotros aprendimos que como latinoamericanos, nuestro lugar en El Mundo era básicamente ser la manufactura de los ricos, aprendimos que nuestra materia prima era lo más valioso a comercializar. Por ende, se coincide que este podría ser un escenario único en la historia, porque nos permite reflexionar sobre cuál y como será nuestro rol por desempeñar, aunado a replantearnos una y otra vez hasta donde estaremos dispuestos a sacrificar y/o continuar con nuestro idioma, cultura, leyes e identidad.

REFERENCIAS

Avila, C. y Oliveira, N. (2023). CORRUPCIÓN, un análisis a escala regional en Colombia. Págs. 315, UNAD, Sello Editorial UNAD.

Avila, C.; Moreno, C.; Barrera, S.; Rojas, E. y Oliveira, N. (2022). GLOBALIZACIÓN, LOCALIZACIÓN, COMPETITIVIDAD Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA, UN ANÁLISIS EMPÍRICO PARA COLOMBIA. Págs. 206, noviembre 2022 UNAD, Sello Editorial UNAD.

CARRIZOSA, Mauricio, (1996), “El efecto Tequila y la reforma bancaria en la Argentina, en revista de Finanzas y Desarrollo”, publicación trimestral del FMI, marzo, Pág. 22-25.

CEPAL. (2019). Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2019. El nuevo contexto financiero mundial: efectos y mecanismos de transmisión en la región. Santiago de Chile: CEPAL.

Cue Mancera, A. (2010). Economía internacional (Primera edición ed.). México: Grupo Editorial Patria.

FMI. (2020). Actualización de las perspectivas de la economía mundial. FMI.

²⁰ MUNDELL, Robert. “Uniones Monetarias Óptimas y moneda única”. En Cuadernos de economía, U.N. N° 31 del 2000 (Pág. 26-37).

FMI, GDP, current prices 2023 in <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>

M. BOUGHTON, James, (1998) "Harry Dexter White Y el FMI", en revista de Finanzas y Desarrollo, publicación trimestral del FMI, septiembre, Pág. 39-41.

MUNDELL, Robert. "Uniones Monetarias Optimas y moneda única". En cuadernos de economía, U.N. N° 31 del 2000 (Pág. 26-37).

RODDICK, Jacqueline. El negocio de la deuda externa, el Ancora editores, primera edición, Bogotá. 1989.

SOROS, George. La globalización, editorial Planeta, primera edición, Bogotá. 2002.

STIGLITZ, Joseph. El malestar en la globalización, Taurus, quinta edición, Barcelona. 2002.

REVISÃO CONTRATUAL DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO: SEGURANÇA JURÍDICA E A RELATIVIZAÇÃO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS

Data de aceite: 02/10/2023

Elora Eloí Rodrigues Rios Reis

Rafaela Ramos Santana

RESUMO: Este artigo aborda as implicações da pandemia nas relações contratuais, especialmente no que diz respeito à adaptação das obrigações celebradas em face das circunstâncias excepcionais que este evento desencadeou. O texto relaciona essas implicações com princípios fundamentais do direito contratual, como a segurança jurídica, a confiança e a boa-fé. Além disso, realiza uma análise do cenário anterior, destacando que já existia uma interpretação no âmbito do Direito Civil que valorizava a dimensão social e colaborativa no cumprimento dos contratos, considerando a função econômico-social. A metodologia empregada para esta análise inclui revisões bibliográficas, a análise da legislação vigente e a incorporação de contribuições doutrinárias relevantes.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Contratual; Princípios contratuais; Revisão contratual; Segurança jurídica; Pandemia COVID-19.

ABSTRACT: This article addresses the

implications of the pandemic on contractual relationships, particularly concerning the adaptation of obligations made in the face of the exceptional circumstances that this event has brought about. The text correlates these implications with fundamental principles of contract law, such as legal security, trust, and good faith. Furthermore, it conducts an analysis of the pre-pandemic scenario, highlighting that there was already an interpretation within Civil Law that valued the social and collaborative dimension in contract fulfillment, taking into account the socioeconomic function. The methodology employed for this analysis includes literature reviews, an examination of current legislation, and the incorporation of relevant doctrinal contributions.

KEYWORDS: Contract Law; Contractual Principles; Contractual Review; Legal Security; COVID-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2 assola a comunidade global desde o primeiro semestre do ano de 2020. Por conta do seu elevado grau de transmissibilidade e dos riscos atrelados

à infecção, a doença proporciona alterações no cotidiano, bem como nas obrigações civis – mais especificamente no campos dos contratos. Nesse viés, mudanças nessa área foram necessárias para adaptar a questão obrigacional no que tange às dificuldades desencadeadas pela pandemia.

Assim, cabe destacar que, para Marcos Ehrhardt Júnior no texto “Relação obrigacional como processo na construção do paradigma dos deveres gerais de conduta e suas consequências”, o conceito clássico de relação obrigacional consiste em uma posição “estática”, o que não se adequa mais as novas interpretações desse vínculo, visto que essa relação “não mais se limita ao resultado da soma de débito e crédito” (JÚNIOR, 2012), e sim como um processo cooperativo com uma finalidade em comum. Ou seja, a expansão da matéria de obrigações (que passa a ter como base também os princípios constitucionais) altera o eixo de interpretação, adequando-o; isto é, deixando de lado o individualismo e adotando uma visão solidarista.

Dessa forma, podemos perceber que mesmo antes da pandemia (e de todas as mudanças que ela acarretou) já existia uma interpretação social e colaborativa no Direito Civil. Ehrhardt disserta sobre a função econômico-social no cumprimento contratual e não no cumprimento apenas do objeto principal da prestação. Para ele, esses outros deveres surgem independentes da vontade do indivíduo (EHRHARDT, p. 145). O dever de prestar ainda é o ponto central, mas “não atingirá a sua finalidade somente pelo cumprimento desse dever, pois se passa a considerar a existência de outros deveres exigíveis dos figurantes dessa relação, que também deverão ser observados para que a satisfação seja completa” (EHRHARDT, p. 146).

Assim, este artigo discorrerá sobre o campo contratual com relação ao período pandêmico, as adaptações precisas no campo dos contratos – devido às mudanças trazidas pela pandemia –, junto às consequências e modificações acarretadas por tal.

METODOLOGIA

O presente artigo foi fundamentado a partir de revisões bibliográficas. Para tanto, foi analisada a legislação vigente, como a Constituição Federal, a Lei 14.010/2020 e a Lei 10.406/2002, a qual institui o Código Civil. Ademais, foram utilizadas contribuições doutrinárias e artigos de pesquisadores.

DISCUSSÃO

A segurança jurídica, base do Estado Democrático de Direito, pode ser definida como:

Partindo dessas ideias, André Ramos Tavares, em seu livro “Curso de Direito Constitucional”, faz menção a três elementos essenciais da segurança jurídica:
a) a necessidade de certeza, de conhecimento do Direito vigente e de acesso

ao conteúdo desse Direito; b) a possibilidade de conhecer, de antemão, as consequências pelas atividades e pelos atos adotados; e c) a estabilidade da ordem jurídica. A estabilidade mínima da ordem jurídica consiste em cláusulas pétreas, decorrente da dificuldade de alteração das normas constitucionais; e em limitações materiais impostas ao legislador e às demais fontes do Direito (TAVARES, 2009). Pode-se dizer assim, que a segurança jurídica se projeta tanto para o passado (irretroatividade das leis e das emendas à constituição) quanto para o futuro (com a pretensão de estabilidade mínima do Direito e com seus institutos destinados a alcançar esta finalidade, como as cláusulas pétreas, por exemplo). (CAMARGO e BALARNI, 2012, p.8)

Ou seja, um de seus pontos principais é a estabilização as relações judiciais, pois há uma relativa certeza de que as relações realizadas sob uma norma perduram ainda que esta seja substituída (SILVA, J., 2006). Ademais, também tem ligações com o princípio da confiança e da boa-fé. Assim, devido à sua importância, está assegurada constitucionalmente no rol de direitos e garantias fundamentais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Nesse sentido, Maria Helena Diniz defende: “o contrato, uma vez concluído livremente, incorpora-se ao ordenamento jurídico, constituindo uma verdadeira norma de direito”. Ou seja, os contratos assumem um status de lei ou decisão judicial, o que se encaixa na definição de ato jurídico perfeito, já que tratam de atos válidos celebrados soberanamente, e, portanto, estão no alcance da segurança jurídica.

Outrossim, o princípio da força obrigatória dos contratos – *pacta sunt servanda*, termo utilizado em latim para “pactos devem ser cumpridos” – estabelece que, caso as partes concordarem em se submeterem às regras estabelecidas por si próprias, o contrato obrigará o seu cumprimento, como se possuísse força de lei, o que assenta a importante segurança jurídica contratual. No entanto, com o prolongamento da pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2, as relações obrigacionais correlatas aos contratos sofreram flexibilizações, tendo em vista o grau de influência deste evento no cotidiano dos indivíduos e as consequências que ele ocasionou no momento em que fossem cumprir com suas obrigações jurídicas. As partes poderiam, como exemplo, ser acometidas pela doença ou sofrer com as consequências ocasionadas pelo vírus em sua condição financeira ou vínculo de trabalho. Assim, não haveria coerência no que tange ao rigor da força obrigatória.

Diante disso, estabeleceram-se novos regramentos no que tange às obrigações, o que caracteriza a relativização do princípio supramencionado. Nesse contexto, a legislação brasileira foi atualizada com a Lei 14.010/2020 – a qual dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da

pandemia do coronavírus –, a Lei da Pandemia, cujo objetivo foi disciplinar as relações privadas em caráter emergencial.

Para além da Lei 14.010/2020 e da condicionalidade trazida por essa no que concerne o direito contratual, as obrigações e o princípio da força obrigatória, tem-se, ainda, os institutos do caso fortuito e da força maior, os quais estão constantes no artigo 393 do Código Civil Brasileiro (CC) “o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado. Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir”.

Nesse sentido, apesar de não se haver um consenso doutrinário, tem-se que na força maior se conhece o motivo ou a causa, sendo um fato da natureza e inevitável, o que origina uma espécie de excludente de responsabilidade; o caso fortuito, por sua vez, se apoia na imprevisibilidade. Em síntese, a natureza jurídica da pandemia pode ser entendida tanto como evento fortuito como um evento de força maior - com base no parágrafo único do artigo 393, CC. E, em se tratando de uma condição inevitável e imprevisível – o que caracteriza a pandemia –, temos que o devedor não responde pelos prejuízos resultantes.

Apesar disso, não basta que haja um regramento para disciplinar as possíveis alternativas em decorrência do caso fortuito; é nessa consideração que se destaca o dever de renegociação, o qual tem como fundamento a boa-fé, fundado no artigo 422 do CC, “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Desse modo, em se tratando de um período pandêmico, faz-se importante que as partes estabeleçam novos regramentos dentro da obrigação, a fim de flexibilizar o regulamento estabelecido. Nesse sentido, tendo em vista que a pandemia foi caracterizada como um evento fortuito ou de força maior, sobre a qual não havia previsibilidade, o restabelecimento da regulamentação, então, se caracteriza como uma demanda do princípio de boa-fé, princípio esse fundamental para a aplicação da relativização da força obrigatória no contexto pandêmico em prol das partes, como destacado em (PIANOVSKI, 2020) “as medidas terminativas ou de revisão contratual devem ser sempre balizadas pelo princípio da boa-fé contratual. Não por acaso, a confiança legítima, que integra o binômio constitutivo do princípio, é um dos pilares da força obrigatória dos contratos (ao lado do valor jurídico da promessa)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar uma breve análise do campo contratual, em especial as adaptações precisas no campo dos contratos – devido às mudanças trazidas pela pandemia –, junto às consequências e modificações acarretadas por tal. Para isso, foi utilizado o método de revisão bibliográfica. A partir dele, foram analisadas contribuições doutrinárias e artigos de pesquisadores, além da legislação vigente.

Dessa forma, primeiramente foi trazida a questão da segurança jurídica. Um dos pontos aprofundados nesse tópico foi a estabilização das relações judiciais. Ela está relacionada aos princípios da confiança e da boa-fé, e a própria Constituição Federal. O que foi discutido ao longo do artigo é como os contratos, que assumem um status de lei ou decisão judicial, se encaixando na alçada da segurança jurídica e dos princípios citados, precisaram ser flexibilizados.

Assim, identificou-se que foram estabelecidos novos regramentos no que tange às obrigações, o que caracteriza a relativização do princípio *pacta sunt servanda*. Nesse contexto, a legislação brasileira foi atualizada com a Lei 14.010/2020 e os institutos do caso fortuito e da força maior, os quais estão constantes no artigo 393 do CC foram amplamente utilizados.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Margarida. BALARINI, Flávia. A segurança jurídica na doutrina e nos tribunais. In: XXI Congresso Nacional do CONPEDI, 2012, Rio de Janeiro.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020.

DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Prático dos Contratos; Saraiva, SP, 1993, vol 1, p.63.

EHRHARDT, Marcos Júnior. Relação obrigacional como processo na construção do paradigma dos deveres gerais de conduta e suas consequências. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, n.56, p.141-155, 2012.

PIANOVSKI, Carlos Eduardo. A força obrigatória dos contratos nos tempos do coronavírus; Migalhas, Migalhas Contratuais, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-contratuais/322653/a-forcaobrigatoria-doscontratos-nos-tempos-do-coronavirus>

SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2006.

ANÁLISE SINÓTICA E IMPACTOS ASSOCIADOS AO EVENTO DE ZCAS ENTRE 29 DE JANEIRO E 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Data de submissão: 18/07/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Igor Pereira Costa

Engenheiro Ambiental - UFU

Uberlândia – MG

<https://lattes.cnpq.br/4100219534259762>

RESUMO: Os impactos ambientais afetam a qualidade ambiental em um determinado meio em que eles ocorrem, causando prejuízos ambientais e socioeconômicos na área diretamente afetada pelo mesmo ou pela sua área de influência. Apesar de ser um importante fator do ciclo hidrológico do planeta, a chuva pode causar diversas adversidades a um determinado ambiente, principalmente se ocorrer em grande quantidade. As chuvas intensas causam diversos transtornos em grandes centros urbanos, principalmente por causa da falta de um bom sistema de drenagem urbana, atingindo principalmente pessoas de baixa renda, as quais são mais vulneráveis. Ligada à precipitação pluvial na estação chuvosa em grande parte do Brasil, a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) é uma banda de nebulosidade e precipitação pluvial com grande variabilidade espacial e temporal, a qual é influenciada por diversos fatores, como divergência em altos níveis

e transporte de umidade para as regiões em que ela abrange, sendo também responsável por alterar as condições normais da atmosfera. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar a ZCAS, avaliar os fatores que a influenciam e a sua ação na atmosfera terrestre, verificando os impactos noticiados no período devido ao evento ocorrido de 29 de janeiro a 08 de fevereiro de 2018. Para isso foram obtidas cartas sinóticas de superfície para avaliar a extensão e a temporalidade da ZCAS e, de 250 hPa, dados de precipitação pluvial observada, radiação de onda longa emergente e imagens de satélite do GOES-16 com a temperatura no topo da nuvem realçada.

PALAVRAS-CHAVE: Zona de Convergência do Atlântico Sul; Chuvas intensas; Impactos ambientais.

ABSTRACT: Environmental impacts affect environmental quality in a given environment in which they occur, causing environmental and socioeconomic losses in the area directly affected by it or by its area of influence. Even though being an important factor in the planet's hydrological cycle, rainfall may cause various adversities to a given environment, especially if it occurs in

large quantities. Intense rains cause several troubles in major urban centers, mainly because of the shortage of a good urban drainage system, affecting mainly low-income people such as those who are most vulnerable. Associated to rainfall exclusion in the rainy season in much of Brazil, the South Atlantic Convergence Zone (SACZ) is a band of cloudiness and rainfall integration with great spatial and temporal variability, which is influenced by several factors such as divergence in high levels and humidity transport to the regions where it covers, being also responsible for changing the normal conditions of the atmosphere. Therefore the objective of this study was to identify a event of SACZ, to evaluate the factors that influence and its action in the terrestrial atmosphere, verifying the impacts reported in the period due to the event that occurred from January 29 to February 8, 2018. For this analysis, synoptic surface charts were obtained to assess the extension and temporality of the ZCAS and 250 hPa charts, observed rainfall data, emerging long wave radiation and satellite images from the GOES-16 with the temperature at the top of the highlighted cloud.

KEYWORDS: South Atlantic Convergence Zone; Heavy rainfall; Environmental impacts.

INTRODUÇÃO

Impactos ambientais são fenômenos, sejam eles positivos ou negativos, que ocorrem devido à ação humana e que alteram a qualidade ambiental, modificando os meios bióticos e abióticos. Apesar de o conceito estar mais ligado à ação humana, o mesmo pode também ser relacionado com a falta ou a ineficiência de ações antrópicas, que são realizadas por políticas públicas ou pela implementação de empreendimentos. A identificação e a avaliação de impactos ambientais são essenciais porque, por meio delas, é possível perceber como as ações antropogênicas afetam os processos naturais que ocorrem em qualquer ecossistema, seja ele natural, alterado ou degradado (SÁNCHEZ, 2008).

Ações humanas, ou a ausência delas, podem causar impactos ambientais e socioeconômicos devido à ocorrência de eventos naturais, principalmente aqueles ligados ao tempo e ao clima. Eventos naturais, como tempestades, chuvas intensas e furacões, podem causar diversos problemas, sejam eles sociais ou econômicos. Esses problemas ainda podem ser intensificados devido à falta de drenagem urbana, que resulta em enchentes; falta de cobertura do solo que causa erosão e, consequentemente, assoreamento de rios; prejuízos econômicos na agricultura e na pecuária; além de desabrigar pessoas em condições mais vulneráveis por causa de desmoronamento de morros ou inundação. Porém, estes eventos naturais são extremamente necessários para a modificação de características do meio ambiente, como a precipitação pluvial, que é o principal componente do ciclo hidrológico, sendo responsável pela entrada de água na bacia hidrográfica, mesmo que em situações em que sua ocorrência é crítica, ou seja, altas intensidades em determinados períodos, conhecidas como chuvas intensas (MELLO, 2013).

Segundo o censo de 2010 divulgado pelo IBGE, cerca de 42% da população brasileira se concentra na Região Sudeste devido a presença de grandes centros popula-

cionais e demográficos, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Assim como grande parte do país, essas metrópoles e outras cidades do Sudeste são abastecidas por energia hidrelétrica e por água captada de mananciais superficiais. Por causa disso, torna-se necessário monitorar a precipitação pluvial, evitando chuvas intensas associadas a uma determinada frequência de ocorrência, estudando a relação entre sua intensidade, duração e frequência (BACK et al., 2011). Esses eventos de chuvas intensas podem estar associados a vários fatores que ocorrem na atmosfera, como frentes frias, convergência em baixas pressões em superfície e, principalmente, Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS).

A ZCAS é definida, segundo Jones e Carvalho (2009), como uma banda de nebulosidade e precipitação pluvial com orientação noroeste-sudeste, se estendendo do centro-sul da Amazônia até a Região Sudeste do Brasil, podendo também estender-se até o oceano Atlântico Sul tropical. É um sistema atmosférico que persiste por, no mínimo, três dias e tem uma variabilidade temporal, podendo sofrer influência de outros fenômenos atmosféricos, como anomalias na temperatura da superfície do mar, frentes frias, jatos de baixos níveis, entre outros. Por ser a principal razão da precipitação na estação chuvosa da região mais populosa do país, a ZCAS pode estar associada a eventos de chuvas intensas, causando danos econômicos e sociais, principalmente em grandes cidades ou regiões que não possuem infraestrutura adequada para evitar enchentes, ou outros malefícios (CARVALHO; JONES, 2009). Devido a essa grande relação entre a atuação da ZCAS e chuvas intensas, Carvalho et al. (2002) perceberam que a intensidade de ZCAS é importante para a modulação de tais eventos, pois cerca de 65% de ocorrência de eventos extremos são devido a intensidade do sistema.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar as condições sinóticas durante o evento de ZCAS entre 29 de janeiro e 8 de fevereiro de 2018, avaliando os impactos associados.

METODOLOGIA

As cartas sinóticas em superfície de 29 de janeiro a 8 de fevereiro de 2018 foram obtidas do Arquivo de Análises Sinóticas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE). Foi selecionada a primeira carta de manifestação da ZCAS e todas as subsequentes, selecionando as cartas 24 horas depois da primeira ocorrência, até a última carta com a presença do mesmo evento de ZCAS. As cartas sinóticas em 250 hPa foram obtidas do Boletim Técnico divulgado diariamente pelo CPTEC/INPE, selecionando as cartas dos dias de manifestação do evento de ZCAS. Através das cartas sinóticas de 250 hPa foram identificados a convergência ou divergência de massa em altos níveis e a presença dos sistemas atmosféricos Vórtice Ciclônico de Altos Níveis (VCAN) e Alta da Bolívia (AB).

As imagens de satélite do canal 13, com temperatura no topo da nuvem realçada, do satélite GOES 16 foram obtidas no Banco de Dados e Imagens da Divisão de Satélites

e Sistemas Ambientais (DAS/INPE).

Os campos médios diários de radiação de onda longa emergente (ROLE; NOAA *Interpolated OLR*) e de vento zonal a 850 hPa, durante a ocorrência do evento, foram obtidos do *National Centers for Environmental Prediction/National Center for Atmospheric Research* (NCEP/NCAR). Os campos atmosféricos espaciais são plotados a partir de reanálises climáticas e de outros bancos de dados e são baseados nas médias climatológicas de 1981-2010.

Os campos diários de precipitação observada e de anomalias de precipitação, ambos em mm, nos dias de ocorrência do evento, foram obtidos do Monitoramento Climático do CPTEC/INPE. Os dados de precipitação observada no período e as anomalias foram importantes para verificar a influência da presença da ZCAS nas chuvas observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O evento de ZCAS descrito e analisado neste estudo apresentou alta variabilidade espacial e temporal, tendo início no dia 29 de janeiro e se encerrando até o dia 08 de fevereiro de 2018, como observado na Figura 1. Percebe-se que, inicialmente, o evento de ZCAS possuía uma grande extensão, indo do estado de Roraima, passando por Mato Grosso, norte do Mato Grosso do Sul, parte sul do estado de Goiás, pela mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, São Paulo, até o Atlântico subtropical adjacente, próximo ao litoral paulista. À medida que o evento vai se prolongando, a ZCAS vai se deslocando para nordeste e ganhando maior extensão, entrando no centro-sul do Amazonas, sul do Pará, norte do Mato Grosso, sul do Tocantins, norte de Goiás, noroeste da Bahia, região norte de Minas Gerais e Espírito Santo, como visto na carta do dia 01/02 (carta de 02/02/2018 às 00 UTC), se estendendo também em parte do Atlântico tropical e subtropical. No dia 05 de fevereiro (carta de 06/02/2018 às 00 UTC), percebeu-se a ZCAS atingiu sua menor extensão. O evento durou um pouco mais de 10 dias e ao término, como mostrado na carta do dia 08/02/2018 (18 UTC), foi substituído por um evento de Zona de Convergência de Umidade (ZCOU).

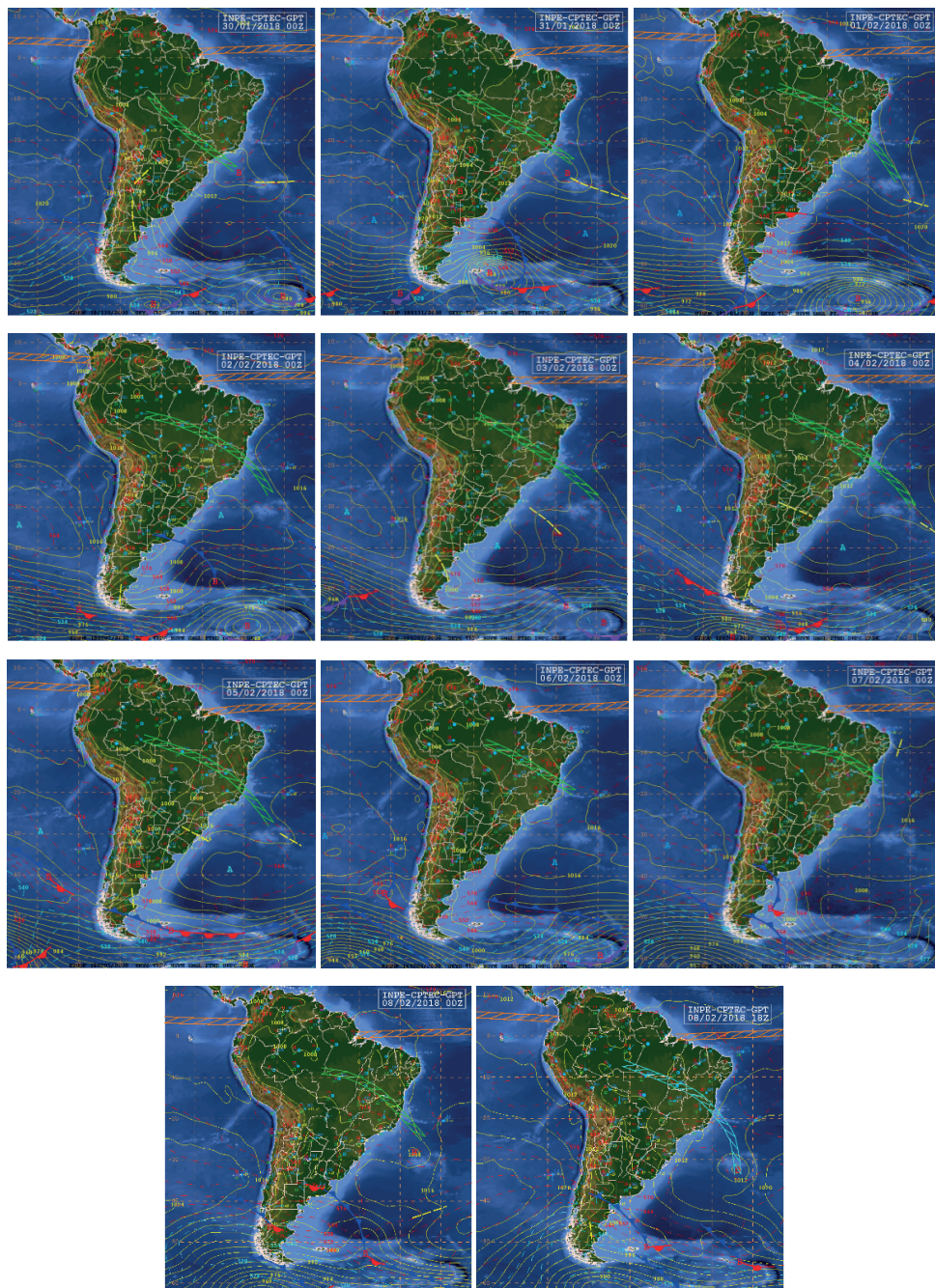


Figura 01. Cartas sinóticas em superfície durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 30/01/2018 (00 UTC) até 08/02/2018 (12 UTC)

Fonte: CPTEC/INPE (2019).

A formação dessa extensa banda de nebulosidade, que acarretou em chuvas intensas por grande parte do território brasileiro, se deve a duas circulações anticiclônicas em altos níveis, sendo esta a AB e a presença do VCAN. Observa-se na carta sinótica em 250 hPa (Figura 2) do dia 30/01/2018 (00 UTC) uma ampla circulação anticiclônica associada à AB, deslocada a sul de sua posição normal, centrada no Paraguai. À nordeste da AB observa-se a presença do VCAN sobre o interior nordestino (CPTEC/INPE, 2018). Esse padrão anticiclônico gera divergência (convergência) de massa de ar em altos (baixos) níveis, viabilizando o desenvolvimento de nuvens e contribuindo para a precipitação pluvial em determinadas Regiões, principalmente no Centro-Oeste e Sudeste do país, caracterizando a ZCAS. Percebe-se também que, à medida que a circulação anticiclônica da AB se desloca a nordeste, passando a centrar-se no Paraguai e em parte do Mato Grosso, a ZCAS também acompanha esse deslocamento. A partir do dia 01 de fevereiro, percebe-se que a nordeste da AB há a presença do cavado de Nordeste, colaborando fortemente para a divergência de massa em altos níveis e uma maior formação de nebulosidade entre esses dois cavados.

Além dos fatores que serão discutidos posteriormente, que levaram ao fortalecimento do evento de ZCAS, o vento zonal em 850 hPa também deve ser analisado. Além das condições atmosféricas em altos níveis, que contribuíram para a formação dessa extensa banda de nebulosidade, em baixos níveis percebem-se anomalias positivas de vento zonal, indicando a predominância de ventos de oeste (Figura 3). Segundo Marengo (2004), eventos de precipitação pluvial podem ser descritos por regimes de vento em baixos níveis e seguindo a circulação de grande escala da atmosfera: ventos de oeste e de leste, na qual, quando há superioridade de regimes de ventos de oeste, eles estarão associados à ZCAS e a episódios intensos de jatos de baixos níveis ao leste dos Andes (LLJ). Como mostrado nas anomalias de vento zonal em 850 hPa no período do evento de ZCAS, o predomínio de ventos de oeste está sobre a região coberta pela faixa da ZCAS, demonstrando a possível atuação dos LLJ durante o evento de ZCAS.

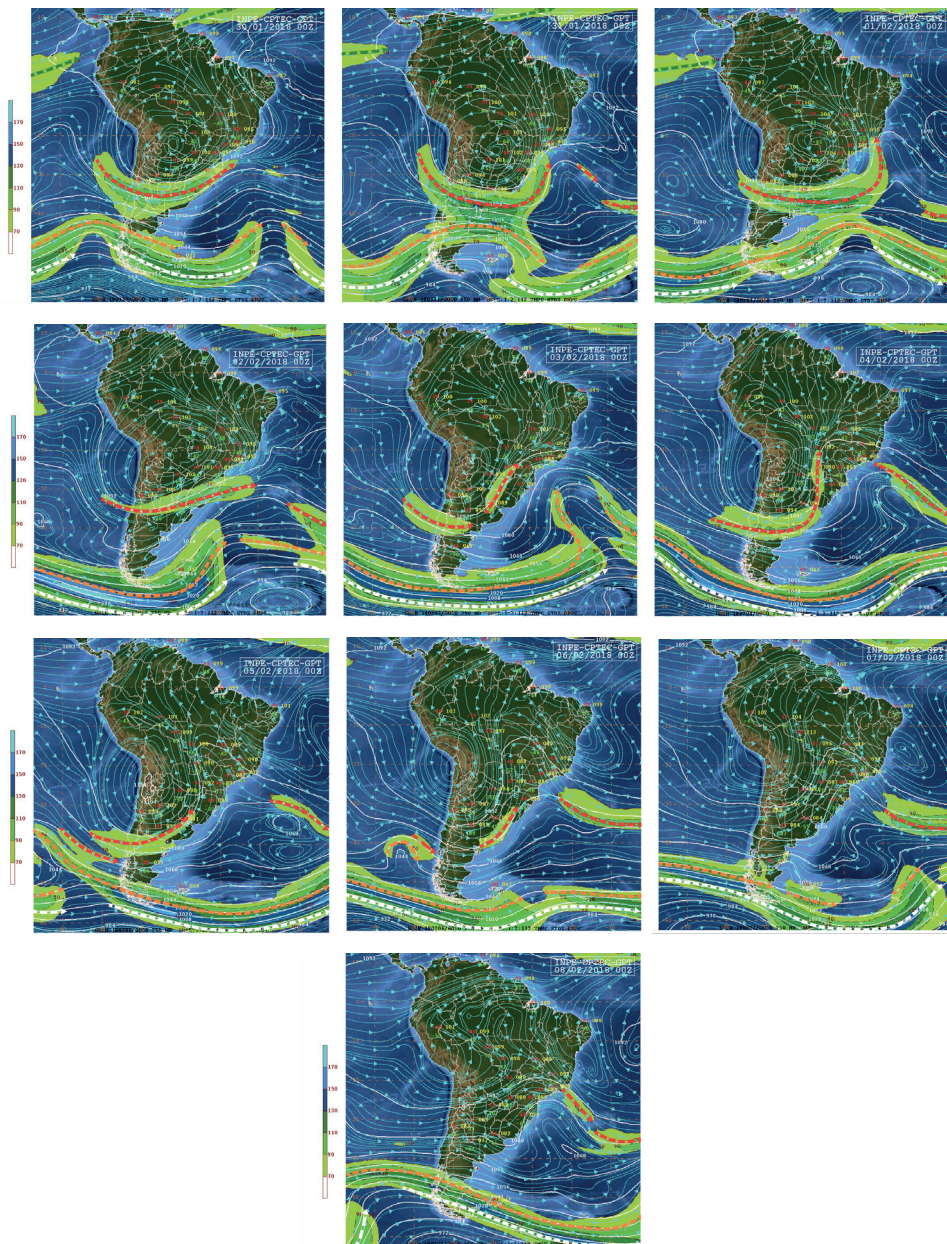


Figura 02. Cartas sinóticas em 250 hPa durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 30/01/2018 (00 UTC) até 08/02/2018 (00 UTC).

Fonte: CPTEC/INPE (2019).

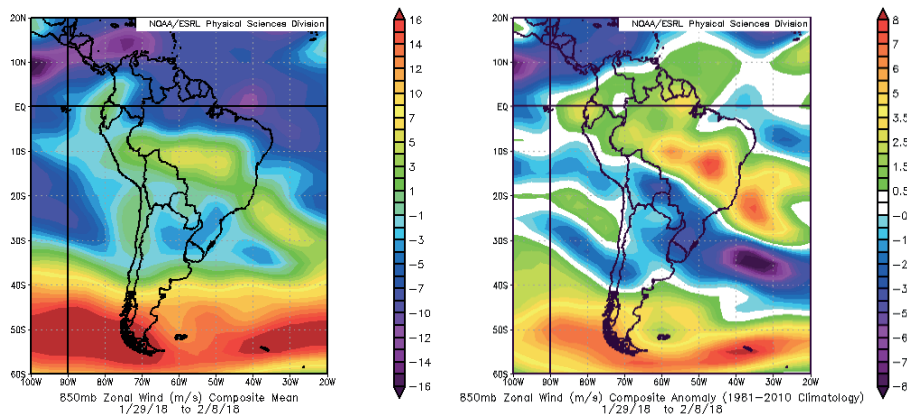


Figura 03. Vento zonal em 850 hPa observado (à esquerda) e anomalias (à direita) durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 29/01/2018 a 08/02/2018.

Fonte: NCEP/NCAR (2019).

Como a ZCAS representa uma banda de nebulosidade e precipitação pluvial, uma menor quantidade de radiação foi absorvida pela superfície e menos radiação de onda longa pôde ser liberada para a atmosfera. Na Figura 4, percebe-se uma menor quantidade de ROLE, havendo anomalias negativas por toda a região da de atuação da ZCAS, chegando a atingir -40 W/m^2 próximo da região costeira da Bahia e da Região Sudeste. Com a maior presença de nebulosidade devido à ZCAS, a ROLE influenciou na temperatura do ar da região sob a influência da ZCAS, como mostrado na Figura 5. Observa-se queda de temperatura do ar, principalmente na Região Sudeste e parte do Centro-Oeste devido a uma menor quantidade de energia recebida pela superfície devido à maior cobertura de nuvens (Figura 4) e precipitação observada (Figura 6).

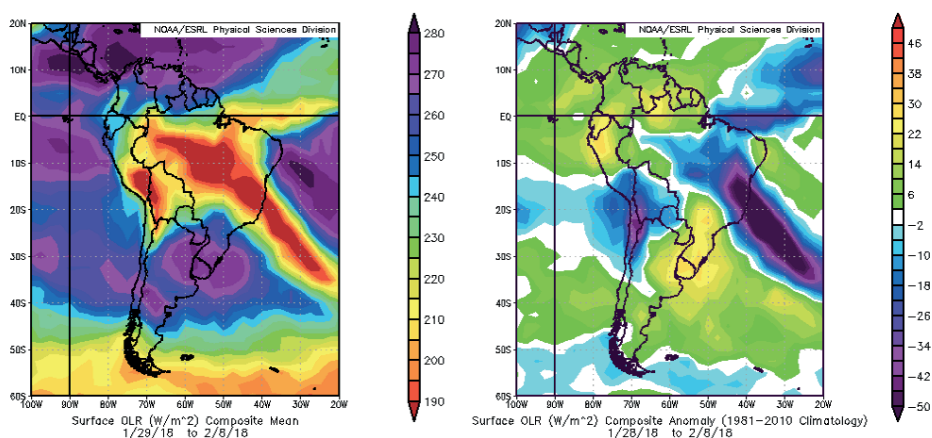


Figura 04. Radiação de Onda Longa Emergente (W/m^2) observada (à esquerda) e anomalia (à direita) durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 29/01/2018 a 08/02/2018.

Fonte: NCEP/NCAR (2019).

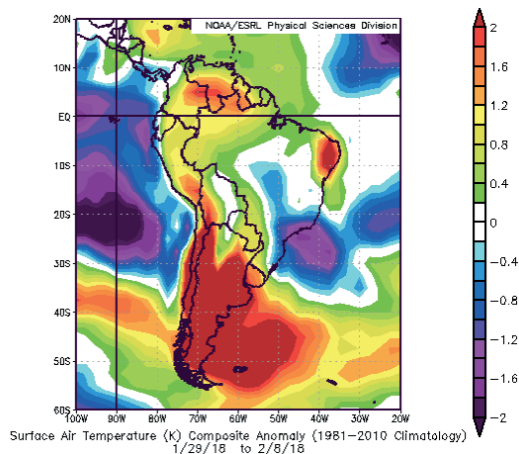


Figura 05. Anomalias de temperatura do ar em superfície (°C) durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 29/01/2018 a 08/02/2018

Fonte: NCEP/NCAR (2019).

Corroborando com a presença da ZCAS, anomalias negativas de ROLE e de temperatura do ar, anomalias positivas de precipitação pluvial são observadas por quase todo o território brasileiro durante o evento de ZCAS, como observado na Figura 6. As menores anomalias encontradas foram nos dois primeiros dias do evento e no último (08 de fevereiro), em que ocorreram chuvas isoladas por todo o território. Nota-se que os maiores acumulados de precipitação acompanham a faixa determinada pela ZCAS nas cartas sinóticas em superfície (Figura 1), como observado no dia 04 de fevereiro, em que a ZCAS estava posicionada no norte de Minas Gerais e a precipitação pluvial foi superior à 100 mm em apenas um dia.

Os expressivos acumulados de precipitação pluvial podem ser explicados por um grande desenvolvimento das nuvens. A partir da temperatura de brilho do topo das nuvens realçada obtida de imagens de satélite (Figura 7), esse desenvolvimento vertical pôde ser avaliado. Como a formação de nuvens depende da instabilidade atmosférica e dos movimentos verticais, a interpretação ocorre da seguinte maneira: quanto maior e mais desenvolvida for a nuvem, mais frio será o seu topo, portanto são mais brilhantes nas imagens do infravermelho do satélite; o contrário também é verdade, nuvens mais baixas e menores, possuem uma maior temperatura, portanto aparecem mais escuras nas imagens (YAMASOE, 2012). Quanto maior e mais alta for a nuvem, mais supersaturada ela estará e mais desenvolvidas serão as gotículas de água, podendo acarretar precipitações com maiores volumes. Percebe-se que nos primeiros dias de ocorrência do evento de ZCAS, houve uma menor temperatura de brilho no topo das nuvens, indicando nuvens mais desenvolvidas, mais carregadas com umidade e, conseqüentemente, promovendo maiores acumulados de precipitação. Como citado anteriormente ao analisar a precipitação ocorrida no período, no dia 04 de fevereiro houve um acumulado de mais de 100 mm no norte de Minas Gerais. Observa-se na imagem de satélite que no mesmo dia há nuvens com temperatura de brilho menor que -60°C sobre esta área, indicando nuvens mais altas e

carregadas de umidade. A formação de nuvens mais frias e desenvolvidas acompanharam a faixa de ZCAS mostrada na Figura 1. Conforme o evento se aproxima do seu término, a formação de nuvens sobre a região de atuação da ZCAS vai ficando menos concentrada devido ao enfraquecimento de divergência em altos níveis associada ao VCAN e à AB.

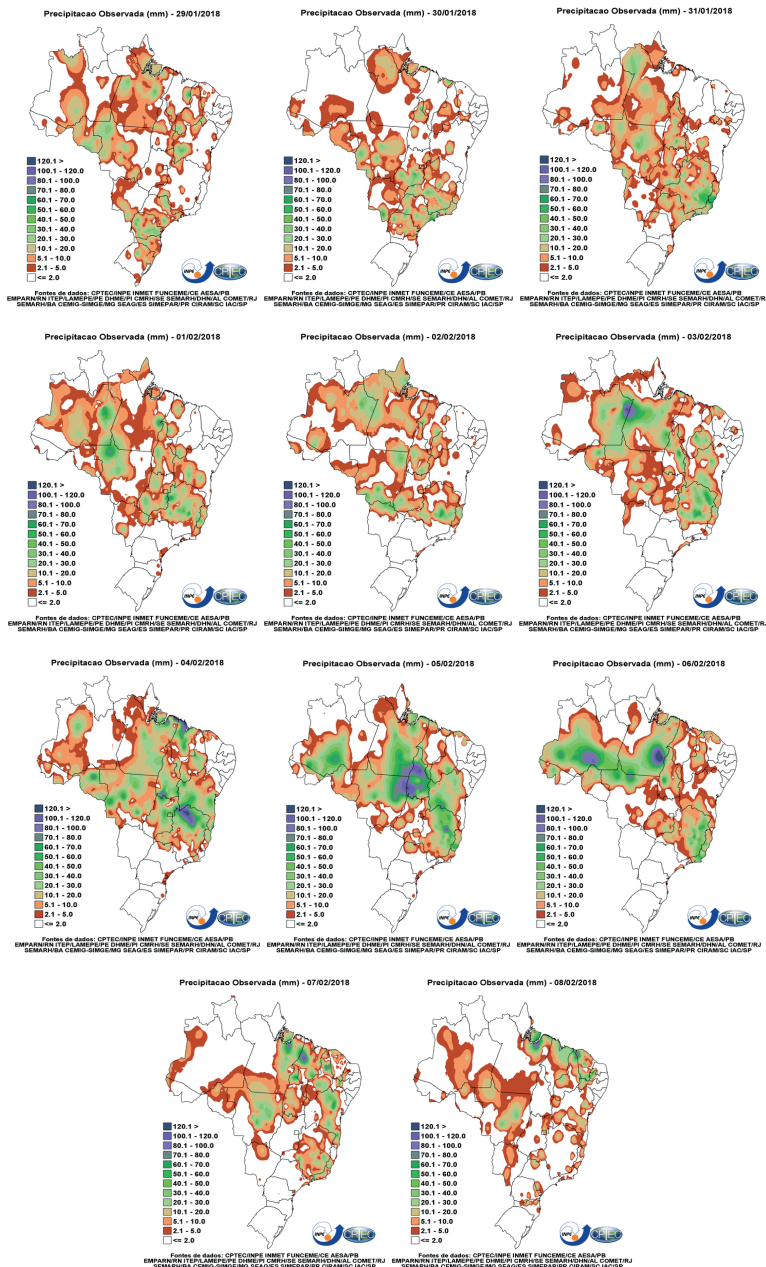


Figura 06. Precipitação pluvial observada (mm) durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 29/01/2018 a 08/02/2018

Fonte: CPTEC/INPE (2019).

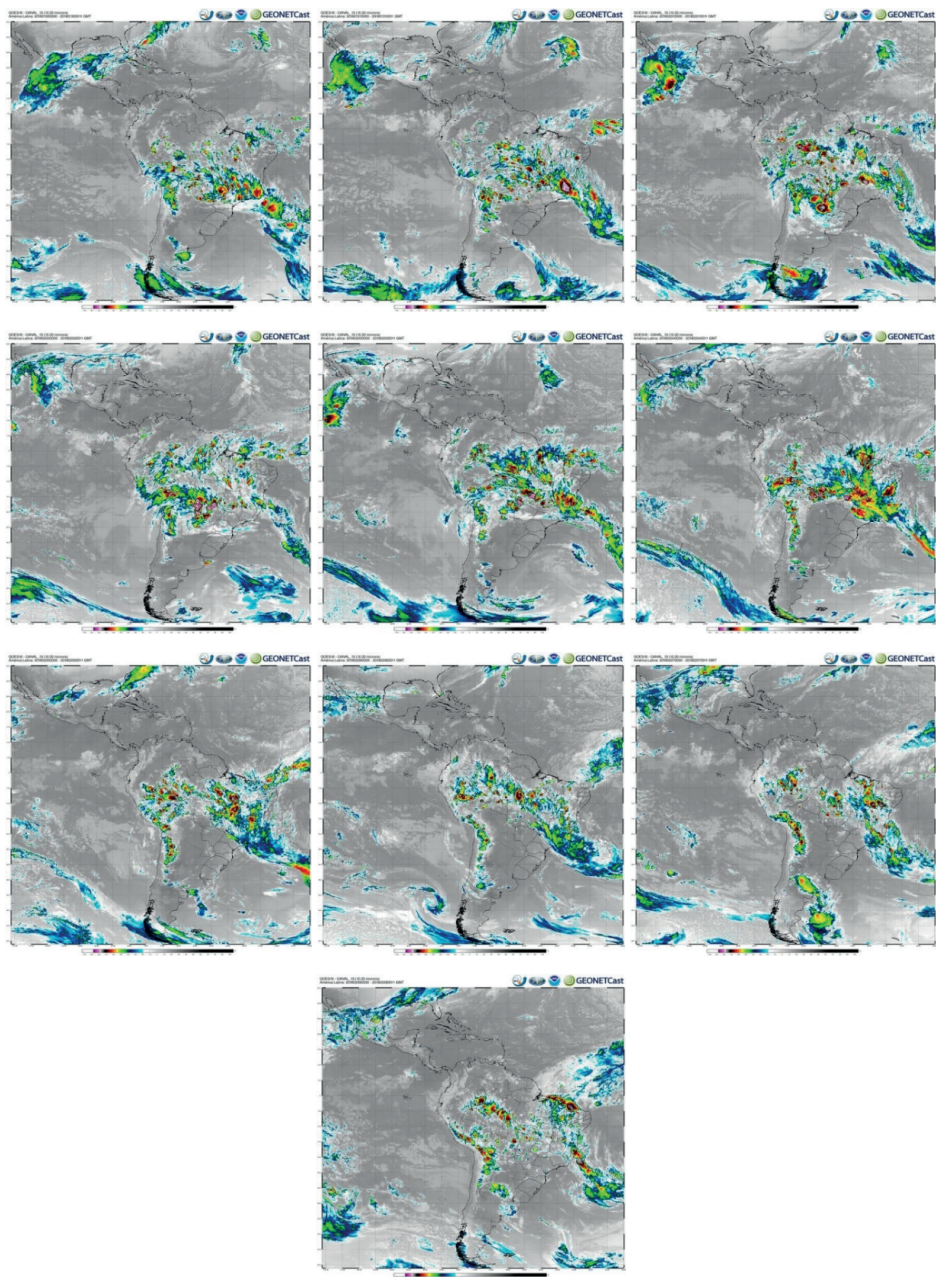


Figura 07. Imagens de satélite GOES-16, com temperatura de brilho do topo das nuvens realçada, durante o evento de Zona de Convergência do Atlântico Sul, de 29/01/2018 a 08/02/2018

Fonte: Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais - DSA/INPE (2019).

Segundo o Boletim de Casos Significativos do mês de fevereiro de 2018 do CPTEC/INPE, ocorreram alguns impactos no período de ocorrência da ZCAS, principalmente ligados a chuvas intensas, ocasionando enchentes em centros urbanos, alagamentos, transtornos no trânsito que acarretaram acidentes e mortes, desabamentos e outros problemas à população. Segundo a Defesa Civil, no dia 30 de janeiro no município de Campos – RJ choveu cerca de 46 mm (36 mm durante o dia), ocasionando alagamentos (G1 NORTE FLUMINENSE, 2018). Também no dia 30, a chuva deixou desabrigados na região Serrana do Rio de Janeiro, houve alagamento, queda de árvores e deslizamento de terra, registrando 85 mm de chuva (G1 REGIÃO SERRANA, 2018). Em São Paulo, no mesmo dia, houve acidentes de trânsito e um jovem de 22 anos foi encaminhado em estado grave para o hospital após bater o carro. Ao todo, cinco pessoas (uma em estado grave) foram feridas em outro acidente envolvendo um ônibus e um caminhão, na zona sul do município (METRO JORNAL, 2018).

No dia 31 de janeiro, em uma via da cidade de Belo Horizonte (BH), uma cratera de 10 metros de comprimento, dois metros e meio de largura e quatro metros de comprimento foi aberta (G1 MINAS GERAIS, 2018). Em BH, houve dois acidentes, incluindo uma mulher que foi morta por ter sido atropelada por uma moto. O motorista sofreu ferimentos e foi encaminhado para o hospital. Neste mesmo dia foram apontadas quedas de árvores, transtorno em aeroportos por causa da neblina e pista molhada, congestionamentos que causaram lentidão em importantes vias e outro acidente de trânsito (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2018).

No dia 05 de fevereiro houve mais um transtorno em Belo Horizonte, quando a parte de um teto de um shopping desabou devido ao volume de chuvas. Segundo informações, “o vazamento na tubulação de escoamento de água foi o que ocasionou a queda do gesso, que acabou cedendo por causa do volume de chuva que cai em Belo Horizonte desde a semana passada”, como disse a assessoria do shopping mineiro (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2018). No dia seguinte, em Parauapebas – PA, moradores ficaram ilhados porque muitas vias ficaram alagadas, incluindo o mercado municipal local e uma elevação do nível do Rio Parauapebas colocou a Defesa Civil em estado de alerta (G1 PARÁ, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo avaliou as condições sinóticas durante um evento de ZCAS ocorrido de 29 de janeiro a 8 de fevereiro de 2018, avaliando os impactos associados. Durante os dias de ocorrência do evento foram observados impactos e transtornos gerados à população, acarretando acidentes, mortes e impactos ao próprio meio ambiente, como queda de árvores e deslizamentos de terra. Esses impactos mostram que ações humanas podem influenciar em eventos naturais, gerando impactos que podem ser graves.

Foi possível perceber a importância do monitoramento das condições atmosféricas,

principalmente na estação chuvosa, buscando avaliar como a ocorrência da ZCAS é formada e qual o seu impacto no meio em que vivemos. Foi possível avaliar também que a ZCAS possui uma grande variabilidade temporal e espacial, estando ligada a outros fatores que a alimentam, como a divergência em altos níveis, anomalias positivas de ventos de oeste e como a precipitação pode ser monitorada por meio de imagens de satélite com a temperatura de brilho do topo das nuvens realçada. Devido a isso, espera-se que estudos hidrológicos sejam atualizados e que projetos de drenagem urbana sejam mais bem realizados.

REFERÊNCIAS

BACK, A.J.; HENN, A. & OLIVEIRA, J.L.R. **Heavy rainfall equations for Santa Catarina**, Brazil. R. Bras. Ci. Solo, 35:2127-2134, 2011.

CARVALHO, L. M. V.; JONES, C. LIEBMANN, B. Extreme precipitation events in southeastern South America and large-scale convective patterns in the South Atlantic Convergence Zone. **Journal of Climate**, v. 15, p. 2377 – 2394, 2002.

CARVALHO, L. M. V.; JONES, C. Zona de Convergência do Atlântico Sul. In **Tempo e Clima no Brasil**. Cavalcanti. I. F. A.; Ferreira, N. J.; Silva, M. G. A. J.; Silva Dias, M. A. F. (org.). São Paulo: Oficina de Textos, p. 95-109, 2009.

CENTRO DE PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS. **Boletim Técnico**. Disponível em: <http://tempo.cptec.inpe.br/boletimtecnico/pt>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Chuva complica o trânsito em BH e causa transtornos nos aeroportos**. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/31/interna_gerais,934805/chuva-complica-o-transito-em-bh-e-caoa-transtornos-nos-aeroportos.shtml. Acesso em: 18 dez. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Parte de teto de shopping de BH cede por causa da chuva**. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/02/05/interna_gerais,935972/parte-de-teto-de-shopping-de-bh-cede-por-caoa-da-chuva.shtml. Acesso em: 18 dez. 2019.

G1 MINAS GERAIS. **Chuva provoca abertura de cratera em avenida da Região da Pampulha, em BH**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/chuva-provoca-abertura-de-cratera-em-avenida-da-regiao-da-pampulha-em-bh.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

G1 NORTE FLUMINENSE. **Chuva causa alagamentos em bairros de Campos, no RJ**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/chuva-caoa-alagamentos-em-bairros-de-campos-no-rj.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

G1 PARÁ. **Chuva forte e alta do rio deixa moradores de Parauapebas ilhados**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/chuva-forte-e-alta-do-rio-deixa-moradores-de-parauapebas-ilhados.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1 REGIÃO SERRANA. **Chuva causa interdição de casas e deixa desalojados em Petrópolis, no RJ**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/chuva-caoa-interdicao-de-casas-e-deixa-desalojados-em-petropolis-no-rj.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

IBGE (Brasil). **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-200-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MARENGO, José A. et al. Diurnal variability of rainfall in southwest Amazonia during the LBA-TRMM field campaign of the austral summer of 1999. **Acta Amazonica.**, Manaus, v. 34, n. 4, p. 593-603, Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672004000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2019.

MELLO, Carlos Rogério de; VIOLA, Marcelo Ribeiro. Mapping of heavy rainfalls in the state of Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 37, n. 1, p. 37-44, Feb. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832013000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2019.

METRO JORNAL. **Chuva em São Paulo provoca acidentes; uma pessoa está em estado grave.** 2018. Disponível em: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/01/30/chuva-em-sao-paulo-provoca-acidentes-uma-pessoa-esta-em-estado-grave.html>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p., il. Inclui bibliografia: p.477-495. ISBN 8586238597.

YAMASOE, Marcia. **INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS.** São Paulo: IAG, 2012. 83 slides, color. Disponível em: http://www.dca.iag.usp.br/material/akemi/satelite/Interpreta%E7%E3o%20de%20Imagens_2012.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

A INTERFERÊNCIA DO GÊNERO NO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO PRISIONAL NAS APACS: RESULTADOS PRELIMINARES DA INTERAÇÃO PESQUISA-EXTENSÃO

Data de aceite: 02/10/2023

Anna Flávia Silva Cruz

Discente extensionista do projeto de extensão *ELAS*, do curso de Fisioterapia no *campus* Coração Eucarístico.

Bárbara Úrsula Dias de Souza

Discente extensionista do programa de extensão *Apenas Humanos*, do curso de Fisioterapia no *campus* Coração Eucarístico.

Maria Luiza Rodrigues Bandeira

Discente extensionista do projeto de extensão *ELAS*, do curso de Fisioterapia no *campus* Coração Eucarístico.

Nicole Almeida Soares

Discente extensionista do projeto de extensão *ELAS*, do curso de Fisioterapia no *campus* Coração Eucarístico.

Patrícia Dayrell Neiva

Doutora em ciências da saúde UFMG, Professora do curso de Fisioterapia, no *campus* Coração Eucarístico.

RESUMO: A parceria entre a PUC MINAS e a APAC (Associação de Proteção ao Condenado), existe desde 2006 na APAC Santa Luzia (SL), através de atividades de extensão no Programa *Apenas humanos*:

intervenções interdisciplinares no âmbito da APAC e desde 2019 na APAC Belo Horizonte (BH), através do Projeto de extensão *ELAS*. O presente artigo trata-se de um projeto piloto com intuito de determinar a diferença entre os gêneros quanto ao diagnóstico em saúde da população prisional nas APACs de SL e BH, através da aplicação do questionário de Perfil de Saúde de Nottingham (PSN). O PSN foi aplicado por cinco extensionistas do curso de Fisioterapia, no sistema fechado da APAC SL e no sistema semiaberto e fechado da APAC BH, totalizando 120 questionários analisados. A partir da análise dos dados, o domínio que se destacou em ambos sexos, foi o de reações emocionais, salientando a necessidade de se intensificar o cuidado à saúde mental através de um olhar multiprofissional e interdisciplinar. A partir destes resultados, foi possível reconhecer a importância da interação dialógica ao elaborar parcialmente um diagnóstico em saúde da APAC SL e APAC BH e, assim, planejar ações promissoras de ambos projetos com mais especificidade. Ademais, após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, é desejo ampliar o conhecimento acerca da população analisada, coletando dados no regime semiaberto da APAC SL e

a idade de ambas instituições para entender se esta teve influência no resultado da aplicação do questionário, já que cada idade apresenta suas particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil de Saúde de Nottingham. Qualidade de Vida. Extensão Universitária. Pesquisa. Gênero.

THE INTERFERENCE OF GENDER IN THE HEALTH DIAGNOSIS OF THE PRISON POPULATION IN APACS: PRELIMINARY RESULTS OF THE RESEARCH-EXTENSION INTERACTION

ABSTRACT: The partnership between PUC MINAS and APAC (Association for the Protection of the Convicted) has existed since 2006 in APAC Santa Luzia (SL), through extension activities in the Just Humans Program: interdisciplinary interventions within the scope of APAC and since 2019 in APAC Belo Horizonte (BH), through the ELAS extension project. This article is a pilot project with the aim of determining the difference between genders regarding the health diagnosis of the prison population in the APACs of SL and BH, through the application of the Nottingham Health Profile (PSN) questionnaire. The PSN was applied by five extensionists of the Physiotherapy course, in the closed system of APAC SL and in the semi-open and closed system of APAC BH, totaling 120 analyzed questionnaires. From the data analysis, the domain that stood out in both sexes was that of emotional reactions, emphasizing the need to intensify mental health care through a multiprofessional and interdisciplinary look. From these results, it was possible to recognize the importance of dialogic interaction by partially elaborating a health diagnosis of APAC SL and APAC BH and, thus, planning promising actions of both projects with more specificity. In addition, it is desired to expand the knowledge about the analyzed population, collecting their age to understand if this had an influence on the result of the application of the questionnaire, since each age has its particularities.

KEYWORDS: Nottingham Health Profile. Quality of life. University Extension. Research. Gender.

INTRODUÇÃO

A APAC (Associação de Proteção ao Condenado) é uma entidade civil de direito privado dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados às penas privativas de liberdade, uma alternativa ao modelo prisional tradicional onde há a humanização da pena de prisão e a valorização do ser humano, vinculada à evangelização (FERREIRA, 2016). Existe a parceria entre a PUC MINAS e a APAC Santa Luzia (SL) desde 2006, através de atividades de extensão no Programa Apenas humanos: intervenções interdisciplinares no âmbito da APAC e desde 2019 na APAC Belo Horizonte (BH), através do Projeto de extensão *ELAS*. Ambos tem como objetivo principal prestar assistência às pessoas do sexo masculino e feminino, respectivamente, recuperando(a)s, adulto(a)s, sentenciado(a)s da justiça cumprindo pena com privação de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e trabalho externo nos Centros de Reintegração Social em SL e BH (PROEX, 2017) , promovendo ações que levem em consideração os processos de humanização e as

especificidades dos gêneros, com vista a preparação para o retorno ao convívio social, em consonância com o método APAC, baseado em pilares que envolvem a valorização humana, a promoção da saúde, a evangelização e o estímulo ao trabalho. Dessa forma, o objetivo do trabalho da extensão universitária é promover a humanização na assistência aos condenados da referida instituição prisional, levando em consideração os processos de saúde física e psíquica com vistas à ressocialização, reconstruindo posições como sujeitos dignos e cidadãos de direitos e deveres para com a sociedade civil. As principais atividades realizadas pelos diversos cursos ora envolvidos nesse projeto consistem em ações extensionistas realizadas nas APACs, das quais as áreas do conhecimento contempladas atualmente são: Direito, Psicologia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Filosofia e Letras.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) irá adotar a metodologia APAC, como uma de suas políticas públicas para o sistema prisional, considerando as leis de execuções que visam motivar a reinserção do(a)s recuperando(a)s na comunidade. Além da liberdade física/moral, os recuperando(a)s podem possuir a liberdade financeira assegurada pelo poder judiciário, uma vez que esses trabalham a favor da sociedade em troca da liberdade.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão gera um reconhecimento dos limites e peculiaridades de cada uma dessas três atividades. A extensão, caso seja orientada pela concepção da superioridade do saber científico em relação aos saberes produzidos pelos grupos atendidos, também pode incorrer no erro de fechar os olhos para esses últimos saberes e manter a separação entre a ciência e o mundo de visões alternativas. A articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Na retomada presencial com novos desafios e possibilidades, após dois anos em que os recuperando (a)s não tiveram acesso às ações de promoção e assistência à saúde com regularidade, de modo a realizar rapidamente diagnóstico em saúde, as extensionistas do Curso de Fisioterapia optaram em aplicar um questionário para avaliar a qualidade de vida: o Perfil de Saúde de Nottingham (PSN) (HUNT, 1985). Este trata-se de um projeto piloto que será desenvolvido e para que tenhamos a conclusão desta investigação.

O objetivo do presente projeto é identificar a situação de saúde física, social e emocional da população prisional nas APACs de SL e BH de acordo com as diferenças de gênero apresentadas, através da aplicação do questionário de Perfil de Saúde de Nottingham (PSN), elaborar parcialmente um diagnóstico em saúde e intervenções em ambos projetos direcionadas aos aspectos que se fizerem relevantes após a análise dos dados, o que contribuirá para a promoção da saúde e redução das queixas dos participantes. O monitoramento servirá para identificar as alterações importantes no quadro de saúde da população analisada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Santana (2021), a implementação de ações de extensão universitária é um recurso favorável no processo de ensino-aprendizado para a atuação prática no âmbito da promoção da saúde. Complementa-se, nessa mesma perspectiva, por Sampaio (2018) que a vivência de extensão universitária oportuniza experiências aos discentes, direcionando-os para atitudes responsáveis e seguras, o que contribui para a promoção da comunicação entre a universidade e o ambiente externo e interliga desta forma o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste contexto, por meio da vivência do cenário da realidade que a extensão permite, pesquisar dados de uma população fragilizada e essencialmente precária quanto à assistência em saúde se faz valioso, de forma a contribuir no processo de produção de saúde. A interação entre o discente e a comunidade proporciona o intercâmbio entre o saber e o fazer, por meio das demandas observadas em cenários reais. À vista disso, para o discente, a extensão oportuna o desenvolvimento de competências, ampliação de vivências, resolução de problemas, autonomia e trabalho em equipe, da mesma forma que para a comunidade a ação de extensão oportuna um momento de transformação social, promoção de saúde e por conseguinte, melhora da qualidade de vida.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995). Portanto, o conceito de qualidade de vida engloba tanto questões objetivas quanto subjetivas. Entre os aspectos subjetivos temos o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além do pertencimento social com a participação em diferentes grupos sociais. Já os objetivos abarcam saúde, educação, moradia, e outras circunstâncias da vida, portanto, o instrumento de avaliação de qualidade de vida não deve se limitar, simplesmente, a medir a presença e a gravidade dos sintomas de uma doença.

O surto da COVID-19 causado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) na China ganhou destaque global e foi declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, o que exigiu ações de prevenção, como isolamento social e reforço das medidas de higiene. Nesse sentido, em tempos de pandemia, o cenário da população privada de liberdade foi agravado pela sobreposição de problemas, pré-existent e novos, que exigiram medidas sanitárias mais agressivas, como a suspensão de visitas e outras, que resultaram em um superisolamento (CARVALHO et al., 2020), em razão de o confinamento dentro de uma unidade prisional ser distinto de outros tipos, como quarentena, que é um isolamento voluntário, enquanto nessas instituições a liberdade é involuntariamente restringida. Desse modo, as mudanças na rotina tiveram um grande impacto na saúde mental da população em geral, sendo essas mudanças muito mais agressivas em populações em estado de vulnerabilidade social, como os privados de liberdade e por definição, saúde prisional é saúde pública e deve ser tratada como tal pelos

governos e pela comunidade científica (JÚNIOR et al., 2021).

Em uma pandemia, como a COVID-19, é importante lembrar que problemas psicológicos e psiquiátricos podem ser desencadeados ou amplificados. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prisão em si já prejudica a saúde mental devido à superlotação, solidão forçada, falta de privacidade, falta de atividade significativa, insegurança quanto às perspectivas (trabalho, relacionamentos) e serviços de saúde inadequados (CARVALHO et al., 2020). Fez-se notar que as medidas após o período de pandemia devem levar em conta que as reações psicológicas das pessoas privadas de liberdade podem diferir daquelas observadas em pessoas que observam o distanciamento social na comunidade, pois, na prisão, houve a sobreposição de isolamento e estas devem ser supervisionadas de forma multidisciplinar (JÚNIOR et al., 2021; CARVALHO et al., 2020).

Assim, a análise da qualidade de vida desta população se faz ainda mais necessária após o momento mundial em saúde. Baseado na classificação de incapacidade descrita pela OMS, o PSN é composto por 38 itens, agrupados em seis domínios: “nível de energia” (NE), 3 itens - avalia o nível de energia e de fadiga; “dor” (D), 8 itens - avalia a presença de dor, sua intensidade e sua interferência nas atividades de vida diária (AVD); “reações emocionais” (RE), 9 itens - apresenta questões sobre ansiedade, depressão, alterações no comportamento ou descontrole emocional e bem-estar psicológico; “interação social” (IS), 5 itens - analisa a existência do sentimento de solidão e a dificuldade de interagir com outras pessoas; “habilidades físicas” (HF), 8 itens - analisa a presença de limitações durante a realização das Atividades de Vida Diária (AVD) e “sono” (S), 5 itens - avalia a qualidade do sono e a presença de insônia. Cada percepção de saúde positiva corresponde a 1 (um) e negativa corresponde a 0 (zero), perfazendo uma pontuação máxima igual a 38 (SALMELA, 2004).

Utilizando uma linguagem de fácil interpretação, o PSN fornece uma medida simples da saúde física, social e emocional do indivíduo sendo considerado clinicamente válido para distinguir indivíduos com diferentes níveis de disfunção e para detectar alterações importantes no quadro de saúde do paciente ao longo do tempo (GUYATT, 1993). Alguns autores reafirmaram a importância destes instrumentos em inquéritos populacionais ou como identificadores das necessidades de saúde da população, bem como na prática clínica ou em experimentos clínicos controlados (CARR, 1996).

METODOLOGIA

A hipótese do grupo de extensionistas em ambos projetos seria encontrar dados sugestivos que pessoas privadas de liberdade estão fragilizadas considerando as questões relacionadas à falta de assistência em saúde e a ausência de ações presenciais de promoção de saúde após período da pandemia do COVID-19, haja visto que em seu

primeiro ano, a prevalência global de ansiedade, depressão e agravos decorrentes a doenças não transmissíveis (DANT) aumentou em 25%, de acordo com a OMS e com isso mudou a emergência de saúde pública (WHO, 2021).

Os critérios de elegibilidade foram recuperando(a)s, adulto(a)s, das instituições APAC BH e APAC SL, do sistema fechado e/ou semiaberto que concordassem em responder ao questionário. Os critérios de exclusão foram duplicidade de respostas, falta de identificação e não relato de disfunção em pelo menos um domínio.

O PSN foi aplicado por cinco extensionistas do Curso de Fisioterapia no sistema fechado da APAC SL e no sistema semiaberto e fechado da APAC BH no período de maio à junho de 2022. Os dados foram coletados em duas fases: (1) pesquisa de campo por meio da aplicação dos questionários e (2) tabulação e análise dos dados no Excel. A escolha, excluindo a auto aplicação, foi pela maioria dos recuperando(a)s possuir baixo nível de escolaridade, o que poderia interferir na interpretação das perguntas, comprometendo a fidedignidade dos resultados.

Embora este questionário tenha sido aplicado somente pelas extensionistas do Curso de Fisioterapia, a interpretação das respostas coletadas, não somente poderá como deverá ser utilizado por outras áreas parceiras ao projeto, para que cada uma, em sua particularidade, consiga intervir nos aspectos comprometidos, abordando assim, cada um dos recuperando(a)s de maneira abranger todos os aspectos da saúde, seja física, emocional ou social de maneira interdisciplinar.

RESULTADOS

Foram aplicados 139 questionários no total, sendo que na APAC SL, 81 recuperandos do sistema fechado responderam e 14 foram excluídos por não relatarem disfunções nos domínios, 1 excluído por duplicidade de respostas e 1 por falta de identificação, restando para análise 65 questionários (Figura 1).

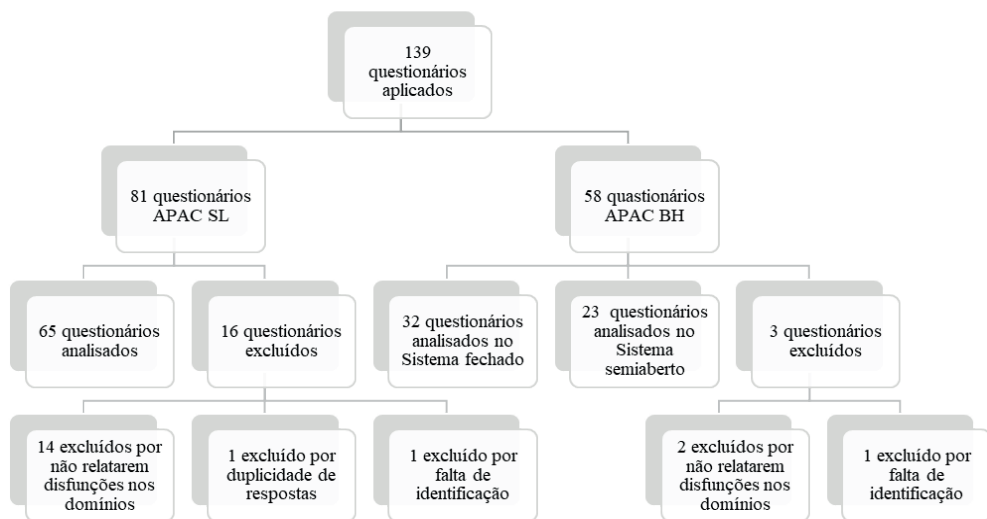


Figura 1 - Organograma questionários aplicados

Quanto ao nível de energia das 195 respostas possíveis, obteve-se 27 respostas relacionadas a esse domínio, no domínio dor, 62 de 520 respostas possíveis, em reações emocionais, 146 de 585 respostas possíveis, no domínio sono, 99 de 325 respostas possíveis, em interação social, 93 de 325 respostas possíveis, e em habilidades físicas 48 de 520 respostas possíveis.

Sessenta por cento desta população apresentou queixas em três ou mais domínios, sendo que vinte e um por cento respondeu comprometimento entre cinco a seis domínios, e quarenta por cento comprometimento entre um e dois domínios (Figura 2). A maior incidência de respostas foi relacionada às questões emocionais, seguidas de distúrbios do sono, interação social, dor, habilidades físicas e nível de energia (Figura 3).

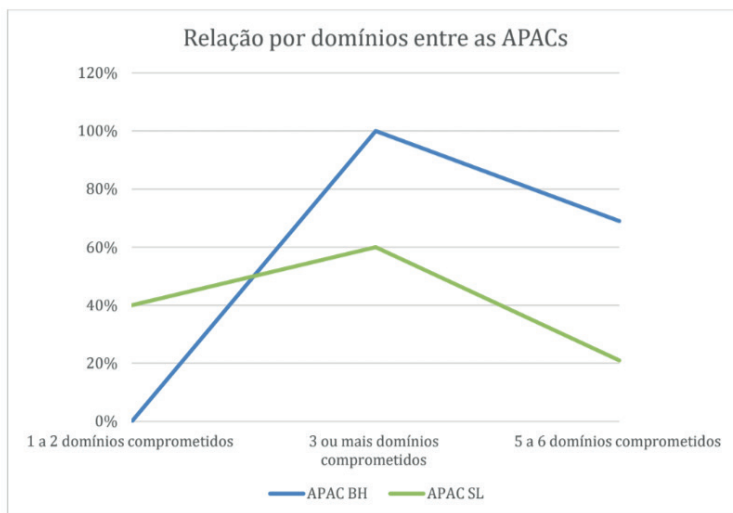


Figura 2 – Relação por domínios entre as APACs

Na APAC BH, 58 recuperandas responderam, sendo 34 do sistema fechado e 24 do sistema semiaberto, sendo que 1 foi excluída por falta de identificação e 2 por não relatarem disfunções. Restando ao final 32 questionários do sistema fechado e 23 questionários do sistema semiaberto a serem analisados, totalizando 55 questionários (Figura 1).

No seu sistema fechado quanto ao nível de energia das 96 respostas possíveis, obteve-se 37 respostas relacionadas a esse domínio, no domínio dor, 105 de 256 respostas possíveis, em reações emocionais, 172 de 288 respostas possíveis, no domínio sono, 102 de 160 respostas possíveis, em interação social, 90 de 160 respostas possíveis, e em habilidades físicas, 69 de 256 respostas possíveis.



Figura 3 - Domínios comprometidos APAC SL - sistema fechado.

No seu sistema semiaberto quanto ao nível de energia das 69 respostas possíveis, obteve-se 25 respostas relacionadas a esse domínio, no domínio dor, 79 de 184 respostas possíveis, em reações emocionais, 103 de 207 respostas possíveis, no domínio sono, 56 de 115 respostas possíveis, em interação social, 42 de 115 respostas possíveis, e em habilidades físicas, 53 de 184 respostas possíveis.

Para caracterizar uma amostra homogênea, considerando o número de questionários respondidos, mesmo sendo um estudo piloto, houve a necessidade de desconsiderar as características dos sistemas semiaberto e fechado principalmente na APAC BH. Inicialmente o objetivo deste estudo piloto é entender a diferença entre os sexos e não sobre os diferentes regimes. Portanto, unindo os dois regimes da APAC BH verificou-se que quanto ao nível de energia das 165 respostas possíveis, obteve-se 62 respostas relacionadas a esse domínio, no domínio dor, 184 de 440 respostas possíveis, em reações emocionais, 275 de 495 respostas possíveis, no domínio sono, 158 de 275 respostas possíveis, em interação social, 132 de 275 respostas possíveis, e em habilidades físicas, 122 de 440 respostas possíveis.

Na APAC BH, toda população apresentou queixas em 3 ou mais domínios comparada a APAC SL em que sessenta por cento respondeu comprometimento entre cinco a seis domínios (Figura 2). As respostas mais incidentes foram as reações emocionais, seguidas de dor, distúrbios do sono, interação social, habilidades físicas e nível de energia (Figura 4)



Figura 4 - Domínios comprometidos APAC BH, sistemas fechado e semiaberto.

As reações emocionais em ambos locais foram mais incidentes. Os recuperandos tem mais distúrbios do sono e tem maior dificuldade de interação social do que dor comparado aos resultados das recuperandas que apresentam mais queixas relacionadas a dor. Os recuperandos proporcionalmente relatam menos domínios comprometidos comparados às recuperandas (Figura 2). Apesar de ser um projeto piloto de uma pesquisa

que iniciará em breve, já se pode reconhecer as maneiras de intervir nas questões da saúde em singularidade e diversidade considerando sua complexidade e refletir sobre os problemas que afetam os recuperando(a)s para dar seguimento às futuras ações dos projetos de extensão em ambos os locais.

DISCUSSÃO

As perguntas relacionadas com reações emocionais, domínio em que se obteve o maior número de respostas, em ambas as unidades, tais como, “as coisas estão me deixando desanimado/deprimido (a)”, “eu esqueci como fazer as coisas que me divertem”, “eu me sinto extremamente irritado”, “os dias parecem muito longos”, “ultimamente perco a paciência facilmente”, “eu sinto como se estivesse perdendo o controle”, “as preocupações estão me mantendo acordado (a) a noite”, “eu sinto que a vida não vale a pena ser vivida”, “eu acordo me sentindo deprimido”, são perguntas características, que muito representam o ambiente em que vivem privados de liberdade, o que pode justificar a alta incidência de respostas neste domínio. Esses sentimentos podem ser comparados/refletidos com o período pandêmico do coronavírus 2019 (COVID-19), que causou enorme impacto psicológico em todo o mundo (LUO *et al.*, 2020), visto que nos mantivemos em isolamento social, sendo capaz, de maneira alusiva, associar aos indivíduos privados de liberdade, já que, segundo protocolos, medidas rigorosas de saúde pública foram implementadas para impedir a propagação do vírus, incluindo evitar contato público e quarentenas, despertando esses sentimentos de desânimo, estresse, ansiedade e depressão, principalmente quando se está ou se sente sozinho (SHAH *et al.*, 2020). Esse resultado ressalta a importância da ação da Psicologia, área que iniciou as práticas de extensão na APAC, e a necessidade de se intensificar o cuidado à saúde mental no regime fechado, bem como no semiaberto. Além disso, nos desperta o olhar multiprofissional e interdisciplinar entre os diversos cursos que atuam no Projeto ELAS e Apenas Humanos, nos atentando ao fato de que não somente a Psicologia pode intervir em reações emocionais, mas as demais áreas, tais como Direito, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Filosofia e Letras, o que desperta o manejo de ações que englobam este aspecto.

O domínio sono, incluindo dificuldade em adormecer, dificuldade em manter o sono e sono não reparador ou de má qualidade, foi o segundo maior comprometimento apresentado pelos recuperandos da APAC SL e terceiro maior comprometimento apresentado pelas recuperandas da APAC BH. Esse dado nos permite inferir que pode estar relacionado a reações emocionais supracitadas, já que é bem documentada a relação íntima entre qualidade do sono, saúde física e condições de saúde mental (SCOTT *et al.*, 2021). O sono e a saúde mental são, portanto, desafios e um alvo viável de planejamento de ações que podem alcançar benefícios significativos.

As perguntas relacionadas à interação social estão entre os quatro domínios mais

comprometidos em ambas as APACs. Tal desfecho reflete as histórias de vida por trás de cada recuperando(as), que levaram a perda da confiança nas pessoas, somado ao sentimento de culpa, fazendo com que se sintam um peso para as outras pessoas. Um dos aspectos que a APAC preza é a reintegração social, que requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre o sistema prisional e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos devem se reconhecer como parte dela. Por conseguinte, a parceria com os projetos da PUC Minas permite um acolhimento sem julgamento, de modo que o vínculo e a confiança sejam um elo de ligação entre os alunos extensionistas que realizam as ações e os beneficiários das ações, no caso, o(a)s recuperando(a)s.

O domínio dor, também está entre os quatro domínios mais comprometidos em ambas as APACs, sendo de maior relevância (segundo maior comprometimento) na APAC BH, podendo ser justificado pela efetividade de uma ação anterior na APAC SL, cujo tema já foi abordado, mas que ainda não foi realizada na APAC BH. Tal resultado identifica a necessidade de ações que envolvam este domínio na referida instituição, dado que pode estar relacionado ao sedentarismo, pois as recuperandas não realizam atividades físicas diariamente, consequentemente, o desconforto em relação às queixas de dores em diversas articulações é relatado, porém, em especial no punho, mão e coluna lombar devido aos trabalhos manuais realizados como atividade laboral, a exemplo costura, tricô e crochê e atividades na cozinha. Em outras ações das extensionistas do Curso de Fisioterapia no Projeto ELAS, já foram identificadas possíveis alterações no ambiente para adequação de utensílios e mantimentos em alturas mais adequadas e orientações para menores sobrecargas nas referidas articulações, porém, ainda se faz necessária abordagem tanto coletiva quanto individual para amenizar tais queixas de dor.

Comparando o regime fechado e semiaberto da APAC BH, foi possível observar diferença nos aspectos de interação social e habilidades físicas, em que as recuperandas do regime fechado apresentaram maior comprometimento de interação social do que as recuperandas do regime semiaberto, porém as recuperandas do sistema semiaberto apresentam maior comprometimento nas habilidades físicas do que as recuperandas do sistema fechado, ambos podem ser justificados pelas características estruturais e hábitos imprimidos pelos diferentes regimes que estas se encontram.

Em relação ao comparativo no momento de aplicação do questionário Perfil de Saúde de Nottingham (PSN), na APAC Feminina, foi observado nitidamente o comportamento deprimido das recuperandas, voltando a destacar a necessidade de ações voltadas para a saúde mental; na APAC Masculina de Santa Luzia, foi observado comportamentos diferentes, visto que, ao aplicar o questionário aos recuperandos, notou-se o grande envolvimento com o aplicador na realização do questionário, assim como atenção e tranquilidade para a efetividade da proposta do questionário. Portanto, destacam-se diferenças do gênero não somente nos resultados encontrados pós-aplicação como também pré-aplicação do questionário Perfil de Saúde de Nottingham nas duas APACS, dando ênfase no quesito

psicológico/emocional.

Através do presente estudo piloto foi possível ressaltar que o conceito de saúde vai além da questão física, sendo importante focar também no aspecto emocional de cada indivíduo. Os resultados mostraram tanto pelas perguntas, quanto pela própria aplicação, a necessidade de trabalhar mais o lado psíquico, abordando também a espiritualidade, uma vez que as duas APACS se mostraram atuantes no desempenho da fé, na coletividade e na força de esperança da liberdade. Por tudo isso, é de extrema importância fomentar o exercício profissional e ético dos extensionistas de todas as áreas da saúde, integrado com os funcionários das APACS, para promover juntos aos recuperandos, o dinamismo de boas ações, trabalhando fatores simples, porém tão importantes como o perdão, a coletividade, a espiritualidade e a humanização através de métodos que os façam crescer ainda mais como Seres Humanos dentro da APAC.

Vale ressaltar, que a abordagem de cada um destes aspectos, principalmente as reações emocionais e interação social, domínios mais comprometidos, são habilidades inerentes a qualquer ser humano e são características que podem ser desenvolvidas para facilitar a inclusão novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes resultados, foi possível reconhecer a importância da interação dialógica ao elaborar parcialmente um diagnóstico em saúde da APAC SL e APAC BH e, assim, planejar ações promissoras de ambos projetos com mais especificidade. Considera-se que o planejamento é uma ferramenta importante em toda e qualquer ação a ser desenvolvida, principalmente, por determinar objetivos a serem alcançados ao mesmo tempo em que especifica estratégias capazes de fomentar a prática e a obtenção de resultados que melhorem a qualidade de vida da população. Dessa forma, para ter uma vida melhor é preciso estar com a saúde em dia. É tempo de fortalecer as redes de afeto, solidariedade e proteção social, com apoio das políticas públicas para os sistemas prisionais, para que todos possam superar as pressões emocionais, um dos resultados preponderantes na aplicação do PSN nos campos parceiros.

O projeto de pesquisa, após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da PUC MINAS incluirá a coleta de dados no regime semiaberto da APAC SL, visto que o questionário não foi aplicado até o presente momento, por ser um piloto, e para que seja possível realizar a comparação entre os gêneros no regime semiaberto, como também a diferença entre os comprometimentos do regime fechado e semiaberto na APAC SL. apresenta suas particularidades.

Destaca-se aqui, a necessidade da devolutiva para APAC SL, APAC BH e para os cursos parceiros do Programa Apenas Humanos e Projeto ELAS para que as ações sejam direcionadas para este foco. Com o questionário PSN, houve a comprovação

das necessidades dos beneficiários dos projetos, tornando mais concreto, visto que a fidedignidade deste trouxe ainda mais clareza para tal. O ideal para avaliar as medidas de desfecho, considerando os objetivos dos respectivos projetos de extensão, é que este questionário seja reaplicado em um segundo momento nos mesmos recuperando(a)s, para entender se as ações extensionistas têm sido exitosas e efetivas na resolução das demandas apresentadas, já que o objetivo principal proposto é promover a saúde e ao menos amenizar as queixas dos mesmos.

As reflexões despertadas neste projeto de pesquisa piloto não teriam sido possíveis sem a colaboração e disponibilidade de cada um(a) dos recuperando(as), que despertaram o interesse das discentes no futuro sugerir modificações no questionário, já que em alguns momentos os mesmos ficaram indecisos para responder positivamente ou negativamente as perguntas relacionadas a eventos não tão frequentes em sua rotina.

Para os discentes, foi possível entender o propósito da pesquisa de campo com os(as) recuperandos(as), gerando um retorno quantitativo e qualitativo a respeito da qualidade de vida e o lado psíquico do público estudado. Estas ações propiciaram aos alunos além do cumprimento da missão institucional, a reafirmação da extensão universitária como parte da ação acadêmica, demonstrando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, além da formação de um discente crítico comprometido com a responsabilidade social, discernindo a necessidade de integração da linha de cuidado, além da apropriação de conhecimento e/ou técnicas na utilização deste instrumento de avaliação e o estímulo da reflexão entre teoria e prática. Para os recuperando(a)s que foram submetidos ao questionário, o momento foi de certa forma terapêutico, de uma conversa, que sentimentos afloraram mostrando a importância da desmistificação da figura do condenado enquanto ser essencialmente diferente, que carrega em si a característica da periculosidade, e sim APENAS HUMANOS, como todos nós.

REFERÊNCIAS

BRASIL: revisão sistemática. **Revista Portal: saúde e sociedade**, v. 3, n. 3, p. 921-930, 2018.

CARR; AJ, THOMPSON, PW, KIRWAN, JR. **Quality of life measures**. **Br J Rheumatol**. 1996 Mar;35(3):275-81. DOI: 10.1093/rheumatology/35.3.275. PMID: 8620304. Disponível em: <https://academic.oup.com/rheumatology/article/35/3/275/1782475?login=false> . Acesso em 14 jun. 2022

CARVALHO, Sérgio Garófalo de; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; SANTOS, Ivete Maria. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3493-3502, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.15682020>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez93.periodicos.capes.gov.br/32876243/> .Acesso em 21 de jun. 2022

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário; colaboração de: Maria Solange Rosalem Senese et al. **Método APAC: sistematização de processos**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016.

GONÇALVES JÚNIOR, Jucier; SALES, Jair Paulino de; SILVA, Flaviane Cristine Troglio da; QUIRINO FILHO, João de Deus; CAVALCANTI, Rita de Cassia Pires Bezerra; LANDIM, José Marcondes Macedo; LIMA, Nádya Nara Rolim; MATOS NETO, Francisco Facundo de; CARDOSO, Fábio; ROLIM NETO, Modesto Leite. Analysis of the prison population's mental health in Sars-Cov-2 pandemic: qualitative analysis. **Psychiatry Research**, [S.L.], v. 296, p. 113669, fev. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113669>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez93.periodicos.capes.gov.br/33401092/>. Acesso em 21 de jun. 2022

GUYATT, GH; FEENY, DH, PATRICK DL. **Measuring health-related quality of life**. Ann Intern Med. 1993 Apr 15;118(8):622-9. doi: 10.7326/0003-4819-118-8-199304150-00009. PMID: 8452328. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/pdf/10.7326/0003-4819-118-8-199304150-00009>. Acesso em 06 jun. 2022

HUNT SM, McEwen J, McKenna S. Measuring health status: a new tool for clinicians and epidemiologists. **Br J Gen Pract**. 1985. 35;273: 185–188. Acesso em 17 jun. 2022

LUO, Min; GUO, Lixia; YU, Mingzhou; JIANG, Wenying; WANG, Haiyan. The psychological and mental impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) on medical staff and general public – A systematic review and meta-analysis. **Psychiatry Research**, [S.L.], v. 291, p. 113190, set. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113190>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez93.periodicos.capes.gov.br/32563745/>. Acesso em 20 de jun. 2022

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pró-reitoria de extensão. **Práticas de extensão da PUC Minas na APAC Santa Luiza: histórias que (trans)formam**. Organização de Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues[et al.]. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017. [E-book]. 210 p.

SALMELA; Luci Fuscaldi Teixeira; MAGALHÃES, Livia de Castro; SOUZA, Aline Cristina; LIMA, Maira de Castro; LIMA, Renata Cristina Magalhães; GOULART, Fátima. **Adaptação do Perfil de Saúde de Nottingham: um instrumento simples de avaliação da qualidade de vida**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(4):905-914, jul-ago, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400004>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

SAMPAIO, Josineide Francisco et al. A Extensão Universitária e a Promoção da Saúde no Brasil: revisão sistemática. **Revista Portal: saúde e sociedade**, v. 3, n. 3, p. 921-930, 2018.

SANTANA, Regis Rodrigues; SANTANA, Cristina Célia de Almeida Pereira; COSTA NETO, Sebastião Benício da; OLIVEIRA, Ênio Chaves de. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**. 46 (2) , 2021.FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623698702>.

SCOTT, Alexander J.; WEBB, Thomas L.; JAMES, Marrison Martyn-St; ROWSE, Georgina; WEICH, Scott. Improving sleep quality leads to better mental health: a meta-analysis of randomised controlled trials. **Sleep Medicine Reviews**, [S.L.], v. 60, p. 101556, dez. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.smrv.2021.101556>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez93.periodicos.capes.gov.br/34607184/>. Acesso em 20 de jun. 2022

SHAH, Syed Mustafa Ali; MOHAMMAD, Danish; QURESHI, Muhammad Fazal Hussain; ABBAS, Mohammad Zain; ALEEM, Sameeha. Prevalence, Psychological Responses and Associated Correlates of Depression, Anxiety and Stress in a Global Population, During the Coronavirus Disease (COVID-19) Pandemic. **Community Mental Health Journal**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 101-110, 27 out. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10597-020-00728-y>. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih.ez93.periodicos.capes.gov.br/33108569/>. Acesso em 20 de jun. 2022

The WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL):Position paper from the World Health Organization. *Soc. Sci. Med* 1995; 41(10):1403-1409. Acesso em: 14 jun. 2022

WHO. World Health Organization. **Doença de coronavírus (COVID-19)**. 13 mai. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19> .Acesso em 10 de jun. 2022.

GESTÃO MUNICIPAL E DEMOCRATIZAÇÃO EM MEIO ÀS DIFERENTES INFLUÊNCIAS CAPITALISTAS

Data de submissão: 15/09/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Alessandro Nascimento do Nascimento

Graduado em Educação Física –
Licenciatura
Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí/RS
<http://lattes.cnpq.br/6831640997543209>

RESUMO: O estudo ressalta a necessidade de melhorar a gestão municipal para promover a democratização das decisões e o compartilhamento de interesses entre autoridades e cidadãos. Aborda o papel da autoridade pública na democratização do planejamento urbano e explora diversas perspectivas da administração municipal. Destaca os conselhos gestores como meio de envolver a população na formulação de projetos e fiscalização das políticas públicas. No entanto, os avanços democráticos nas políticas urbanas ainda são limitados. Uma pesquisa de campo nas administrações municipais evidencia a participação dos conselhos gestores na elaboração de políticas públicas, destacando sua importância na gestão urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Gestor. Gestão Pública. Democratização.

ABSTRACT: The study emphasizes the need to enhance municipal management to promote the democratization of decisions and the sharing of interests between authorities and citizens. It addresses the role of public authorities in democratizing urban planning and explores various perspectives within municipal administration. It highlights governance councils as a means to involve the population in project formulation and the oversight of public policies. However, democratic advancements in urban policies are still limited. A field research in municipal administrations provides evidence of the involvement of governance councils in the development of public policies, underscoring their significance in urban management.

KEYWORDS: Governance Council. Public Administration. Democratization.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual enfrenta uma complexa relação de interesses entre os indivíduos. O aumento populacional, juntamente com a globalização, nos trouxe novos desafios, sobretudo, a necessidade de novos modelos econômicos que possam se manifestar através de gestões

públicas eficientes para atender a uma maior demanda de necessidades das pessoas. Neste sentido, olhamos para os municípios, que, através do planejamento administrativo, necessitam dar conta de um emaranhado de soluções em meio às diversas influências que se apresentam. Influências estas que denotam de questões ambientalistas, capitalistas, partidárias, socioculturais, democráticas, assistencialistas, econômicas, entre outras.

Se pensarmos na limitação com a qual se apresentam os recursos públicos em nossa atualidade, a implantação das políticas institucionais não consegue atender as demandas sociais em sua totalidade. Aparece então o papel do gestor público, que tem a necessidade de fazer escolhas e direcionar os maiores recursos para os projetos que mais necessitam de desenvolvimento. E este direcionamento está cada vez mais complexo, pois, além da alta complexidade estrutural pela qual passamos, vivenciamos a era da informação, que ampliou a agenda de interesses por parte dos governos, apresentando-lhes questões macro globais, que estimulam recursos em outras áreas, que nem sempre se transformam em ações concretas para as comunidades locais.

Com a redemocratização do Brasil na década de 80 as políticas públicas e os recursos financeiros sofreram uma oportuna descentralização. A nossa mais recente constituição abriu espaço para o protagonismo dos municípios na gestão de recursos financeiros, na organização política e nos processos administrativos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016). Adiante, com a criação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001, os municípios foram abastecidos por um instrumento legal que direciona para um modelo de projeto urbano sustentável, em que as comunidades possam usufruir dos recursos através um planejamento democrático que evidencia a valorização das pessoas, no intuito de enfrentar o crescimento social e estrutural desordenado (SANTIN, MARANGON, 2008).

Nesse contexto, o presente estudo procura evidenciar a importância do aprimoramento das gestões municipais, no propósito de favorecer a uma democratização das tomadas de decisão, para se estabelecer um efetivo compartilhamento de interesses entre a autoridade pública e o cidadão. Refletindo nesse sentido, o texto irá evidenciar o fundamental papel que deve ser exercido pelos conselhos municipais, pois é através da gestão democrática que surgem novos modelos, capazes de obstruir formas centralizadoras e burocráticas que já não respondem mais às necessidades aumentadas da sociedade (MARTINS, et al., 2008).

Cabe refletir também sobre o papel da autoridade pública na democratização de seus planejamentos, buscando uma maior compreensão sobre o protagonismo dos municípios a partir da criação da mais recente Constituição Federal e as formas de se estabelecer uma relação direta com a cultura local para o desenvolvimento dos projetos de governo. Entender as “culturas” que estão inseridas em determinada comunidade faz transparecer “novas categorias explicitadoras da realidade, que não surgem idealisticamente, mas no próprio processo de sua leitura” (Gadotti, 2001). Desta forma, esclarecer uma maior autenticidade dos desafios que necessitam ser superados favorece melhores direcionamos

por parte do poder público.

A CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS NOSSAS CIDADES: PROBLEMATIZAÇÕES

A chegada de nossa mais recente Constituição proporcionou grandes mecanismos legais na busca por direitos sociais. Os artigos 182 e 183 instituem a criação a política de desenvolvimento urbano, que deverá ser capaz de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016, p. 112). O Estatuto da Cidade, criado em 2001, reforça ainda mais a legalidade na busca por direitos ao mencionar a criação de instrumentos que garantam a participação popular através de colegiados (conselhos gestores) que estimulam debates, audiências, consultas públicas aos programas e projetos que devem ser instituídos. Ao longo desta jornada, de mais de três décadas, estes instrumentos legais garantem o acesso aos direitos previstos? Precisamos entender ainda mais os mecanismos que cercam a execução das políticas de nossas cidades para encontrarmos respostas mais próximas da realidade atual.

Culturalmente, as cidades são organizadas a partir da lógica econômica. O modelo que carregamos de cidade se constitui sob a ótica eurocentrista, que as tornou um mecanismo a serviço do capitalismo (LEFEBVRE apud TRINDADE, 2012). Com isso, nossos espaços urbanos potencializaram as desigualdades sociais, trazendo a separação de classes e a degradação de um modelo de urbanização sob o viés ambiental (FERNANDES apud TRINDADE, 2012). Ao mencionar a obra de Goldberg, Coelho e Cunha (2020) enfatizam a influência racial na formatação das cidades. Segundo o autor citado, a dinâmica de ocupação dos espaços urbanos sob a ótica racial passou a ser considerada como uma questão de moralidade da ocupação dos espaços público, em que perpetuava a lógica do poder.

Para contrapor todo este processo histórico, precisamos aperfeiçoar nossos mecanismos de participação popular. Os grupos que representam a sociedade junto ao governo devem estar abastecidos de conceitos teóricos capazes de enfrentar a ordem imposta pelo capital, a fim de que possam ser discutidas práticas para contribuir para o desenvolvimento integral, abrangendo a todos os cidadãos. A mera menção de direitos em nossas legislações não basta para mudar as direções que apontam para a direção do poderio econômico. A cidadania moderna requer dos cidadãos o transpasso por obstáculos políticos e sociais que estão enraizados em nossa organização coletiva.

Para irmos além no desenvolvimento de nossas cidades é primordial pensar a gestão pública de uma forma transversal. Devemos direcionar o olhar para a reflexão que precisa ser praticada pelas diferentes classes sociais, em que todos participamos de uma engrenagem única, que deve estar em equilíbrio e adequado funcionamento. Se privilegiarmos o

paradigma econômico-capitalista, podemos nos deixar levar por tendências clássicas, que foram capazes de desequilibrar a relação do homem com o meio ambiente (GADOTTI, 2001). Para superarmos, transcendermos do atual cenário global, que nos proporciona um desarranjo social, novas práticas devem levar consigo o conceito da solidariedade como dever coletivo, e não apenas como uma faculdade, para que nossa relação com o planeta e com as pessoas atinja status de sustentabilidade (GADOTTI, 2001).

O nosso cenário atual, que apresenta cidades que trazem consigo todas as arestas sociais, que se concretizam através de um “crescimento urbano baseado no discurso econômico gera disparidades socioespaciais, degradação do ambiente e ineficiência” (ANDRADE, FRANCESCHINI, pág. 3851, 2017), não nos permite pensar que um planejamento urbano seja capaz de atender de forma integral as lacunas pendentes. Pensando na realidade atual de cidades de médio e grande porte, o papel central das gestões públicas talvez seja capacitar suas diversas frentes em um equilíbrio de finanças, para pode agregar valor em áreas que contribuam, concretamente, para a garantia dos direitos humanos. Carrano (2008) menciona que as demasiadas obrigações incumbidas ao estado devem ser levadas em consideração, e o desafogo de funções, com o compartilhamento de demandas junto à sociedade se torna uma alternativa viável no presente contexto.

A sustentabilidade é uma prática que vai além da preservação do meio ambiente num modelo econômico que se desenvolve. Em nossas cidades, ela necessita de gestores que compreendam a integralidade social, desde a correta análise a aplicabilidade de recursos, participação democrática de diferentes frentes, chegando até mesmo ao combate a corrupção. Desta forma, percebemos que nosso modelo político, com raras exceções, não se capacita para adotar a uma abordagem, verdadeiramente, sustentável (LIMONAD, 2013). Oliveira, Lopes e Souza (2018), destacam que, a partir da universalização democrática das gestões públicas, imposta através das nossas leis mais recentes, as práticas urbanas passaram a denotar uma maior transformação social, ao ponto em que se estendeu a participação popular, mas que isso, por si só, não atende aos presentes anseios sociais. Os caminhos que levam para o desenvolvimento devem conter agentes institucionais com a capacidade de criar e operar novos métodos de trabalho, dando ênfase para uma economia política de espaço (sociedade, espaço e meios de produção), com fim em dirimir os conflitos estabelecidos e protagonizar marcações sociais pertinentes para o equilíbrio de todo um conjunto de interesses (LIMONAD, 2013).

REPENSANDO O PAPEL DA AUTORIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE DE HOJE

O papel da autoridade pública em nossa sociedade tem ganhado cada vez mais notoriedade, uma vez que, vivendo em um mundo complexo e em constante mudança, é o poder público quem nos garante alguns direitos e serviços essenciais, como o cumprimento da lei, saúde, transporte, segurança, assistência, e até mesmo a certeza de que estamos

diante de uma democracia. Mas, mesmo sendo conhecido que o poder público é essencial para a organização em sociedade, sabemos que a conscientização cidadã é fator preponderante para um desenvolvimento coletivo saudável.

A atuação governamental passou a atingir diferentes esferas da sociedade. Ao mesmo tempo em que evoluímos nossas relações ao longo das últimas décadas, os governos se viram na necessidade de ampliar suas atuações enquanto autoridade pública (GOHN, 2002). Se pensarmos que há um bom tempo as governanças se concentravam em viabilizar as ações de mercados locais, hoje, as demandas compreendem temáticas que vão além das questões econômicas, passando contribuir para a aquisição de novos direitos, em que o estado se viu na necessidade de adotar em suas políticas através da alteração de legislações, pensamento sustentável, entre outros novos métodos de governo (GOHN, 2002).

Ao revertermos o atual contexto sociocultural para a forma como nossos poderes têm atuado em nossa sociedade, sobretudo, em nossas cidades, podemos expressar que existe uma grande demanda sobre serviços básicos que contribuem para a melhoria da igualdade de direitos. Os governos locais, com a criação do Estatuto da Cidade, passaram a incorporar o direito social em consonância com a lógica capitalista, para dirimir as desigualdades presentes nos espaços urbanos (RODRIGUES apud TRINDADE, 2012). Mas a simples implantação de leis que garantem a obrigatoriedade de direitos por parte dos cidadãos não nos permite acreditar que o desenvolvimento de nossas cidades acontece, ou acontecerá sem o efetivo envolvimento dos indivíduos, mas com a participação popular na direção de reduzir o sistema capitalista excludente (TRINDADE, 2012).

Um cenário atual que é pertencente ao nosso sistema político diz respeito a alternância de governo. A atualização de nossa legislação veio para garantir a destinação mínima de recursos em determinadas áreas. Outra situação diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que imputa ao gestor a obrigatoriedade de honrar com o planejamento orçamentário. Desta forma, FERNANDES et al. (2018) destacam que existem inúmeros obstáculos que dificultam o aprimoramento do planejamento urbano nas cidades do Brasil. A abrangência do planejamento financeiro, a curta duração dos mandatos municipais e os desafios de obter recursos para o desenvolvimento urbano indicam a prevalência de abordagens imediatistas na gestão urbana (FERNANDES, et al., 2018).

Pensando na realidade descrita anteriormente, enfatiza-se a importância da autoridade pública de estabelecer uma relação imediata com o meio em que se insere. A criação de uma gestão identitária e que envolva a participação de todos, com a capacidade de evidenciar as qualidades e apontar as necessidades fazem com que a gestão seja pertence a comunidade. Nesse sentido, a autoridade pública será um estimulador da participação popular, com propostas mais inclusivas e transparentes. Esse modelo de gestão pode se tornar uma identidade local, em que a participação das pessoas torne o processo mais transparente e menos político-partidário.

Estimular a participação popular como modelo de gestão, ou, praticar deliberação pública, oferece dados mais concretos para que seja realizada uma governança local centrada nas necessidades de seus agentes (SOUZA SANTOS apud GOHN, 2002). A democracia representativa, nos modelos atuais, somente se concretiza de maneira efetiva, com a luta de cidadãos ativos para estabelecer reivindicações (GOHN, 2002). Um modelo proativo de democracia deliberativa requer do governo algumas redefinições (GOHN, 2002), e os caminhos para esta concretização ocorrem sob o embasamento de cinco princípios institucionais:

[...] eles orientam a solução de problemas, há uma centralidade da deliberação direta para descobrir soluções e programas para implementá-los, reduzem a distância entre o público (marcado pela lógica burocrática organizacional) e o privado (marcado pela lógica do mercado, do lucro), engajam grupos diversificados no diálogo e transformam os aparatos estatais em instituições de participação deliberativas, permanentemente mobilizadas (FUNGERIK E WRIGHT apud GOHN, p. 19, 2002).

Contudo, o papel da autoridade pública se tornou mais dinâmico e complexo, uma vez que, com a o avanço da tecnologia, o engajamento coletivo por diferentes causas é mais comum. As plataformas digitais possibilitaram às pessoas a expressarem suas opiniões, e ainda, impulsionarem notoriedade para estas opiniões. Esse movimento acaba por influenciar em tomadas de decisão nas mais variadas situações, e o poder público se viu na necessidade de compreender os diferentes movimentos e dar seguimentos em diferentes pautas. Esta é uma corrida que está recém em seu início, e é necessário avançar ainda mais na democratização das gestões administrativas, com o compromisso de aproveitar ao máximo os recursos públicos, assim, reduzindo os déficits sociais e superando práticas tecnocráticas que não conduzem para um diálogo entre os diferentes interesses sociais que alimentam a prosperidade (FERNANDES, et al., 2018).

CONSELHOS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS MUNICÍPIOS

Atualmente, os conselhos gestores instituídos nos diferentes ramos da organização político-administrativa das cidades é uma forma de distintas expressões, com a participação de diversos segmentos da sociedade. A lei exige do estado a garantia da manutenção destes canais com o poder público, com o propósito de envolvê-los também na fiscalização da atuação pública. Podemos considerar que a institucionalização da gestão participativa trouxe ao nosso país a possibilidade de alavancarmos a cidadania, quando ampliamos o direito dos indivíduos de participarem das decisões do estado (MARTINS et. al.; 2008).

Estando consciente que, de fato, a instituição dos conselhos gestores trouxe a possibilidade de um avanço democrático na formatação das políticas públicas, cabe agora apresentar alguns conceitos legais que permeiam o papel desta participação na atuação dos diferentes governos. Tanto a Constituição Federal (1988), quanto o Estatuto da Cidade (2001) destacam a garantia da participação popular através de associações

ou conselhos, mencionando esta formalização de uma maneira genérica, não designando como se estabelece a composição e a alternância de seus membros, ou mesmo, menciona as formas de atuação. O art. 2º da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) diz que a política urbana deve garantir uma “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Ao refletirmos em relação a esfera jurídica da participação dos conselhos nas gestões municipais, percebemos que as leis, por si só, não dão conta da complexidade que envolve a relação dos diferentes interesses sociais com a poder público e a governança das cidades. Alves e Souza (2018) apresentam uma visão crítica de como se organiza o processo participativo dos conselhos gestores frente às administrações municipais. Na visão deles, as ações propositivas dos conselhos não se estabelecem, por vezes, como resultado de uma ideia que represente os interesses democráticos e sociais, pois, os membros que representam os conselhos vêm da relação que as autoridades públicas estabelecem com determinadas esferas da sociedade, “tornando-se uma legitimidade meramente instrumental (ALVES apud ALVES, SOUZA; 2018).

Mesmo sabendo que, historicamente, os conselhos são fruto de uma forte pressão popular pela redemocratização do país (GOHN, 2006). Hoje, estes órgãos, em sua maioria, exercem uma representatividade homogênea, constituídos por pessoas com escolaridade e nível político-partidário acima da média do país, e que deliberam ações em consenso, sem que haja uma dialética de ideias, extraída do resultado de diferentes anseios e vivências sociais (ALVES, SOUZA; 2018). Ao perceber que os requisitos legais são insuficientes para entendermos a capacidade que a participação popular tem na proposição administrativa das cidades através dos conselhos gestores, entendemos que há uma grande e oportuna necessidade de olharmos para a prática corrente destes órgãos em conjunto com as administrações públicas.

Em conjunção com as afirmações descritas anteriormente, necessitamos ampliar a compreensão sobre o processo de participação popular em nossas cidades. A gestão pública, através de seus membros, necessita promover uma salutar integração entre a sociedade e o estado, de maneira que torne o processo atrativo por parte dos cidadãos e, ao mesmo tempo, íntegro, com o propósito de fortalecer diferentes ideias, que não sejam oriundas de uma sistematização com interesses econômico-partidários ou político-partidários. Criar mecanismos que estimulam a manifestação popular potencializa uma cidadania deliberativa, que legitima as decisões políticas “em processos de discussão de ideias, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, pág. 105).

Os mecanismos capazes de fortalecer a participação das pessoas no desenvolvimento social são recheados por diversos fatores preponderantes, que ultrapassam a teoria e

chegam à práxis, ou resultam-se da união entre as questões teóricas e práticas. Dessa forma, não se torna uma tarefa simples mensurar os elementos que contribuam para os avanços de uma determinada comunidade (COSTA, 2013). A partir de uma análise crítica emancipatória, que busca encontrar problemas, teorizá-los e sintetizá-los em ações reformistas, é que podemos capacitar-se a contribuir com soluções práticas. Mas, para isso, necessitamos implantar uma abordagem multidisciplinar, que busca analisar os processos históricos, econômicos, culturais, políticos, entre outros, a fim de privilegiar uma diversidade de informações para a construção de novos processos sociais (Costa, 2013).

Sabendo da importância e necessidade que os órgãos estatais têm de poder contar com indivíduos de diferentes origens e vivências para compor a formatação de suas políticas públicas, partimos para o entendimento sobre a necessidade de se qualificar a atuação destes coletivos. Uma aproximação com os diferentes poderes, com delineações bem definidas, que possa se abastecer de um instrumento jurídico que garanta a autonomia e que assegure o poder de suas deliberações são passos fundamentais para concretizar a efetiva aparição dos conselhos gestores em conjunto com a administração pública (GOHN, 2002). Agrega-se ainda a necessidade de se qualificar de forma permanente seus membros com as informações técnicas que cada segmento comporta, e que o processo de seleção seja alternado, a fim de se evitar consensos políticos.

Finalizamos este recorte do trabalho com algumas considerações importantes sobre o fundamental papel dos conselhos gestores na formatação das políticas públicas municipais. Dentre as inquietudes mais expressivas, podemos mencionar que, apesar dos conselhos serem fruto da participação popular de entidades civis (GOHN, 2006), estes órgãos têm se apresentado com membros que formam grupos homogêneos, ineficazes na intenção da democratização da gestão pública sob a ótica de expressar a ideia de indivíduos de diferentes realidades sociais e culturais. Contudo, houve um avanço na intenção de se promover o compartilhamento da gestão pública nos municípios, com a garantia legal da instituição de conselhos de diferentes segmentos, com capacidade de fiscalizar, formatar e deliberar políticas de governo, chegando até ao processo de orçamento participativo, que delibera a população capacidade de uma participação mais concreta.

CONCLUSÃO

A gestão municipal desempenha um importante papel no desenvolvimento social de uma comunidade, e os conselhos gestores são fundamentais para promover a participação cidadã nas tomadas de decisão. A necessidade de inovação nas gestões públicas passa pela participação de diferentes pessoas, com diferentes vivências e ideias, para sim, oferecer soluções eficientes capazes de enfrentar os problemas sociais. Dessa forma, o papel da autoridade pública é fundamental nesse processo, para coordenar e estimular ações para o desenvolvimento local de forma sustentável e que inclua todas as camadas

sociais.

A participação dos conselhos gestores tem como objetivo envolver as pessoas na formulação de diferentes projetos, e na avaliação e fiscalização das políticas públicas. Contudo, os avanços institucionais acontecidos no período democrático em relação às políticas urbanas se apresentam insuficientes, pois os canais de participação popular ainda requerem muitos avanços, para se tornarem aptos a contribuir para alianças políticas mais eficientes, e em outros setores da sociedade, que transpassem apenas os interesses empresariais e comerciais (OLIVEIRA, LOPES, SOUZA, 2018). Os direitos sociais devem ser assegurados, independentemente da ordem de mercado, não podendo ser regulados por tendências do capital (CARRANO, 2003).

Concluindo, as análises apresentadas neste trabalho, que congregam uma série de obras textuais voltadas para a gestão das cidades, se limitam a apresentar uma base teórica a cerca das administrações municipais e a participação dos conselhos gestores na implantação das políticas das cidades. A realização de uma pesquisa de campo junto às administrações municipais possibilita a análise da efetiva participação dos conselhos gestores na elaboração das políticas de estado, revelando a importância desses órgãos para a gestão das cidades. Contudo, podem ser levantadas as diversas influências que, por ventura, possam competir com a participação da sociedade civil nas políticas do poder público, promovendo uma análise mais concreta desta relação nas decisões governamentais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fernando de Brito; SOUSA, Matheus Silveira Silveira. Democracia participativa: os conselhos gestores de políticas públicas como mecanismo de participação popular. **Argumenta Journal Law**. Jacarezinho/PR, n. 28. p. 107-124; 2018.
- ANDRADE, Elisabete Agrela; FRANCESCHINI, Maria Cristina Trousdell. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 22 (12), p. 3849-3858, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidente da República, 2016.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2003.
- COELHO, Luana Pinto Xavier; CUNHA, Isabella Madruga. Direito à cidade contra o desenvolvimento. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, n. 01, p.535-561, 2020.
- COSTA, Geraldo Magela. Aproximação entre teoria e prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, n.1, p.168-189. 2013.
- Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10.07.2001, comentários. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2004.

FERNANDES, Danaê; GONÇALVES, Ana Letícia; ANTONELLO, Ideni Terezinha; KANASHIRO, Milena. Planos diretores municipais: avaliação de instrumentos segundo princípios do Estatuto da Cidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, ed. 33716, 2018.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. TORRES, C. A. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo xxi**. Clacso. Buenos Aires, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**. Porto Alegre, n.42 (1), p. 5-11, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo. n. 7, p. 9-31, 2002.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 123-142, 2013.

MARTINS, Marcelo Feijó; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues; SOARES, Jeferson Boechat. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**. Brasília/DF, n. 59 (2): p. 151-185; 2008.

OLIVEIRA, Celso Maran; LOPES, Dulce; SOUZA, Isabel Cristina Nunes. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanços após 15 anos de estatuto da cidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, n. 10(2), p. 322-334, 2018.

SANTIN, Janaina Rigo; MARANGON, Elisete Gonçalves. O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **HISTÓRIA**, São Paulo, n. 27 (2): 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. **Editora Unijuí**, Ijuí/RS. n. 5, p. 101-124, 2005.

TRINDADE, Tiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p.139-165, 2012.

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI: Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias. Editora de área temática da Revista Brasileira de Extensão Universitária (RBEU). Editora-chefe da Revista Técnico-Científica do IFSC (RTC). Revisora *ad hoc* de revistas nos campos da saúde e extensão universitária.

A

Abismo social 13

Ações humanas 78, 88

C

Campo contratual 73, 75

Capitalismo 1, 2, 3, 4, 10, 11, 27, 42, 56, 108

Comissão Econômica para a América Latina 40

Comunidade global 72

Coronavírus 25, 28, 37, 46, 51, 55, 75, 76, 94, 100, 105

Crise estrutural do capital 1, 2

Crises econômicas cíclicas 39

Crisis financieras 57, 58, 61, 62, 69

D

Departamento Penitenciário Nacional 93

Discriminação racial 12, 13, 15

E

Economías emergentes 61, 62

Ensino 26, 49, 93, 94, 103

Estação chuvosa 77, 79, 89

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 20, 25, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 58, 63, 66, 69, 73, 80, 88, 89, 90, 94, 103, 106, 109, 110, 111, 112, 114

Extensão 26, 27, 77, 80, 91, 92, 93, 94, 100, 103, 104, 116

F

Fim da escravidão 20

Força de trabalho 2, 3

H

Humanização 92, 93, 102

I

Impactos ambientais 77, 78

Instituciones financieras 61, 62

Isolamento social 26, 29, 31, 33, 47, 94, 100

L

Liberalismo econômico 41

M

Mercado internacional 39, 50, 53

Método cepalino 40

Monitoramento climático 80

Movilidad del capital 63

N

Neoliberalismo 1, 2, 3, 4, 10, 45

O

Obrigações civis 73

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 20

Organização Mundial da Saúde 25, 46, 51, 94, 95

P

Países industriales 62

Pandemia 8, 11, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 65, 72, 73, 74, 75, 94, 95, 103

Pandemia do COVID-19 24, 25, 36

Patrimônio da humanidade 20

Pelourinho 19, 20, 21, 22, 23

Penas privativas de liberdade 92

Pesquisa 1, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103, 106, 114

Políticas sociais 2, 3, 4, 116

População negra 13, 16, 17

Povos africanos 13

R

Racismo estrutural 13, 14, 17

Retorno ao convívio social 93

S

Sars-Cov-2 25, 37, 46, 104

Senhores de engenho 19

Sistema prisional 93, 101

T

Turismo 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 51

Z

Zona de Convergência do Atlântico Sul 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

TEORIA, PRÁTICA E METODOLOGIA



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

3

Atena
Editora

Ano 2023





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

TEORIA, PRÁTICA E METODOLOGIA



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

3

 **Atena**
Editora
Ano 2023

